

# BOLETIM TÉCNICO DO SENAC

ISSN 0102-549X

Volume 29 nº 1 Janeiro/Abril 2003

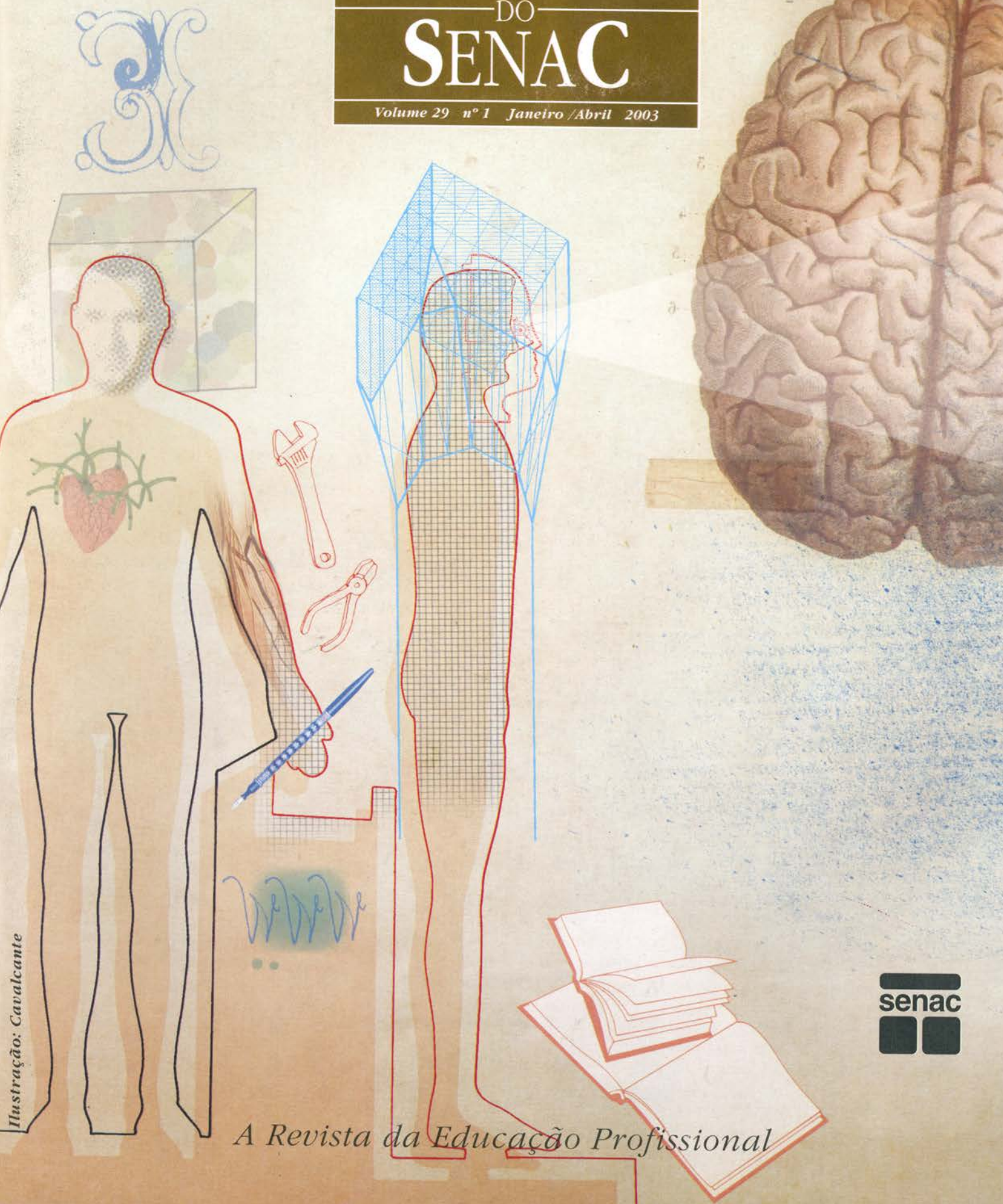


Ilustração: Cavalcante

*A Revista da Educação Profissional*



# Relação entre a Formação da Liderança e os Fatores Socioambientais de Risco à Saúde no Trabalho

Hilda Maria Rodrigues Alevato\*

## Abstract

This text intends to contribute for potencializing the discussion about mental and psychological health at work. It aims to call attention for a type of risk, named Loco Neurotic Syndrom, or SLN, which is hardly feeded on the inattentive attitude in the face of its first symptoms. It also wants to emphasize the central role of leading and authority models in the developing of psychological suffering.

Keys-words: Social and environment risks; Mental health; Psychological suffering; Leadership: SLN

## Introdução

Desde a assinatura, em maio de 1999, do Decreto Federal 30481 – que regulamenta a Previdência Social em nosso país –, o Brasil conta com uma legislação bastante avançada nessa área, admitindo como doenças do trabalho patologias como depressão, alcoolismo, burnout, envelhecimento precoce e outras.

O reconhecimento internacional de que as condições de exercício profissional podem afetar não apenas a saúde física, mas também a saúde psíquica e mental, é relativamente recente. Datam de cerca de 50 anos os primeiros estudos, ainda refêns de concepções de base psicofisiológica, que não conseguiam dar conta das vivências subjetivas dos trabalhadores.

O incremento mais atual dessas pesquisas, com uma sensível mudança no paradigma de abordagem das questões relativas às experiências humanas no mundo do trabalho, talvez possa ser atribuído – pelo menos em grande parte – à observação de uma forte incidência de ocorrências médicas de características psíquicas e/ou mentais – ou em decorrência de patologias nessa área – de forma localizada, em funcionários e empregados de determinadas empresas e organizações.

Podemos dizer que tal observação teria levado à desconfiança da visão mais tradicional, qual seja, atribuir exclusivamente às características pessoais, às condições e vivências privadas, a causa dos sofrimentos psíquicos e da manifestação de doenças mentais,<sup>2</sup> ainda que, como qualquer doença, também as mentais dependam de características subjetivas para desenvolverem-se em suas diferentes formas e intensidades.

É possível afirmar, com alguma segurança, que estamos enfrentando – nesses tempos de globalização imposta e crise abrangente, inclusive pela redefinição do binômio empregabilidade/sobrevivência – um significativo aumento percentual de indivíduos padecendo de alguma forma de sofrimento psíquico relacionado ao trabalho. Indicadores estatísticos de fontes diversas como a Organização Mundial da Saúde<sup>3</sup> e a Previdência Social no Brasil,<sup>4</sup> além dos registros de pesquisas e depoimentos das equipes médicas envolvidas com o atendimento de pessoas em idade produtiva,<sup>5</sup> vêm confirmando uma ascendente escala de relatos de episódios depressivos, sintomas de burnout,<sup>6</sup> distúrbios de sono, sintomas de estresse grave e outros, assim como a procura e o consumo de drogas, tranquilizantes e correlatos.

Há empresas e organizações cuja quantidade de funcionários alcoolizados diariamente já é tão incômoda, que programas de apoio vêm sendo implantados com a ajuda de psicólogos e outros especialistas. Exemplos de iniciativas nessa mesma linha não são raros, absolutamente. Apesar disso, ainda estamos longe de dar ao tema o tratamento que exige.

É indispensável, obviamente, tratar o homem que se alcooliza ou aquele que vive uma crise depressiva. Porém, quando no mesmo ambiente de trabalho a quantidade de profissionais atingidos pelo alcoolismo, por burnout ou por alguma outra forma de sofrimento psíquico ultrapassa o nível razoável da possível incidência, é necessário atentar para o fato de que esteja acontecendo algo mais do que um simples encontro de indivíduos adoentados.

Há, portanto, muito a fazer no que diz respeito ao cuidado com a saúde no trabalho. Se, por um lado, a abrangência da lei federal brasileira oferece espaço para garantir aos trabalhadores doentes o apoio nas situações de padecimento psíquico e mental, por outro, é preciso reconhecer que o caminho da atenção à qualidade das condições socioambientais de trabalho precisa ser mais conhecido e assumido por todos.

Podemos dizer, de maneira sintética, que há um relativo consenso no que se refere às ameaças à saúde quando os riscos são de natureza física, química ou biológica, inclusive com a participação de trabalhadores, sindicatos, especialistas e empresas no desenvolvimento de normas, instrumentos legais e equipamentos de proteção e evitação dos riscos.

Quando o assunto é sofrimento psíquico, porém, ainda enfrentamos muito preconceito e desinformação. O próprio indivíduo que padece de uma sobrecarga psíquica – qualquer que seja a causa – tende a banalizar ou esconder seus sintomas, especialmente pela exposição às críticas de estar fazendo "corpo mole" ou não se esforçando o suficiente. Quando a doença é física,<sup>7</sup> a dor pode ser aceita e até comprovada, mas quando a doença é psíquica, a representação social dominante é de uma espécie de fraqueza pessoal.<sup>8</sup> Tal fraqueza contraria a imagem tanto da virilidade/poder do trabalhador operário quanto do saber/poder do trabalhador mais qualificado.

De uma forma geral, pobres e ricos enfrentam barreiras diversas nesse campo, impostas por terceiros e até por seus próprios preconceitos. Os mais pobres, olhados com desconfiança pelos próprios colegas e familiares, vivem a ameaça da demissão e têm a dificuldade adicional da precariedade do atendimento médico, qualitativa e quantitativamente. Para os mais privilegiados, assumir um padecimento de natureza psíquica representa um profundo risco num ambiente cada vez mais competitivo e exigente. Tentar resolver sozinho e até mesmo negar o que sente, em ambos os casos, são as saídas mais comuns, passando por canais decisórios tão complexos quanto imperscrutáveis.

O problema é que a negação não evita o sofrimento, nem domina seus sintomas.

Além das dificuldades vividas caso a caso, experimentadas individualmente, ainda há que se lembrar o fato que hoje muitas dessas dificuldades são manifestadas por diversas pessoas no mesmo ambiente de trabalho, coletivamente expostas aos riscos socioambientais. Nessas situações, a observação da semelhança de sintomas entre os diferentes indivíduos tende a provocar a sensação de que o sofrimento é normal. "Se todos estão assim, deve ser assim mesmo", conforme ouvimos recentemente de um trabalhador com distúrbios de sono, ao explicar que em seu setor da empresa ninguém dormia bem:

"Tá todo mundo assim e se eu vivo acordando durante a noite, sou até feliz, porque tem gente que nem consegue mais adormecer... deve ser esse mundo doido.."

É, portanto, necessário atentar de forma muito séria para os fatores socioambientais de risco à saúde no trabalho, ainda bastante desconhecidos e negligenciados pelas empresas, pelos trabalhadores e seus sindicatos e até mesmo pelos profissionais responsáveis pelas perícias médicas.

Percebe-se um movimento em torno de alguns sintomas importantes dos riscos – como o assédio moral, por exemplo – mas com uma abordagem que sequer considera as possíveis relações entre o sintoma e o ambiente em que ele se manifesta. Ou seja, tende-se a tratar de forma isolada cada caso, focando as atenções no indivíduo e em elementos de sua personalidade, exclusivamente.

Assim, esse artigo tem por objetivo principal contribuir para o enriquecimento desse debate, chamando a atenção para a presença de uma classe de riscos que se realimenta especialmente da desatenção e da naturalização com que seus primeiros alertas são tratados. Ao mesmo tempo, o texto destaca algumas observações extraídas de nossa pesquisa<sup>9</sup> na qual temos constatado a grande relação entre a formação de quem ocupa cargos de chefia e o modelo da liderança adotada no ambiente de trabalho e o desenvolvimento dos riscos socioambientais.

## As pesquisas sobre a Síndrome Loco-Neurótica

Inerentemente sociais, como afirma Castoriadis,<sup>10</sup> nós, os seres humanos, vivemos em grupos, em espaços coletivos. Esse é o campo das investigações que desenvolvemos com o apoio de uma complexa metodologia de análise, apoiada em princípios etnográficos e no estudo semiótico da estética ambiental, em sua dimensão constitutiva.<sup>11</sup> Nos últimos cinco anos, mais estritamente, temos nos dedicado ao desmanche interno vivido pelas organizações e instituições em crise e às ameaças potenciais àqueles que ali convivem.

Os grupos profissionais considerados "desmotivados", "desinteressados", etc., foram nosso ponto de partida. Diferentemente do que era habitualmente registrado nas observações sobre esses profissionais, nossos primeiros contatos identificaram intensa mobilização de mecanismos de defesa severos, indicadores do esforço dessas pessoas para suportar uma situação cujo nível de exigência parecia exceder suas possibilidades.

A perspectiva que passamos a adotar, portanto, foi a de compreender o que acontecia com sujeitos que mostravam-se tão impotentes e em alguns casos até indiferentes diante da própria realidade, apesar de aparentemente conhecê-la e explicá-la com relativa clareza.

Observamos empresas, escolas e organizações e percebemos que o quadro tendia a se repetir, independentemente até de treinamentos e iniciativas voltadas para a motivação dos grupos. Muitas vezes, inclusive, tais iniciativas eram contraproduativas, na medida em que os empregados oriundos desses programas descreviam-nos como despesas sem resultados, desperdício de recursos e esforços, sem falar na imagem de desconfiança em relação às chefias que os indicavam para os programas, segundo eles, sem saber ou sem atentar para a distância entre as promessas identificadas nesses momentos e as reais características e possibilidades oferecidas no próprio ambiente de trabalho.

"Isso é muito bonito aqui, quero ver funcionar lá onde eu trabalho..", afirmavam com frequência, aumentando sua insatisfação pela obrigação de retornar a um ambiente que se mostraria inacessível ao que outras empresas já ofereciam, além de indiferente ao que os empregados foram chamados a aprender, pela própria empresa. Sua volta – com idéias que não teriam oportunidade de aplicar – era marcada pelo aumento da



insatisfação e da "desmotivação", atribuída pela empresa a eles mesmos.

Numa de nossas inserções, ouvimos um chefe reunir sua equipe – dois dias depois da volta de um programa de treinamento – e afirmar com equivocada convicção:

"Vocês não têm mesmo jeito... é impossível trabalhar assim... já investimos em tudo, treinamentos com consultores de primeira linha e nada adianta... depois vocês redamam quando a gente começa a demitir! Não quero ouvir nenhum argumento, quero motivação aqui..."

No caso das escolas observadas, o discurso assumia suas especificidades, incluindo muitas vezes a direção e coordenações no coro dos "desmotivados": eram pessoas que reclamavam em uníssono, seja quando eram chamadas a participar de alguma coisa, seja quando acontecia o contrário e alguma proposta surgia sem sua participação. Se havia proposta, reclamavam do engodo que se entevia; se não houvesse proposta, reclamavam do abandono; se eram chamados a participar, desconfiavam do chamamento e quando o atendiam era claramente para provar sua impossibilidade de sucesso; se não eram chamados, denunciavam o autoritarismo do regime administrativo. Mesmo relativizando tais observações, o traço marcante da insatisfação generalizada, cujas manifestações acabavam por comprometer a necessária produção de esperança, de desejos, de expectativas positivas e de ações, era uma constante.

Assim, a análise dos dados coletados na primeira fase da pesquisa nos levou ao entendimento de estar diante de um "processo em espiral", porque, como pudemos constatar, a difícil situação vivida por alguns grupos tendia a uma espécie de agravamento, realimentando-se no cotidiano através do poder das emoções, da lógica adotada pela maioria e da dimensão estética constitutiva, expressa no ambiente físico, humano e relacional. O desenvolvimento desse processo, que tende a culminar no desmanche institucional – com a falência das energias pessoais e o esgarçamento da teia de relações que sustentam a vida grupal –, é marcado pelo surgimento do que chamamos de Síndrome Loco-Neurótica, a SLN.<sup>12</sup>

Adotamos provisoriamente essa denominação, ainda que marcada por uma imagem medicalizada, por entendermos tratar-se efetivamente de uma condição patológica de ameaça à saúde do trabalhador. A SLN é, portanto, a denominação sintética do conjunto de riscos socioambientais.

Expostos à Síndrome, os membros do grupo vivem uma situação de risco, cujas conseqüências vêm sendo denunciadas por pesquisas internacionais na área médica, como as de Jane Ferrie<sup>13</sup> e as de Scott Weich.<sup>14</sup> A Dra. Jane, do University College of London, vem descrevendo inúmeras doenças que atualmente afetam os chamados white collars,<sup>15</sup> vítimas de processos de privatização mal conduzidos, como hipertensão, alcoolismo, envelhecimento precoce e até mesmo suicídios. Já o médico Weich e sua equipe, pesquisadores da Royal Free Hospital School of Medicine, também de Londres, vêm demonstrando a relação entre os processos de empobrecimento<sup>16</sup> e o desenvolvimento de desordens mentais.

O que diferencia nosso grupo de pesquisas é o fato de não nos ocuparmos do homem doente, ainda que isso não signifique ignorar sua necessidade de atendimento. A SLN não é uma doença. É uma condição de risco. Nosso esforço tem se concentrado em descrever as características do desenvolvimento e das manifestações da SLN,<sup>17</sup> apontando para a interrelação entre a sociodinâmica ambiental e a emergência de sintomas patológicos nos indivíduos.

Chamamos de "Síndrome" por tratar-se de um conjunto bastante complexo de manifestações comportamentais e atitudinais, próprias de entidades mórbidas. Um dos sinais mais evidentes que se pode constatar nos grupos vivendo sob o risco da SLN é exatamente uma espécie de "morte" simbólica, a "falência" dos canais de sustentação da vitalidade grupal, principalmente seus equilíbrios – sempre instáveis, cabe destacar – e a clareza no compartilhamento de um objetivo comum.

Conforme sabemos, nem todo conjunto de pessoas partilhando o mesmo espaço social compõe um grupo. A existência plena de um "grupo" depende de elementos renovadores da energia que o sustenta, ou seja, uma energia que não apenas mantém as pessoas unidas, mas justifica seus investimentos pessoais no sucesso do objetivo comum compartilhado.

Uma das melhores fontes dessa energia é o equilíbrio entre a dimensão individual e a coletiva. Tal equilíbrio não se baseia numa dualidade radical entre indivíduo e grupo, já que não se pode dizer que haja um modo-indivíduo a ser considerado a despeito de sua condição humano-social. Essa economia particular/coletivo ultrapassa a idéia de unidades isoladas porque estas são mutuamente constitutivas. Ao mesmo tempo, porém, o apagamento ou a submersão de qualquer uma destas instâncias em suas especificidades tende a fragilizar a estrutura grupal.

Por seu lado, se o objetivo comum se perde, não há clareza do que está sendo produzido coletivamente e as pessoas tendem a visualizar apenas sua parte, como se esta tivesse um fim em si mesma.

Dizendo de outra forma, se prevalece a idéia de que é melhor fazer tudo sozinho do que acompanhado por determinado conjunto de pessoas, a tendência é que a missão coletiva se fragmente em partes que não guardam mais a presença do todo, do objetivo comum, rompendo a idéia de "nós" que também caracteriza a grupalidade. Em seu lugar surge um "eles", distinto do "eu", que, nestas situações, normalmente se pensa satisfeito por "estar cumprindo a sua parte". A confiança nos "outros" e no que são capazes de fazer parece perdida e instala-se uma relação fundada na divisão de tarefas, com o foco nos erros e nas culpas.

Não basta, porém, que alguém enuncie um objetivo comum. Ele precisa ser compartilhado, cada um precisa ver-se nesse projeto. Se há um projeto coletivo que se realiza, independentemente da participação de cada um, há uma espécie de incentivo à deserção. Na medida em que esta não-participação ou deserção se difunde – ou seja, se todos entenderem que podem ser dispensados de agir conjuntamente – o projeto obviamente não poderá ser realizado. Cada um precisa perceber-se visível no todo, ao mesmo tempo em que identifica em si este todo.

Podemos dizer que o conjunto de recompensas simbólicas que um indivíduo obtém de sua participação num grupo ajuda a justificar para si mesmo o esforço necessário à opção de estar ali. A falta ou a perda de tais recompensas simbólicas geralmente desequilibra a relação com a carga a suportar, tornando-a pesada e indesejável.

**Acompanhando Anzieu**,<sup>18</sup> podemos dizer que a idéia de grupo é a de um objeto pulsional vivo, criador da ilusão da extensão do "eu". Tal ilusão responderia à dependência natural da espécie, à preservação do indivíduo e do **ego** ameaçado, deslocando-se o narcisismo individual para uma modalidade mais segura, alternativa, grupal: o "nós".

Esse "nós" passa pela comunhão de identidades, pela cumplicidade emocional, pela solidariedade explicativa. Sua sobrevivência positiva depende, porém, de sua homeostase, direcionada a um objetivo comum compartilhado.

Um dos indicativos presentes nos primeiros momentos do processo de desmanche grupal é o assemelhamento dos discursos. Ao mesmo tempo em que os esforços e lutas vão se particularizando, parece que a vivência da grupalidade fica restrita à proximidade discursiva, obrigando-a e às suas repetições. Enquanto cada um cuida de si e vive secretamente seus próprios interesses e convicções, todos parecem ter a mesma justificativa e a mesma explicação para o que está acontecendo.

Nesses momentos, podemos dizer que o esforço pela sobrevivência da grupalidade – seja por obrigações profissionais, seja pela falta de clareza do que está acontecendo com o grupo – cria um pseudo entendimento, fundado quase que exclusivamente nos acordos de fala que parecem tentar substituir o objetivo comum. Em lugar de manter a união para atingir algum objetivo maior, cria-se uma identidade discursiva para manter a união. No primeiro caso, os conflitos visam melhorar o resultado geral e não oferecem ameaça real; no segundo, os conflitos são desagregadores e tendem a ser substituídos por silêncios e/ou coações.

Particularmente, cada um vive seu próprio mundo, num isolamento defensivo bastante eloquente. Quando se unem, há uma espécie de acordo pela evitação do sofrimento de buscar soluções coletivas, já que aparentemente ninguém acredita nelas. As conversas giram, então, em torno das mesmas queixas, das mesmas lamentações ou deboches, reforçando a fragilidade individual na impotência coletiva. As explicações vão compondo uma rede explicativa, a "lógica da maioria".

A lógica da maioria, já mostrava Erich Fromm<sup>19</sup> na década de 50, se sobrepõe às opiniões e entendimentos individuais, conformando os sujeitos, silenciando práticas criativas, sufocando as discordâncias. É preciso atenção e coragem para contrariar a corrente dominante, sustentar a própria convicção, provocar a emergência do novo.

Cabe chamar a atenção para uma das marcas mais frequentes nos discursos de grupos vivendo o risco socioambiental. É a presença da imagem da **perda**. São perdas sociais,<sup>20</sup> simbólicas em sua maioria, mas que vão se deslocando do objeto perdido para uma auto-imagem perdedora, seja pela frequência com que a sensação de perda é vivida, seja pela onipresença de perdedores coletivos.

Para exemplificar o que está sendo dito, basta imaginar o processo vivido por alguém que um dia perde sua agenda, chega em casa e lamenta-se com a família. Essa se propõe a ajudá-lo a recuperá-la. Daí a uma semana, essa mesma pessoa perde o guarda-chuva e ao chegar em casa ouve alguém perguntar o que há com ele, já que é a segunda vez que perde algo seu. Se no outro mês, o indivíduo perde uma caneta esferográfica, pode viver uma crise emocional, considerando-se **anormal** por estar perdendo "tudo", por ser um perdedor. Assim, do lamento pelo objeto em si, a vivência contínua de perdas pode levar a uma crise na auto-imagem.

Supondo-se um processo semelhante, só que vivido em grupo, é fácil perceber que o reforçamento da convivência com um grupo de "enlutados", lamentando suas pequenas ou grandes perdas (recompensas simbólicas, objetivos, sucesso, **status**, salários, ferramentas de trabalho, etc.) leva a uma vivência dolorosa em relação à imagem grupal e à descrença no poder da luta contra as circunstâncias que levam às perdas, perpetuando-as. Trata-se de uma auto-imagem de fracasso profissional e social, que serve apenas à manutenção do **status quo**.

Ainda que não caiba aqui desenvolver em profundidade a temática das perdas sociais, devemos destacar que o indivíduo, vivendo as perdas, deixa de olhar o que tem, o que existe em potencialidade, suas próprias qualidades e vantagens, ou seja, deixa de enxergar as saídas criativas que estão dentro de si ou à sua volta. Rejeita qualquer sugestão, venha de onde vier. Se a idéia é do chefe, cabe desconfiar das intenções, seguir apenas o que for obrigatório e mostrar que não funciona mesmo; se a idéia é de um colega mais cheio de energia, cabe desencorajá-lo, informando-lhe que não adiantará nada ou que "de está dizendo aquilo porque é novato... quando tiver seu tempo de serviço compreenderá melhor..."

As atenções do grupo em processo de exposição ao risco socioambiental, ou seja, à SLN, voltam-se permanentemente para o que perdeu, o que deveria existir e não existe, para o que seria possível e deixou de ser. Depressão, desamparo, abandono, ressentimento, etc. sentimentos experimentados em situações de perda estão presentes em todo grupo em processo de desmanche.

Dessa forma, há uma deterioração progressiva das relações vividas no ambiente social, que vai gerando desespero – des/espero: nada a esperar – com uma crescente influência na qualidade das emoções e dos afetos evocados.

Concordando com McDougall, Freud<sup>21</sup> explica:

O fato é que a percepção dos sinais de um estado emocional é automaticamente talhada para despertar a mesma emoção na pessoa que os percebe. Quanto maior for o número de pessoas em que a mesma emoção possa ser simultaneamente observada, mais intensamente cresce essa compulsão automática. O indivíduo perde seu poder de crítica e deixa-se deslizar para a mesma emoção. Mas, ao assim proceder, aumenta a excitação das outras pessoas que produziram este resultado nele, e assim a carga emocional dos indivíduos se intensifica por interação mútua. Acha-se inequivocamente em ação algo da natureza de uma compulsão a fazer o mesmo que outros, a permanecer em harmonia com a maioria. Quanto mais grosseiros e simples são os impulsos emocionais, mais aptos se encontram a propagar-se desta maneira através de um grupo.

O fenômeno ao qual Freud faz referência – a emoção e sua força mediadora nas relações intersubjetivas – é, há séculos, foco de atenção de filósofos e de estudiosos de diferentes campos de pesquisa. O médico francês Wallon,<sup>22</sup> por exemplo, cuja obra produzida nas primeiras décadas do século XX só agora ganha o merecido destaque entre nós, descreve o desenvolvimento humano a partir de três grandes campos funcionais: motricidade, razão e emoção/afeto. Conforme seus trabalhos, hoje em grande parte confirmados por pesquisas no campo das Neurociências, são as emoções de um homem que pensa, aliadas à motricidade, as responsáveis por boa parte de nossa comunicação, contribuindo inclusive para efeitos de sentido diversos, em discursos aparentemente semelhantes.

Assim, num ambiente em crise encontramos o predomínio de expressões taciturnas, enrijecidas, apoiadas por um discurso descrente em relação ao futuro. Tais emoções, expressas em situação de desconfortável tensionamento, tendem a sugerir a evitação dos espaços de convivência até como estratégia de autopreservação e defesa egoíca.

São corpos rígidos, cuja economia emocional se mostra afetada por um conjunto de entendimentos partilhados e insatisfações acumuladas em pequenas doses cotidianas. É possível afirmar que a maioria das pessoas consegue superar um evento grave que o contrarie isoladamente, mas tende a comprometer sua saúde gravemente, numa sucessão de pequenos desgastes intermináveis.

O processo de convivência prolongada num ambiente em crise tende a abalar de tal forma o metabolismo humano que se reflete inclusive em sinais de envelhecimento precoce. O desgaste provocado pela necessidade de suportar uma situação que parece não ter solução, que se repete em explicações monocórdicas e circulares, ou seja, o contato diário, compulsório, com a impotência geral e a própria impotência contribuem para uma espécie de renúncia ao esforço pela sobrevivência.

As neuroses,<sup>23</sup> conforme explica Karen Horney,<sup>24</sup> podem manifestar-se em indivíduos sem qualquer transtorno básico de caráter. São as chamadas "neuroses de situação" ou "exoneuroses". Daí também porque usamos o termo "Neurótica", na denominação da Síndrome. Podemos dizer que os indivíduos neuróticos e os indivíduos considerados normais não apresentam muitas diferenças entre seus comportamentos. Basicamente, o que permite distingui-los são as formas pelas quais os conflitos vividos são enfrentados e as ocasiões e frequência com que comportamentos tipicamente neuróticos se manifestam.

Na obrigação de uma experiência de grupalidade compulsória – já que não é comum o trabalhador ter a chance de escolher com quem vai formar as famosas "equipes" que compõem a tendência empresarial do momento – num processo de crise, ou de risco socioambiental, a possibilidade que esse incômodo transforme-se em sofrimento e em manifestação patológica é bastante concreta.

Atentando-se aos discursos das pessoas expostas a situações de risco socioambiental é possível perceber sinais do processo do adoecimento, através de expressões como: "não sei o que acontece comigo quando venho para cá", "só de pensar que ainda tenho que ficar mais duas horas neste escritório.. tenho vontade de sumir", etc.

Vale destacar que a presença dos advérbios de lugar não apenas mostra o esforço do falante para denunciar as diferenças que percebe em si mesmo (como se dissesse, "aqui estou sendo forçado a me comportar assim!"), mas também oferece uma interessante pista para a definição do risco socioambiental. Ao abusar do recurso à localização do sofrimento, o sujeito aponta para o fato de que é aquele "lugar" que o agride, é aquele "lugar" que o adoce. Daí porque adotamos a partícula "loco" na denominação da SLN, portanto, Síndrome Loco-Neurótica.

Conforme se pode perceber, o que está sendo dito implica vencer a falsa concepção de que os comportamentos são auto-referenciados e decorrentes exclusivamente de características da personalidade, de esquemas internos de orientação ou de uma consciência abstrata, pré-formada no sujeito. A maioria das pessoas ao entrar numa sala onde outros sussurram, por exemplo, modula a voz adequando-a automaticamente ao padrão identificado, e sussurra também, até para perguntar a algum dos presentes por que eles estão sussurrando. Num restaurante sofisticado, geralmente observamos gestos contidos, risos moderados, de certa forma intimidados com a imponência e o luxo; num barzinho informal, a mesma pessoa contida no restaurante pode ser vista libertando os movimentos e permitindo-se um maior relaxamento nas atitudes e reações. Poderíamos continuar listando oportunidades em que se pode constatar a força das referências ambientais (estéticas, constitutivas) na relação com um sujeito radicalmente interativo.

Assim, da mesma forma que as pessoas, seus movimentos, suas atitudes, suas relações, seu tom de voz, etc, oferecem uma importante base referencial, também o conjunto físico, os objetos, os sons, os odores, as cores, enfim, também eles compõem a totalidade ambiental. Simultaneamente ao próprio ajuste atitudinal (comportamental, emocional, lógico, etc.) de cada um, sua entrada em cena como um novo elemento interfere na totalidade do espetáculo, constituindo-se, ele também, em fonte para a orientação dos demais.

Conforme mostramos em nosso livro "Trabalho e neurose"<sup>25</sup>

todo o ambiente, tudo fala, comunica, expressa e provoca expressão. Há uma relação econômico/comunicativa nas cores das paredes, na disposição dos objetos, em sua conservação, seus cheiros, sons, luminosidade, ventilação, enfim, todo o conjunto compõe o fato ambiental. Nesta determinada ambientação, diferentes comportamentos podem se manifestar, mas a força das relações, do humano, de seu conjunto – um ou mais grupos – vai instituindo as formas de ser e de agir próprias do interior de suas fronteiras. É a força da multiplicidade na construção da unidade.

Claro que a comunicação à qual nos referimos não existe num "em si". Não há uma mensagem ambiental para ser captada, mas há uma interação radical, dialética, que produz sentidos e os atualiza incessantemente, na prática social de sujeitos – além de tudo – simbólicos.

Conforme estamos vendo, as diferentes práticas discursivas – pessoais e ambientais – são a base da sociodinâmica institucional. A própria forma pela qual o grupo explica sua experiência vivencial é construída nessas relações cotidianas, emocional e semioticamente mediadas.

Portanto, ainda que a grave crise social que vivemos, as flexibilizações impostas às relações homem/emprego, a nova ordem econômica e outros megafenômenos exijam um olhar cuidadoso, especialmente pela complexidade de sua dimensão e desdobramentos, a micro-realidade do cotidiano teima em se apresentar com sua diversidade, sua dinâmica, seus espaços de trégua, de luta, de esgotamento e de

renovação das forças.

Circular por esses diferentes espaços, constatar sua riqueza e multiplicidade, representa uma importante oportunidade de escapar da trama determinista de uma espécie de unireferencialidade (termo que tomamos emprestado a Goffman),<sup>26</sup> que parece forçar a simplificação da vida e pretender anular a dimensão histórica do sujeito: seja para conformar todos a uma espécie de ajustamento compulsório ao sistema vigente, seja para desestimular as iniciativas, anunciando morbidamente a fragilidade coletiva diante da onipresença de um inimigo comum tão poderoso, quanto invencível.

Em síntese, podemos dizer que há um microespaço no cotidiano, em suas múltiplas relações e interações radicais, onde se encontram forças tão capazes de gerar ações políticas de caráter transformador quanto capazes de colocar em risco a saúde psíquica e mental do indivíduo. Esse espaço/tempo convivencial onde se dão as interações humanas é capaz de alimentar ou esgotar energias, sustentar ou afastar as forças vivas necessárias à superação das condições que sujeitos históricos produzem.

Ao pensar nos riscos socioambientais e nas conseqüências da exposição a esses riscos – não apenas para a saúde – é indispensável compreender que para além das influências "exteriores" ao ambiente, "internamente", cada grupo humano vive uma sociodinâmica bastante peculiar. Tal sociodinâmica se reflete na qualidade de vida de cada pessoa, nas relações, nas rotinas, na burocracia, no desempenho, na disposição para enfrentar os desafios, na mobilização coletiva.

Uma grande e importante diferença entre os riscos socioambientais e os riscos físicos, químicos e biológicos é o espectro de sua ação e abrangência. Diferentemente dos outros fatores de risco, que atingem apenas as pessoas que a eles se expõem diretamente, no caso socioambiental, todos aqueles que convivem nos limites do espaço social envolvido tendem a ser atingidos de alguma forma.

Os riscos socioambientais são também uma ameaça à saúde no trabalho diferente das demais, porque não atingem apenas os homens, mas simultaneamente a dimensão institucional dos espaços de convivência – sejam eles empresas, organizações ou instituições sociais –, interferindo em sua capacidade de corresponder a expectativas e destinações estabelecidas socialmente. De alguma forma, essa fragilidade da dimensão institucional contribui – dialeticamente relacionada à fragilidade de um mundo revolucionado tecnologicamente – para realimentar uma insegurança ameaçadora aos indivíduos, inclusive os que exercem alguma espécie de liderança, cujas atitudes dependem de referenciamento nesse espaço-tempo institucional.

Há um agravante, portanto. Conforme as pesquisas sobre estresse vêm mostrando desde a década de 50, os mais fortemente atingidos pelos primeiros sinais de crise grupal são aqueles que têm alguma espécie de poder e responsabilidade. Isso coloca a todos diante de um sério processo de intensificação do risco, já que liderados por alguém – um chefe, um supervisor, um gerente ou um diretor – com manifestações de sofrimento psíquico, todos tendem a ter sua situação mais dificultada, seja pela relação direta de submissão ao poder, seja pelas condições em que esse poder/responsabilidade está sendo exercido.

O trabalho do psiquiatra americano Kernberg<sup>27</sup> analisa em profundidade as relações estabelecidas no interior das organizações e destaca que:

Vários aspectos da administração ou do gerenciamento impõem poderosas forças regressivas ao funcionamento psicológico do administrador. Dentre estes encontram-se a solidão de seu posto, a perda do feedback espontâneo e descompromissado de seus pares e a incerteza que acompanha a tomada de decisões importantes. Temores edípicos de fracasso ou derrota, a frustração das necessidades de dependência e a ativação generalizada de conflitos acerca da agressividade do administrador como líder e como participante em vários processos grupais contribuem para induzir essa tração regressiva.

Nos estudos de Kernberg<sup>28</sup> ficam bastante evidentes os "efeitos da personalidade do líder no aumento ou na diminuição da paranóiese dentro da instituição"

Para ele,

independentemente dos desafios propostos às instituições pela realidade externa ou mesmo por crises que afetam sua própria existência, os bons líderes podem de fato ajudar as organizações a sobreviver e a funcionar sem uma severa regressão paranóica.<sup>29</sup>

## A importância da liderança

Fiedler<sup>30</sup> afirma que "a experiência tem mostrado que o líder é, provavelmente, o fator isolado mais importante para influenciar a realização da equipe". Podemos acrescentar sua importância nos momentos de crise. Sem detalharmos as nuances dessa influência, de uma forma muito simples podemos lembrar as circunstâncias em que um grupo numa situação de fragilidade tende a demandar o apoio visível de uma espécie de "pai" que compense sua regressão heterônoma, apontando caminhos e renovando as esperanças.

Temos, porém, um grande paradoxo. Dissemos que os líderes são fortemente atingidos pelos primeiros sinais das crises e que as pesquisas de estresse vêm mostrando que aqueles que têm poder e/ou responsabilidade são sujeitos a reações mais graves do sofrimento psíquico.

Também observamos que sua ação é tão decisiva para os rumos grupais que pode ser considerada isoladamente como a variável mais significativa nos estudos sobre a SLN. Qual seria a saída?

Mesmo sem pretender ser conclusivo, podemos destacar, com base no que temos pesquisado, que é necessário diferenciar liderança e pessoa do líder.

Conforme Kernberg:

A eficiência da liderança da organização não depende exclusivamente, nem sequer predominantemente, da personalidade do líder. O primeiro requisito para o funcionamento eficaz de uma organização – inclusive de sua liderança – é um relacionamento adequado entre a tarefa geral da organização e sua estrutura administrativa. 31

Muitas vezes, as empresas e organizações elegem para o exercício da liderança profissionais que se destacam em suas áreas ou que aparentemente têm um "perfil" de liderança.

Uma empresa de engenharia, por exemplo, pode ter entre seus funcionários um excelente engenheiro, mas transformá-lo num péssimo gerente. Assim, não apenas as pequenas dificuldades do dia-a-dia tendem a ser potencializadas pela administração equivocada, como também os equívocos na administração tendem a alimentar abalos na auto-estima do profissional que administra e se vê diante de fracassos os quais não havia ainda enfrentado em sua trajetória anterior de sucesso.

A competência exigida para quem vai viver o papel de comandar um grupo ou uma organização envolve, como toda competência, a interseção entre dimensões próprias do ser, do saber e do fazer.

Ser, saber e fazer, nesse caso, referidos à administração de seres humanos, o que envolve conhecimentos sobre características de constituição e funcionamento grupal e habilidades e ferramentas de análise, desenvolvimento e potencialização da energia dos grupos.

Freqüentemente, vemos as chefias serem exercidas com base apenas no quarteto "i", "i", "e", "e": intuição, imitação, ensaio e erro. A falta de conhecimentos e habilidades específicas de administração de grupos humanos gera uma sobrecarga emocional absolutamente incompatível com os desafios das lideranças no mundo contemporâneo.

Podemos dizer que o melhor papel de um "chefe" é desempenhado quando ele consegue contribuir para a construção, o compartilhamento e a visibilidade do objetivo comum, daquilo que justifica o sentido e o esforço por "estar ali". A melhor chefia é a que consegue manter aceso o desejo de "fazer parte", numa trama comum.

Há uma dupla face esperada dessa chefia: a autoridade e a liderança. Como líder, o chefe representa o grupo no mundo exterior, defende seus interesses, aponta seus objetivos. Como autoridade, o chefe representa o mundo exterior dentro do grupo, impondo limites à ação e orientando as condutas.

Quando tudo parece caminhar sem grandes ameaças, essa dupla face é vivida de maneira suave, presente e atuante, mas amenizada pelos sucessos e pela confiança generalizada. Há uma flutuação nas participações e a tendência é que a cobrança sobre a liderança/autoridade se equilibre com o retorno simbólico das conquistas dos objetivos estabelecidos em comum acordo.

Nos momentos de crise, porém, o primeiro sinal, como já foi dito, se apresenta pelo ocultamento do sentido comum. Perde-se aos poucos o mapa orientador das decisões, oferecido pela trama do(s) objetivo(s) acordado(s). A orientação passa a ser demandada diretamente da pessoa que deveria ser a guardiã dos acordos grupais.

Há uma sobrecarga capaz de gerar mais ansiedade e carga psíquica nesse sujeito, já que também ele, como humano, demanda orientação.

Nesse momento, entra em cena a diferença. Naqueles grupos em que o cargo da chefia é ocupado por profissionais sem a devida preparação para o exercício do comando grupal, a tendência é que as manifestações de sofrimento psíquico e de defesas egóicas do próprio chefe acabem por realimentar uma situação de difícil controle, favorecendo a instalação da SLN.

Desde Pavlov, já sabemos que os animais tornam-se mais irritadiços e ansiosos quando constantemente desorientados. No caso humano não é diferente. A freqüente mudança nos rumos adotados pela administração, o rompimento unilateral de acordos e regras estabelecidas, a ameaça de demissões que se concretizam em doses homeopáticas, o descumprimento de promessas ou a não realização de expectativas geradas pela falta da autoridade, são exemplos de fatos que podem contribuir para uma profunda insegurança particular e coletiva. São fontes reais ou potenciais de vivência de perdas sociais, às quais nos referimos anteriormente.

Podemos dizer que há um grande conjunto de estressores próprios de cada profissão ou ambiente de trabalho. Um médico plantonista, uma atendente de call-center, um motorista de ônibus, um policial ou um professor sabem bem o quanto de desafios cotidianos precisam enfrentar e alguns até são capazes de listar a quantidade de estressores presentes nos imprevistos e nas rotinas.

Entretanto, para além dos estressores próprios das atividades desenvolvidas profissionalmente, os riscos socioambientais – queremos destacar, mais uma vez – são produzidos na sociodinâmica do trabalho, não na natureza de suas atividades.

O suporte àqueles que têm sob sua responsabilidade a liderança de grupos no trabalho – suporte psicológico, suporte técnico, preparação adequada – é, possivelmente, o único equipamento capaz de prevenir e/ou superar as ameaças socioambientais.

Enquanto para a prevenção dos riscos físicos compram-se capacetes, luvas, ou adequam-se os móveis, para os riscos socioambientais as



empresas precisam redimensionar suas escalas hierárquicas e reavaliar a importância das chefias, especialmente daquelas que têm sob responsabilidade direta a vida profissional de outros empregados.

Contemporaneamente, a demanda por uma certa dose de flexibilidade nas decisões, fundada na capacidade de criar, de pensar o novo, na agilidade no pensar e agir, é absolutamente indispensável. Porém, a fronteira entre flexibilidade e insegurança é extremamente tênue. A flexibilização impõe autoconfiança, especialmente de quem comanda, pois, apenas os vínculos grupais são capazes de oferecer energias para superar os desafios e medos que o novo impõe.

## Comentários finais

Conforme vimos, nossa legislação previdenciária já reconhece como doenças do trabalho as patologias psíquicas e mentais. Porém, ao adotar como agente etiológico das "reações de stress grave", por exemplo, a expressão "circunstância relativa às condições de trabalho"<sup>32</sup> obriga uma atenção especial que leve ao estabelecimento do necessário nexos causal entre a patologia e seu agente. Como definir tais "circunstâncias"? Como associar o "estresse grave" às circunstâncias penosas, sem que sejam estabelecidos parâmetros de avaliação das ameaças capazes de desencadear o sofrimento psíquico reconhecido pelo decreto?

Muitos pesquisadores vêm estudando as condições de trabalho em todo o mundo. Dejours<sup>33</sup> talvez seja o mais lembrado entre eles, mas Ferrie,<sup>34</sup> Weich,<sup>35</sup> Chanlat<sup>36</sup> e muitos outros podem ser citados. São trabalhos cada vez mais freqüentes nas últimas décadas, que oferecem o eco da ciência a uma realidade extremamente desafiadora.

Estaríamos passando por alguma condição conjuntural e estrutural cujo desfecho – inevitável – seria o desespero ou o desamparo generalizados? Estaríamos diante de um "exército de loucos", como resumiu um sindicalista, em recente encontro sobre saúde do trabalhador? Certamente que não. Mas, não são raros os ambientes de trabalho onde os empregados são descritos como "desmotivados", nem aqueles em que os profissionais adotam uma espécie de razão cínica, que a tudo justifica de maneira debochada e grotesca, para desespero daqueles que ainda tentam encontrar sentido no que vivem e fazem.

Talvez o primeiro e maior desafio a enfrentar seja o de "desnaturalizar" o ambiente que nos cerca. Autonomizados, como explica Castoriadis,<sup>37</sup> estes ambientes vão encobrir o caráter social e histórico da vida humana, naturalizando suas conquistas e produtos, deixando a sensação de impotência e inevitabilidade diante de um mundo que se impõe a cada um, até pela antecedência.

Assim, este breve artigo pretendeu discutir os fatores socioambientais de risco à saúde psíquica e mental no trabalho, tendo como base a convicção de que é na singularidade das relações no cotidiano que "diferentes formas de resistência molecular"<sup>38</sup> podem ser estabelecidas.

Qualquer esforço de síntese de um trabalho de pesquisa como o nosso é também um risco. São inúmeros detalhes que sempre são relevantes, o que nos obriga a uma seleção um tanto arbitrária daqueles que privilegiaremos, ainda que mesmo esses apareçam como pequenas pistas do que se pretende apontar. Apesar disso, entendemos que vale a pena, na medida em que esse material possa oferecer uma visão panorâmica do problema que enfrentamos e de sua relevância.

Talvez a primeira e mais importante pista seja constatar que ainda que qualquer grupo humano tenda a apresentar um ou outro indivíduo mais problemático – desmotivado, isolado, doente, etc. – no caso dos grupos onde a SLN está presente, a relação se inverte. Ou seja, as exceções que normalmente constituem o conjunto problemático dos indivíduos nos grupos em seu momento ideal de funcionamento, assumem o caráter de padrão no grupo exposto à SLN, passando as exceções, nesse segundo caso, a serem representadas pelos indivíduos ainda dispostos a enfrentar os desafios positivamente.

Mais do que o prejuízo material que se possa pressupor na presença de um cenário assim, nos assusta o sério comprometimento da qualidade de vida de todos, cujas conseqüências freqüentemente são diluídas nos atendimentos médicos particulares e no sofrimento silencioso de alguém a quem se atribui a "culpa" pelo próprio desempenho indesejado ou até pelo próprio fracasso existencial.

Certamente qualquer pessoa pode sustentar, sem colapso neurótico, alguma quantidade de conflito e de desilusão. O problema aqui é a renitência, é a confirmação na imagem do Outro, é a lógica confirmatória da maioria, é a estética ambiental e seu poder comunicativo. O problema é a prisão num cotidiano que se repete em sensações moribundas, desestimulando planos e esperanças de futuro.

Como constatamos em nossos estudos – e, guardadas as devidas proporções, também Kernberg, Selligmann, Chanlat, Enriquez e outros vêm apontando –, as crises organizacionais não são uma conseqüência direta e inevitável de circunstâncias externas desfavoráveis, pelo contrário, são fatores internos à organização grupal que contribuem para que a SLN se instale, contribuindo para que as pessoas acreditem que a mudança é impossível.

Obviamente, o que estamos chamando aqui de "fatores internos" não compõe um conjunto isolado da totalidade econômica, política, social, histórica, cultural. Tal conjunto tem, apenas, suas especificidades e são essas que efetivamente contam para os riscos à saúde psíquica e mental das pessoas. De uma forma geral, podemos dizer que a Síndrome Loco-Neurótica se torna visível internamente, num processo complexo de desmanche e deterioração ambiental e humana – as relações tendem a esgarçar-se – perpassado por mecanismos de defesa do ego e outras características próprias de comportamentos de indivíduos neuróticos (Alevato, 1999).<sup>39</sup>

O convívio com situações como as que caracterizam a SLN tende a provocar reações de medo, ansiedade e o desencadeamento de estratégias pessoais e coletivas de defesa, tornando todos reféns de circunstâncias penosas que freqüentemente poderiam evitar. Tais estratégias, estudadas por Dejours e outros, muitos deles apontados nesse texto, funcionam como um freio às iniciativas e a qualquer perspectiva política libertadora, como explica Selligmann.<sup>40</sup>

A SLN – o risco socioambiental – é potencialmente reacionária: provoca mobilizações exclusivamente em proteção ao espaço privado; soluções individualizadas; idealização do passado; autocentramento e lutas voltadas para interesses internos; esgotamento de energias no plano discursivo; inação, inércia e acomodação.

Assim, o esgarçamento da teia de sustentação da vida grupal vai realimentando o isolamento de cada membro, reforçando a sensação de impotência e fragilidade, que difundida e identificada em cada um, parece ganhar a força da verdade. É um destino que se materializa como inevitável.

É bom esclarecer que em nenhum momento se pretendeu atribuir ao grupo alguma espécie de responsabilidade culposa, como se dependesse exclusivamente de seu livre-arbítrio – de sua consciência ou de sua decisão – envolver-se e modificar a situação vivida.

Finalmente, acompanhando os estudos de Kemberg,<sup>41</sup> podemos relacionar a centralidade do modelo adotado pela liderança ou pela autoridade instituída, no agravamento ou no encaminhamento mais produtivo das crises e desafios cotidianos.

Como temos constatado em nossos contatos com grupos em empresas, organizações e instituições, o caminho menos penoso para a superação do risco socioambiental é a adequada formação da chefia, em sua dupla face, liderança e autoridade. Não se trata de advogar uma programação de treinamentos isolados, mas de aproveitar as bases da Psicanálise Organizacional<sup>42</sup> para um trabalho de apoio e formação de novas práticas dirigentes.

Segundo o artigo 340, do Decreto 3048, ao qual já nos referimos,

por intermédio dos estabelecimentos de ensino, sindicatos, organizações de classe, [...] serão promovidas regularmente instrução e formação com vistas a incrementar costumes e atitudes prevencionistas em matéria de acidentes [...].<sup>43</sup>

É exatamente nessa direção que situamos o objetivo deste trabalho: contribuir para o esclarecimento acerca dos fatores de risco socioambientais à saúde no trabalho, oferecendo pistas acerca das possibilidades da evitação ou da superação do sofrimento psíquico, tão comum hoje, tanto quanto cruel.

## Notas

1 BRASIL. Leis, decretos. Regulamento da Previdência Social: Decreto n. 3048, de 6 de maio de 1999. Brasília: MPAS, Assessoria de Comunicação Social, 1999. 334 p.

2 Doença é alteração na saúde. Chamamos a atenção do leitor para a expressão "doença mental". Aqui, longe de se referir à caricatura do louco asilado que tanto temor desperta, nesse texto vai expressar genericamente qualquer alteração na saúde mental, de natureza aguda ou crônica, como crises emocionais, depressão, neuroses, psicoses diversas, etc., acompanhando a publicação de: EY, Henry.; BERNARD, P.; BISSET, Charles. Manual de psiquiatria. Rio de Janeiro: Atheneu, [s.d.]. Para Dejours, o sofrimento é definido "como o espaço de luta que cobre o campo situado entre, de um lado, o "bem-estar" [...] e, de outro, a doença mental ou a loucura" (DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J. F. (Org) O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996. p. 153).

3 Documento conjunto da World Health Organization e da International Labour Organisation. Mental health and work: impact, issues and good practices. Geneva, 2000. Disponível em: <<http://www.who.org>>

4 Ver nota 1.

5 Os depoimentos aos quais nos referimos estão registrados na pesquisa que desenvolvemos há cerca de dez anos, sobre as condições socioambientais de trabalho e a saúde psíquica e mental dos trabalhadores, inicialmente na Universidade Federal Fluminense e hoje no Instituto Superior de Estudos Pedagógicos. Omitimos os nomes das escolas, empresas e organizações, assim como dos profissionais que nos ofereceram seus depoimentos pessoais, por questões éticas. Para a Organização Mundial de Saúde, cerca de 45% de todas as vítimas de infarto no mundo têm histórico de episódios de depressão. Ver também: SAÚDE, meio ambiente e condições de trabalho: conteúdos básicos para uma ação sindical. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS E CONTEÚDOS BÁSICOS EM SAÚDE, TRABALHO E MEIO AMBIENTE, 1994, Brasília. Anais. São Paulo: CUT/Fundacentro, 1994. 220p. Trabalho apresentado.

6 Burnout é uma síndrome que atinge atualmente cerca de 50% dos profissionais da educação fundamental no Brasil, conforme dados publicados em CODO, W. (Coord.) Educação: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999. Sobre burnout, especificamente, ver SCHAUFELLI, W.; MASLACH, C.; MAREC, T. (Ed.) Professional burnout: recent developments in theory and research. London: Taylor & Francis, 1993.

7 Para simplificar o entendimento da questão em função das características e objetivos do presente texto, não estamos destacando o fenômeno da somatização: transferência para o corpo do que deveria ser vivido e suportado no plano psíquico. Cabe, entretanto ressaltar que já há um certo consenso entre os médicos que seguem a medicina psicossomática que toda doença tem relação direta com manifestações psíquicas e emocionais. Ou seja, a presença de desconfortos e desajustes psíquicos pode produzir diretamente sintomas e doenças no corpo ou agravar doenças que a pessoa já possui.

8 DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

9 Refere-se à pesquisa citada na nota 5, "As práticas de gestão das escolas públicas de ensino básico e sua relação com os índices de burnout entre os profissionais da educação", em curso no Instituto Superior de Estudos Pedagógicos - ISEP, do Rio de Janeiro. Esse trabalho dá continuidade, como já foi dito, a pesquisas anteriores que desenvolvemos na Universidade Federal Fluminense, entre os anos de 1994 e 2002.

10 CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 135-136.

- 11 As discussões sobre a dimensão constitutiva da estética estão apresentadas em ALEVATO, H.M.R. Trabalho e neurose: enfrentando a tortura de um ambiente em crise. Rio de Janeiro: Quartet, 1999, com base na obra de pesquisadores como BENSE, M. Pequena estética. São Paulo: Perspectiva, 1971 e DUFFRENE, M. Estética e filosofia. São Paulo: Perspectiva, 1972. (Debates, 69).
- 12 A Síndrome Loco-Neurótica foi descrita em nossa tese de doutoramento "Humanos, ainda que professores..." defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, em janeiro de 1999.
- 13 FERRIE, J. Labour Market status, insecurity and health. *Journal of Health & Psychology*, London: Sage, v. 2, n. 3, p. 373-397, 1997.
- 14 WEICH, S.; LEWIS, G. Poverty, unemployment and common mental disorders: population based cohort study. *British Medical Journal*, n. 317, p. 115-119, 11, Sept, 1998.
- 15 Podemos associar os "white collars" da pesquisa da Dra. Ferrie (ver nota 12) aos funcionários públicos brasileiros
- 16 Empobrecimento não deve ser confundido com pobreza. Empobrecimento é a condição daquele que se vê perdedor de alguma conquista ou situação anterior. A problemática das perdas e sua importância será abordada mais adiante, neste texto.
- 17 ALEVATO, H.M.R. (1999) op. cit., p. 126.
- 18 ANZIEU, D. O grupo e o inconsciente: o imaginário grupal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993, p. 20. op. cit.
- 19 FROMM, Erich. Psicoanálisis de la sociedad contemporanea. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1956.
- 20 ALEVATO, H.M.R. (1999) op. cit.
- 21 FREUD, S. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1995. v. 8, p. 95.
- 22 WALLON, H. As origens do caráter na criança. Rio de Janeiro: Nova Acrópole, 1986.
- 23 O termo neurose é um nome genérico para as desordens mentais mais comuns, geralmente caracterizadas pela emergência, no plano egóico, dos conflitos entre o id e o superego. Ver: FENICHEL, O. Teoria psicanalítica das neuroses. Rio de Janeiro: Atheneu, [s.d.].
- 24 HORNEY, K. La personalidad neurotica de nuestro tiempo. Buenos Aires: Paidós, 1951.
- 25 ALEVATO, H.M.R. (1999) op. cit., p.72.
- 26 GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985.
- 27 KERNBERG, O. Ideologia, conflito e liderança em grupos e organizações. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. p. 67.
- 28 Id. *ibid.*, p. 147.
- 29 Id. *ibid.*
- 30 FIEDLER, F. A distância psicológica do líder e a eficiência do grupo. In: CARTWRIGHT; ZANDER (Ed) Dinâmica de grupo. São Paulo: Atlas, 1969. v. 1. p. 731.
- 31 KERNBERG, O. (2000) op. cit., p. 59.
- 32 Regulamento da Previdência Social: Decreto Federal n. 3048, de 6 de maio de 1999, anexo 1, parágrafo VIII. O decreto adota a expressão consagrada pela CID X (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, publicação da Organização Mundial de Saúde, editada no Brasil pela EDUSP).
- 33 DEJOURS, C. (1992) op. cit.
- 34 FERRIE, J. (1997) op. cit.
- 35 WEICH, S.; LEWIS, G. (1998) op. cit.
- 36 CHANLAT, J.F. (Org) (1996) op. cit. Ver nota 2.
- 37 CASTORIADIS, C. (1991) op. cit.
- 38 GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- 39 ALEVATO, H.M.R. (1999) op. cit.
- 40 SELIGMANN-SILVA, E. Desgaste mental no trabalho dominado. Rio de Janeiro: Cortez, 1994.
- 41 KERNBERG, O. (2000) op. cit.
- 42 ALEVATO, H.M.R. O que é psicanálise organizacional? Disponível em <<http://www.lumiarprojetos.com.br>>. Acesso em fevereiro/2003.
- 43 Ver nota 3.

# Competência como Práxis: os Dilemas da Relação entre Teoria e Prática na Educação dos Trabalhadores

Acacia Zenéida Kuenzer\*

Abstract

Starting from the understanding of the competence category while praxis, the article proposes to analyze what the relationship between theory and practice within the ambit of the flexible accumulation is and how it happens, particularly concerning to the demands from the microelectronics basis, which displaces the need for knowledge of the product to the need for knowledge of the processes, substituting the capacity of doing for the capacity of facing non predicted events. And, right after, it discusses the most appropriate pedagogical procedures for the possible settlement of the relationship between scientific knowledge and laborious practices, what sends us to the methodological presumptions that must orient the elaboration of educational projects for the workers.

Key-words: Professional Education; Theory of the Competency; Pedagogical of Work; Scientific Knowledge; Laborious Practices; Research; Education Technologie.

## 1. INTRODUÇÃO.

Em artigo recentemente publicado,<sup>1</sup> a partir da pesquisa que vem sendo desenvolvida na Refinaria Presidente Getúlio Vargas/Repar,<sup>2</sup> argumentamos acerca da possibilidade de se compreender a categoria competência como práxis, a partir das novas demandas do mundo do trabalho, que passam a integrar conhecimento científico e conhecimento tácito a partir da mediação da base microeletrônica. Naquela ocasião, com apoio na teoria mas também nas entrevistas levadas a efeito com 148 operadores, mostramos que é possível compreender a categoria competência como

a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida.... vinculada à idéia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma transdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações; supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos.<sup>3</sup>

Ao assim compreender a categoria competência, já se conferia destaque ao ponto que constitui objeto deste texto: a necessidade de desenvolver a capacidade de articular conhecimentos teóricos e práticas laborais, reafirmando-se a compreensão de que o simples domínio do conhecimento por parte do operador, seja tácito, seja científico, não é suficiente para que se estabeleça a competência, compreendida na sua dimensão de práxis, posto que esta, segundo Vazquez, "é atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica, na medida em que esta ação é consciente".<sup>4</sup>

As entrevistas realizadas na seqüência da pesquisa – desta vez para acompanhar a inserção dos novos operadores, que haviam se submetido ao processo de formação desenvolvido com base nos princípios político-pedagógicos estabelecidos para os processos educativos a serem desenvolvidos na Repar resultantes da fase inicial da pesquisa – reiteram a necessidade de avançar nos estudos sobre as articulações entre conhecimentos científicos e práticas laborais e sobre o trabalho pedagógico necessário para desenvolvê-las. E, da mesma forma, a avaliação das dificuldades sentidas pelos operadores do setor de Utilidades, responsável pelo fornecimento de energia elétrica, água e vapor, mostrou que as competências que não se evidenciaram dependem antes de conhecimentos teóricos do que de treinamentos práticos.

Diga-se de passagem que muito se tem falado e escrito sobre a relação entre teoria e prática, mas pouco se avançou na práxis pedagógica comprometida com a emancipação dos trabalhadores em uma sociedade que, por ser atravessada pela base microeletrônica, passou a demandar o desenvolvimento das competências cognitivas complexas, particularmente no que se refere às competências comunicativas, ao desenvolvimento do raciocínio lógico-formal, ao trato transdisciplinar, à capacidade de tomar decisões e à capacidade para transferir aprendizagens anteriores para situações novas. E, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das

competências afetivas vinculadas à capacidade para lidar com a incerteza, com a dinamicidade e com o estresse, de forma comprometida com uma concepção de homem e de sociedade.

O aprofundamento dos estudos sobre esta temática resulta da própria natureza das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, que passam a estabelecer uma nova relação entre conhecimento compreendido como produto e como processo da ação humana, com o que passa-se a demandar maior conhecimento teórico por parte dos trabalhadores.<sup>5</sup>

## 2. O QUE DIZEM OS NOVOS OPERADORES.

Duarte,<sup>6</sup> ao entrevistar os novos operadores, após um mês de operação assistida,<sup>7</sup> mostra que é a "falta de articulação entre teoria e prática o que mais incomoda os novos operadores em seu processo de aprendizagem".<sup>8</sup> É interessante observar que os novos operadores manifestam esta preocupação a partir da comparação que fazem entre a primeira parte do curso de formação, eminentemente teórica, chamada formação básica, e a segunda parte, denominada formação específica, em que a teoria se apresentava fortemente vinculada à área industrial onde iriam atuar; diferenciam, ainda, mesmo na formação inicial, níveis diferentes de aprendizagem nas disciplinas básicas (física e química aplicadas ao refino) e as disciplinas que de algum modo guardavam relação mais visível com a área de trabalho, como por exemplo, equipamentos.

Ainda, com relação à comparação entre as duas etapas, 25% dos entrevistados afirmam que não se sentiram motivados durante a formação básica, e que a formação específica foi mais envolvente por causa das aulas práticas.

Ao analisar as contribuições da formação inicial para a inserção na área de trabalho através da operação assistida, 37% afirmam que a teoria trabalhada na formação inicial passou a fazer sentido na operação assistida e a mesma proporção afirmou que o curso propiciou muita informação e boa parte acabou por ser esquecida. Apenas 25% dos entrevistados afirmaram que o curso ofereceu boa base teórica e 75% afirmaram que a operação assistida foi a fase que mais contribuiu para a construção e efetivação dos conhecimentos; 37% voltaram a afirmar que prática e teoria estavam desarticuladas na primeira parte do curso.

Os operadores apontam, também, os aspectos em que o curso de formação inicial poderia ter contribuído para atenuar as dificuldades na operação assistida. De novo, aparece como resposta dominante (60%) a articulação entre teoria e prática desde o início do processo de formação; eles afirmam que alguns conteúdos deixaram de ter significação pela falta de relação com a realidade operacional.

Finalmente, ao apresentar sugestões para um próximo curso de formação inicial, 75% dos novos operadores afirmam que uma maior relação entre teoria e prática na formação inicial seria uma forma de otimizar o processo de qualificação, o que demandaria, na sua opinião, uma reorganização do currículo. Esta proposta reitera a opinião dos operadores experientes, entrevistados por Invernizzi na primeira etapa da pesquisa, que apontam a falta de relação entre teoria e prática como uma das sugestões mais adequadas para melhorar o sistema de treinamento da Repar.<sup>9</sup>

É importante destacar que, de modo geral, os novos operadores reconhecem que tiveram um bom embasamento teórico; o que apontam é a necessidade de uma melhor integração deste conhecimento com a prática desde o início do curso, em particular questionando o significado das disciplinas de caráter básico.

A percepção dos novos operadores coincide com a dos facilitadores, operadores experientes que os receberam na operação assistida; embora reconheçam a superioridade do curso com relação à sua própria formação e a cursos anteriores, ainda apontam uma maior necessidade de articulação entre teoria e prática.<sup>10</sup>

As informações apresentadas não trazem novidade, mas reiteram a necessidade de enfrentar a relação entre teoria e prática de forma mais adequada; em primeiro lugar, há que melhor compreender o que é e como se dá esta relação no regime de acumulação flexível, e em que limites, para além do que apresenta o senso comum. Em segundo lugar, discutir os procedimentos pedagógicos mais adequados ao estabelecimento da articulação possível, o que nos remete à discussão dos princípios que devem fundamentar os processos educativos dos trabalhadores, a partir do ponto de vista da construção da sua autonomia intelectual e ética, e quiçá, se historicamente possível, de sua emancipação.

## 3. DO CONHECIMENTO DO PRODUTO AO CONHECIMENTO DOS PROCESSOS: NOVAS DEMANDAS DE ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO TRABALHO.

Já se afirmou em outro texto<sup>11</sup> que, na organização social e produtiva de base taylorista-fordista, os processos técnicos e informacionais, rígidos, eram voltados para a maximização da produção; as possibilidades de fazer produtos diferenciados



dependiam das possibilidades e limites das máquinas de base eletromecânica, nas quais se materializava o conhecimento humano enquanto produto acabado. Assim, o trabalhador, ao operá-las, se relacionava com o produto do conhecimento de outros; o mesmo ocorria com os usuários dos diversos equipamentos elétricos e eletrônicos disponíveis, inclusive na área de comunicação, tais como o rádio, os aparelhos de som e a própria televisão.

Mesmo que as formas de uso e de recepção da informação fossem mediadas pelos códigos próprios de cada destinatário, ou seja, por regras de competência e de interpretação dependentes das diferentes formas, socialmente determinadas, de relação com a cultura, permitindo formas próprias de uso e apropriação, a relação se dava entre usuário e produto; este, enquanto conhecimento materializado, era rígido, permitindo não mais do que os usos determinados por sua configuração tecnológica bem definida.

A pedagogia adequada para a formação dos trabalhadores, portanto, voltava-se para a apropriação de conhecimentos enquanto produtos da atividade teórica socialmente determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas, que geralmente se dava pela repetição que levava à memorização; neste processo de aprendizagem, a compreensão da teoria que dava suporte às práticas laborais não era fator determinante, posto que se compreendia a competência enquanto capacidade para fazer.

Na Repar, esta concepção orientava a estratégia de treinamento conhecida como "correr alinhamento", ou seja, memorizar a localização, a seqüência e a função dos diferentes equipamentos que por sua vez integravam diferentes sistemas; era competente o operador que tinha "na cabeça" toda a configuração da sua área física de atuação. As relações entre os equipamentos e sistemas (fluxo) ou o domínio dos princípios teóricos eram dimensões secundarizadas em relação ao conhecimento físico da planta.

A primazia era conferida ao que Zarifian<sup>12</sup> denomina de competências em ferramentas, com as quais o trabalhador se relaciona como usuário, na perspectiva acima enunciada: com o conhecimento incorporado ao processo de trabalho como produto do conhecimento de outros, com o qual ele interage nos limites prescritos pelo produtor; não pode mudar as configurações para produzir aquilo que não foi inicialmente previsto.

A partir dos novos paradigmas organizacionais baseados nos sistemas informacionais de base microeletrônica, flexíveis, e das novas tecnologias de base microeletrônica, passou-se a discutir o impacto não só na redefinição das ocupações, mas também sobre os processos de educação profissional.

Alguns autores, como Gorz,<sup>13</sup> apontaram a tendência ao desenvolvimento de competências transversais aos diferentes setores, de modo que o domínio dos conhecimentos de informática que permitem o desenvolvimento dos sistemas automatizados em diferentes níveis de complexidade possibilita, o exercício laboral em um grande número de ocupações, o que chamou de banalização das competências. A partir destes conhecimentos suportados sobre uma sólida base de formação geral, seria possível trabalhar em um grande número de ocupações diversificadas.

Em decorrência desta tese, passam a assumir destaque as competências comunicativas, e em particular o domínio das diferentes linguagens, que passam a ser reconhecidas como fundamentais na constituição de conceitos e no desenvolvimento de competências cognitivas complexas, conforme já de longa data apontava Vigotsky.<sup>14</sup>

Se as linguagens estabelecem as mediações entre o homem e o conhecimento em todas as áreas, bem como entre a situação na qual o conhecimento foi produzido e as suas novas formas de utilização na prática, sendo pela linguagem que o conhecimento tem consciência de si mesmo, diferenciando-se do senso comum, nas tecnologias mediadas pela microeletrônica o seu domínio passa a ser central. Resta indagar se isto é suficiente.

Já em 1988, quando no Brasil esta discussão era ainda incipiente, levantava-se a hipótese de que, quanto mais se simplificava o trabalho por incorporação de ciência e tecnologia ao processo produtivo, maior a necessidade de apropriação do conhecimento científico por parte do trabalhador, apontando-se para a falácia da relação que se estabelecia entre crescente simplificação do trabalho e progressiva desqualificação do trabalhador,<sup>15</sup> desde que não se pretendesse adotar a tese da precarização.

Tomando Castels, para que não se critiquem as afirmações acima como fruto de radicalização marxista, vemos que o autor, a partir de extensa pesquisa empírica, vai mostrar que uma das principais características da multimídia é a integração de todos os tipos de mensagens em um padrão cognitivo comum:

diferentes modos de comunicação tendem a trocar códigos entre si... criando um contexto semântico multifacetado composto de uma mistura aleatória de vários sentidos... reduzindo a distância mental entre as várias fontes de envolvimento cognitivo e sensorial: programas educativos parecem videogames; noticiários são construídos como espetáculos audiovisuais, julgamentos parecem novelas<sup>16</sup>

Em decorrência, o usuário precisará ter não só um amplo domínio sobre as diferentes formas de linguagem mas também sólida formação teórica para exercer a diferenciação crítica sobre seus usos e finalidades não explicitadas; do ponto de vista educativo, será necessário ampliar e aprofundar o processo de aquisição do conhecimento para evitar o risco da banalização da realidade com todos os seus matizes de injustiça social através da confusão entre o real e o virtual, com sérias implicações éticas.

Em trabalho recente, Zarifian, com base em suas pesquisas na Europa, comprova esta hipótese ao concluir que as novas ferramentas (produtos) levam à necessidade de um conhecimento mais profundo do processo ao qual elas se aplicam, e que, para além das competências transversais, também necessárias, é preciso ter um conhecimento mais profundo dos processos, bem como dos equipamentos a eles vinculados. Ele exemplifica sua afirmação com a área de química, onde o comando de processos computadorizados exige "para que se possa compreender todas as representações gráficas, todos os parâmetros, as regulagens e os incidentes que podem ocorrer no processo, um conhecimento mais profundo e mais teórico dos processos químicos".<sup>17</sup>

Criticando a insuficiência do domínio das competências em automatismo e informática, este autor afirma com propriedade o que também observamos na Repar: os operadores e técnicos se relacionam com os diferentes sistemas informatizados como usuários; qualquer intervenção nestes sistemas, para manutenção ou para desenvolvimento, exige a presença dos especialistas. E conclui: logo, esta competência é competência de uso das novas tecnologias de informação, que não precisa do que há de fundamental na profissionalidade da ocupação,<sup>18</sup> salvo para os especialistas.

Ao mesmo tempo, suas pesquisas apontam para um fenômeno que também se observa na Repar: o aumento da responsabilidade dos trabalhadores sobre processos cada vez mais amplos e integrados, secundarizando a competência sobre uma parte do processo. Em decorrência, quanto mais se sofisticam as ferramentas técnicas, "mais se retorna às ocupações de base, porém de acordo com uma abordagem profissional mais profunda, mais conceitual, com grau de formalização superior".<sup>19</sup> Isto porque a atuação do operador se restringe, cada vez mais, a dominar eventos, ou seja, aquilo que ocorre de maneira parcialmente imprevista, que perturba a normalidade e que não pode ser auto-regulado pela máquina, exigindo intervenção humana. Assim é que as competências mais complexas que caracterizam um bom operador na Repar, segundo os entrevistados, dizem respeito à capacidade para diagnosticar problemas e atuar com confiabilidade e segurança em situações não previstas; ou seja, pressentir e enfrentar eventos.

A nova base microeletrônica muda, portanto, o eixo da relação entre homem e conhecimento, que agora passa a se dar também com os processos, e não mais só com os produtos. Desta forma, a substituição da rigidez pela flexibilidade significa que, pelo domínio dos processos, as possibilidades de uso das tecnologias, não mais se limitam pela ciência materializada no produto, mas dependem do conhecimento presente no produtor ou usuário.

Do ponto de vista da Pedagogia, isto significa substituir a centralidade dos conteúdos, compreendidos enquanto produtos do conhecimento humano, pela centralidade da relação processo/produto, ou seja, conteúdo/ método, uma vez que não basta apenas conhecer o produto, mas principalmente apreender e dominar os processos de produção.

Este foi um dos primeiros princípios pedagógicos considerados nos processos educativos que vêm sendo desenvolvidos na Repar, posto que a passagem do controle analógico para o digital diminuiu a necessidade da operação direta (em campo) dos equipamentos e sistemas, mas passou a exigir a compreensão do processo, em pelo menos três dimensões: da teoria do processo, do fluxo do processo e da gestão do processo, esta com vista à otimização.

Dito de outra forma, o que se coloca a partir das mudanças no mundo do trabalho é uma nova forma de relação entre sujeito e objeto, agora mediada pela microeletrônica, do que decorre a valorização da relação entre teoria e prática e a preocupação pedagógica de promovê-la nos cursos de formação inicial e continuada. Não se trata mais de apenas fazer, mas de um fazer refletido, pensado, o que remete à idéia do movimento do pensamento que transita do mundo objetivo para a sua representação no plano da consciência; ou seja, o pensamento não é outra coisa senão uma imagem subjetiva do mundo objetivo, que se constrói a partir da atividade humana.<sup>20</sup>

A prática, portanto, compreendida não como mera atividade, mas como enfrentamento de eventos, não se configura mais como simples fazer resultante do desenvolvimento de habilidades psicofísicas; ao contrário, se aproxima do conceito de práxis, posto que depende cada vez mais de conhecimento teórico.

Ou, como afirma Kopnin, o "pensamento como relação teórica do sujeito com o objeto, surge e se desenvolve à base da interação prática entre eles".<sup>21</sup> Ou seja, não há pensamento fora da atividade humana; esta interação tem caráter material, concreto-sensorial, passível de verificação empírica, uma vez que provoca mudanças no objeto, e ao mesmo tempo, no sujeito.

Portanto, é possível afirmar, em decorrência desta compreensão, que a competência demandada pela base microeletrônica, embora exija conhecimentos teóricos, se objetiva na prática, na capacidade para um fazer transformador, posto que voltada para o enfrentamento de situações não previstas E, para enfrentar eventos, o capitalismo fica à mercê do pensamento humano, que só se mobiliza a partir da adesão do trabalhador; daí a importância dada ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos no âmbito da acumulação flexível, incorporados ao conceito de competência; é preciso desenvolver mecanismos que levem o trabalhador a se dispor a pensar, a favor da acumulação do capital, e portanto, contraditoriamente, a favor da exploração de sua força de trabalho.

O pensamento nasce de necessidades práticas para satisfazer necessidades da prática, afirma Kopnin,<sup>22</sup> é um processo dirigido por finalidades: é a prática que determina ao homem o que é necessário, e o que ele deve conhecer para atender a estas finalidades, bem como quais são as suas prioridades no processo de conhecer. Embora o pensamento esteja vinculado às necessidades práticas, é necessário reconhecer sua relativa autonomia, o que significa que pode afastar-se da prática. Há que diferenciar, contudo, o afastamento necessário para a reflexão sobre a prática, daquele que autonomiza o pensamento sobrepondo-o à prática, encerrando-

se em si mesmo e perdendo a sua vinculação com o movimento do real.<sup>23</sup>

A partir destas considerações, voltemos às falas dos operadores; de que prática eles falam? Fica evidente sua preocupação, compreensível posto que são novos operadores, com as formas de fazer; reduzem, portanto, a prática à atividade. E passam a postular um curso de formação onde haja identidade entre conhecimento teórico e atividade, não reconhecendo como relevantes os momentos de apropriação da teoria básica do refino possibilitada pela física e pela química, tendo em vista a sua inserção no momento da operação assistida e na operação plena da área. É interessante destacar que o critério básico para inscrição no concurso é ensino médio completo, e que os novos operadores foram rigorosamente selecionados para a etapa de formação inicial através de provas, o que indica que tinham uma boa relação com a teoria na sua trajetória escolar, o que em si parece contraditório com este processo de não reconhecimento da relevância do domínio teórico no trabalho.

Aqui estamos frente a uma primeira falsa tomada da relação entre teoria e prática: a que desvincula a prática da teoria, que passa a supor-se suficiente; a prática, tomada em seu sentido utilitário, contrapõe-se à teoria, que se faz desnecessária ou até nociva. Neste caso, a teoria passa a ser substituída pelo senso comum, que é o sentido da prática, e a ela não se opõe. Em decorrência, o nível da consciência do homem comum, não há inadequação entre o conhecimento do senso comum e a prática, o que lhe confere uma certa tranquilidade, posto que nada o ameaça; o contrário ocorre com relação à teoria, cuja intromissão parece ser perturbadora. A prioridade, portanto, é conferida a uma prática sem teoria, ou com um mínimo dela, o que permite concluir que o pensamento do senso comum corresponde ao praticismo. Do ponto de vista do pensamento filosófico, o praticismo presente na consciência do homem comum corresponde ao pragmatismo, que, ao reconhecer que o conhecimento está vinculado a necessidades práticas, infere que o verdadeiro se reduz ao útil.<sup>24</sup>

É interessante observar que até se poderia aceitar este tipo de interpretação a partir do conceito de competência no taylorismo/fordismo, que se centrava nos fazeres de natureza psicofísica; a partir da base flexível, quando a competência passa a se vincular à capacidade de enfrentar situações não previstas, inscrevendo-se no âmbito da práxis, esta interpretação utilitarista da teoria que resulta da prática tomada enquanto atividade, suficiente em si mesma, não se sustenta. Tanto é que os operadores antigos entrevistados, analisando suas experiências laborais a partir da introdução dos controles computadorizados, postulam mais formação teórica, por compreenderem, na prática, que é o domínio da teoria do processo, articulada ao saber tácito, que lhes conferirá competência para enfrentar situações não previstas.

À medida que avança a operação assistida, a experiência também vai permitindo esta percepção aos novos operadores, que passam a compreender melhor a articulação entre os conhecimentos teóricos trabalhados na formação inicial e as práticas laborais; afirmam, inclusive, que passam a melhor compreender a própria teoria, em decorrência da experiência laboral.

A segunda discussão que se faz necessária é a da possibilidade de se estabelecer identidade entre o conhecimento teórico e a prática, o que vale dizer, no processo de trabalho, entre o prescrito e o real. Acerca desta questão, podemos afirmar que a teoria corresponde a uma interpretação possível da realidade, em um dado tempo e em um dado espaço; assim, será sempre parcial, revelando e escondendo ao mesmo tempo. Já a realidade é complexa, síntese de múltiplas determinações que não se deixam conhecer em sua plenitude pelo pensamento humano, sempre parcial e determinado pelo desenvolvimento histórico das forças produtivas. Portanto, mesmo reconhecendo o caráter prático do pensamento que expressa a relação entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido, não é possível afirmar a possibilidade da identidade entre a expressão formal, estática e parcial operada pelo pensamento sobre a prática e a riqueza do movimento e da complexidade que caracteriza a realidade. Não há, portanto, como promover, através de um curso, esta identidade, posto que a realidade não se deixa aprisionar pelo conhecimento teórico, o qual ela questiona, nega e supera permanentemente, através do pensamento que se move entre os pólos do abstrato e do concreto.<sup>25</sup>

O que se põe, portanto, para a discussão, é a possibilidade de articulação entre estes dois pólos – o teórico e o prático, que embora não se oponham, unificando-se através do pensamento, guardam especificidades. E aqui reside a riqueza dos processos pedagógicos, os quais, pelo seu caráter mediador, promovem a articulação entre teoria e prática, remetendo-se a discussão para o plano do método. Para enfrentá-la, há que buscar apoio no materialismo histórico, por ser este que propicia, através de suas categorias, a compreensão da competência como práxis, tal como vimos discutindo não só na pesquisa que se desenvolve na Repar, mas em nosso trabalho investigativo ao longo dos anos.

#### 4. OS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES A PARTIR DA COMPETÊNCIA COMPREENDIDA ENQUANTO PRÁXIS: ALGUNS PRINCÍPIOS.

Construir um projeto político-pedagógico que responda à discussão feita anteriormente, exige uma configuração que efetivamente articule conhecimento científico e conhecimento tácito, parte e totalidade, e teoria e prática no que diz respeito ao desenvolvimento, de modo integrado, de conteúdos, de comportamentos e de habilidades psicofísicas.

Não se pretende, e nem seria possível, esgotar a discussão do método em face da nova compreensão da categoria competência, com vista à formulação de processos político-pedagógicos de educação dos trabalhadores. Alguns resultados de pesquisa, contudo, já podem ser apresentados para estimular o debate e mesmo o avanço da produção científica nesta área, em particular os

obtidos pelo Núcleo de Estudos sobre Reestruturação Produtiva e Educação a partir de 1995.<sup>26</sup> É importante destacar que as primeiras pesquisas permitiram enunciar um conjunto significativo de hipóteses que já têm sido divulgadas,<sup>27</sup> sobre as quais a pesquisa em desenvolvimento na Repar já permite alguns avanços.

O primeiro aspecto a discutir é o ponto de partida que deve ser adotado para a formulação dos projetos de educação profissional, uma vez que o foco na tarefa, que originou o procedimento das séries metódicas e fez história principalmente no Senai, já há tempo mostrou seu anacronismo em face das mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Esta questão, contudo, está longe de ser resolvida, principalmente pelas diferentes abordagens que têm sido dadas à questão pelas diferentes tomadas da categoria competência.

Assim é que, partindo da afirmação do deslocamento do referencial da qualificação do emprego para a qualificação do indivíduo, a compreensão dada a este princípio pela concepção neoliberal de competência tem levado a centrar os processos de educação profissional no desenvolvimento de competências comportamentais, que supostamente seriam transversais a todas as ocupações, tais como trabalhar em equipe, ter iniciativa, comunicar-se adequadamente, estudar permanentemente, e assim sucessivamente; note-se que não se está falando de conhecimentos transversais, como se discutiu anteriormente, mas de comportamentos transversais. No caso brasileiro, esta concepção se fez presente nas diretrizes curriculares exaradas para todos os níveis de educação, de cumprimento obrigatório nos processos educativos escolares; nestas diretrizes, de modo geral, se dá forte ênfase à dimensão comportamental em detrimento da formação teórica. E mais, expandem-se os tempos e espaços de prática sem a obrigatoriedade de seu acompanhamento, mediante o entendimento que ela, por si só, é suficiente para a formação de qualidade.

Já as empresas de modo geral aderiram a esta compreensão, passando a promover um sem número de cursos eminentemente comportamentais, cuja insuficiência já vem sendo constatada.

Nossas pesquisas têm mostrado que a insuficiência destas abordagens, que se centram ora no objeto, a tarefa, ora no sujeito, o trabalhador, só pode ser superada através de uma compreensão que tome o processo de trabalho como relação entre o sujeito e o objeto, que passa a ser o ponto de partida para a formulação dos percursos formativos. Isto significa tomar o trabalho como foco, não reduzido a uma dimensão parcial e objetiva, mas como totalidade rica de complexas relações. Substitui-se, portanto, o conhecimento da tarefa pelo conhecimento do processo, o que vale dizer, o conhecimento de um produto do conhecimento humano que deve ser apreendido de forma mecânica, rotineira, pelo conhecimento do fluxo enquanto um conjunto de relações que revelam movimento. Não só o fluxo como totalidade interna à organização, mas como parte da totalidade mais ampla configurada pelas relações sociais e produtivas que conferem significado ao processo de trabalho típico de uma dada organização. Assim é que, em uma refinaria, o foco do processo educativo é o processo de refino, com seu fluxo interno, mas referido a toda a cadeia produtiva de produção dos derivados do petróleo, da extração e seus impactos sobre o meio ambiente às relações de poder que se derivam das relações políticas e econômicas que se estabelecem nesta cadeia.

A experiência pedagógica levada a efeito na Repar com os novos operadores foi muito significativa com relação ao par categoria/ parte/totalidade; diferentemente dos processos anteriores, centrados na memorização da "linha" e na repetição de manobras e rotinas, o projeto, tomando como foco o processo de trabalho da área onde o operador iria atuar, em relação às demais áreas, priorizou o domínio do fluxo do processo, buscando sempre a compreensão das relações entre parte e totalidade e entre teoria e prática.

A pesquisa de acompanhamento dos novos operadores, especificamente no tocante às entrevistas com os facilitadores foi reveladora dos bons resultados desta estratégia metodológica; foram referidos (houve referências inclusive à diagnose) diagnósticos de problemas e (em que) apresentação de propostas de solução pelos novos operadores, na perspectiva do trabalho com eventos, (pelos novos operadores) desde o início da operação assistida. Os facilitadores atestaram que os novos operadores estão melhor preparados para atuar nesta nova perspectiva, embora apontem a necessidade de uma consolidação das manobras na perspectiva prática; não faltaram, contudo, durante o processo de qualificação dos novos operadores, algumas manifestações de preocupação relativas à necessidade de "correr linha", resquício da história anterior de formação.

Observou-se, de fato, que os novos operadores estão potencialmente mais bem preparados, a partir do que o desenvolvimento das práticas fica facilitado no trabalho cotidiano; o oposto não seria possível, posto que as relações parte/totalidade e teoria/prática só podem ser apropriadas através do movimento do pensamento, ou seja, da atividade teórica. É através dela que o pensamento transita continuamente entre o abstrato e o concreto, entre a forma e o conteúdo, entre o imediato e o mediato, entre o simples e o complexo, entre o que está dado e o que se anuncia. Este movimento de ascensão das primeiras e precárias abstrações à compreensão da rica e complexa teia das relações sociais concretas não é apenas a passagem do plano sensível, onde tudo é caoticamente intuído ou percebido, para o plano racional, onde os conceitos se organizam em sistemas lógicos e inteligíveis.

É um movimento do pensamento no pensamento, que tem como ponto de partida um primeiro nível de abstração composto pela vital, caótica e imediata representação do todo e como ponto de chegada as abstratas formulações conceituais, voltando ao ponto de partida, agora para percebê-lo como totalidade ricamente articulada e compreendida, mas também como prenúncio de novas realidades, apenas intuídas, que levam o presente a novas buscas e formulações a partir da dinâmica histórica que articula o já conhecido ao presente e anuncia o futuro.

O ponto de partida é apenas formalmente idêntico ao ponto de chegada, uma vez que, em seu movimento em espiral crescente e ampliada, o pensamento chega a um resultado que não era conhecido inicialmente, e projeta novas descobertas.<sup>28</sup>

Não há como, portanto, propiciar este movimento senão através da atividade teórica, não separada da prática, mas que a toma como referência. Ou seja, o ato de conhecer não prescinde do trabalho intelectual, teórico, que se dá no pensamento que se debruça sobre a realidade a ser conhecida; é neste movimento do pensamento que parte das primeiras e imprecisas percepções para relacionar-se com a dimensão empírica da realidade que se deixa parcialmente perceber que, por aproximações sucessivas, cada vez mais específicas e ao mesmo tempo mais amplas, são construídos os significados.

A realidade, as coisas, os processos, são conhecidos somente na medida em que são "criados", reproduzidos no pensamento e adquirem significado; esta re-criação da realidade no pensamento é um dos muitos modos de relação sujeito/objeto, cuja dimensão mais essencial é a compreensão da realidade enquanto relação humano/social. Em decorrência, a relação entre o homem e o conhecimento é antes construção de significados do que construção de conhecimentos, posto que estes resultam de um processo de produção coletiva que se dá por todos os homens ao longo da história.

Ademais, é preciso considerar que a prática não fala por si mesma; os fatos práticos, ou fenômenos, têm que ser identificados, contados, analisados, interpretados, já que a realidade não se deixa revelar através da observação imediata; é preciso ver além da imediatez para compreender as relações, as conexões, as estruturas internas, as formas de organização, as relações entre parte e totalidade, as finalidades, que não se deixam conhecer no primeiro momento, quando se percebem apenas os fatos superficiais, aparentes, que ainda não se constituem em conhecimento.

Reduzir, portanto, o curso de formação à prática, compreendida apenas em sua dimensão de atividade através da reprodução mecânica de formas operacionais, é empobrecê-lo; esta estratégia pedagógica, eficaz no taylorismo/fordismo, resulta inadequada ao se pretender desenvolver as competências relativas à identificação e compreensão de situações que escapam à regularidade, e que, pelo seu caráter peculiar, demandam soluções não prescritas, para cuja elaboração passa a ser fundamental a capacidade de articular conhecimento científico e conhecimento tácito, superando os limites das práticas individuais pelo trabalho cada vez mais coletivizado.

Portanto, para que seja possível a aproximação produtiva da prática na perspectiva da produção do conhecimento, é preciso alimentar o pensamento com o que já é conhecido, com conteúdos e categorias de análise que permitam identificar e delimitar o objeto do conhecimento e traçar o caminho metodológico para chegar a conhecer. Este trabalho teórico, que por sua vez não prescinde da prática, é que determinará a diferença entre prática enquanto repetição reiterada de ações que deixam tudo como está, e práxis enquanto processo resultante do contínuo movimento entre teoria e prática, entre pensamento e ação, entre velho e novo, entre sujeito e objeto, entre razão e emoção, entre homem e humanidade, que produz conhecimento e por isto revoluciona o que está dado, transformando a realidade.

Finalmente, há que observar que este processo não é apenas racional, nele intervindo afetos e valores, percepções e intuições, que embora sejam fruto das experiências, inscrevem-se no âmbito das emoções, ou seja, no campo do sentido, do irracional. E, desta perspectiva, o ato de conhecer resulta do desejo de conhecer, de uma vasta e por vezes impensável gama de motivações e é profundamente significativo e prazeroso enquanto experiência humana.

O movimento do pensamento entre parte e totalidade permite compreender que o ponto de partida é sempre sincrético, nebuloso, pouco elaborado, senso comum; o ponto de chegada é uma totalidade concreta, onde o pensamento re-capta e compreende o conteúdo inicialmente separado e isolado do todo; posto que sempre síntese provisória, esta totalidade parcial será novo ponto de partida para outros conhecimentos.

Para que se chegue a esta compreensão na relação entre parte e totalidade, é fundamental a mediação da prática, em suas relações com a teoria, considerando que os significados vão sendo construídos através do deslocamento incessante do pensamento das primeiras e precárias abstrações que constituem o senso comum para o conhecimento elaborado através da práxis, que resulta não só da articulação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto, mas também entre o indivíduo e a sociedade em um dado momento histórico.

O ponto de partida, portanto, é sempre o que é conhecido, sem o que não é possível construir novos significados.

E talvez aí resida a dificuldade sentida pelos novos operadores, que os levou a rejeitar a teoria trabalhada nas disciplinas básicas no início do curso de formação, posto que ainda predomina, nas atividades de ensino, a postura que toma por objeto o conhecimento sistematizado no seu mais alto grau de abstração e generalidade, o que vale dizer, como resultado final de um processo de construção que articulou inúmeros e diversificados movimentos do pensamento coletivo e deu-se em um determinado tempo e espaço para satisfazer uma determinada necessidade da existência humana. Descolado deste movimento e desta prática, e portanto, de sua historicidade, este conhecimento dificilmente terá significado para um estudante que recebeu a tarefa de incorporá-lo a partir de sua expressão mais formalizada e estática. Daí as críticas feitas à escola sobre a incapacidade dos alunos em relacionar os conteúdos das disciplinas com as relações sociais e produtivas que constituem a sua existência individual e coletiva. Da mesma forma, os novos operadores não conseguiram estabelecer relação entre os conteúdos de física e química que fundamentam o processo de refino, a partir do que assumiram uma posição pragmática, reclamando da inutilidade daquela parte da formação.

Fica claro que ocorreu um problema metodológico que precisa ser adequadamente enfrentado a partir dos pressupostos acima enunciados: chegar às mais abstratas formulações a partir do que tem significado, e não o contrário; tanto que, na parte específica, quando não se fez concessão à teoria, mas ela foi trabalhada a partir do processo de trabalho, ou seja, conferindo materialidade à



teoria através de sua estreita vinculação com a prática de cada área, sempre zelando pela relação entre parte e totalidade através da inserção de cada conhecimento/prática no fluxo do processo, os resultados foram reconhecidos tanto pelos operadores quanto pelos facilitadores.

Chegou-se à conclusão, no transcurso da pesquisa, que uma forma metodologicamente adequada para enfrentar os desafios da articulação entre teoria e prática, partindo do que é conhecido, é a alternância de tempos e espaços. Através da alternância, em que o novo operador tem um período de aprendizagem através de atividades teórico/práticas formalizadas, tal como ocorreu na formação específica, e ao mesmo tempo uma parte de aprendizagem assistida no campo, pode-se melhor promover as articulações pretendidas.

É fundamental, contudo, que se dê cuidadosa atenção à mediação pedagógica, que neste caso será promovida por distintos atores: os instrutores e os tutores de campo, que devem estabelecer profunda integração, de modo a propiciar articulação entre as práticas e as discussões teóricas destas mesmas práticas, em ambos os tempos e espaços. A mera superposição de tempos e espaços para aprender teoricamente e tempos e espaços para atuar praticamente apenas repõe a tão discutida fragmentação entre pensamento e ação típica do taylorismo/fordismo, cuja insuficiência em face das novas demandas do trabalho já tem sido fartamente comprovada.

A concepção metodológica que vem sendo desenvolvida na Repar, e que na prática já vem se evidenciando adequada, compreende o processo de produção do conhecimento como resultante da relação entre o homem e as relações sociais em seu conjunto, através da atividade humana. O ponto de partida para a produção do conhecimento, portanto, são os homens em sua atividade prática, ou seja, em seu trabalho, compreendido como todas as formas de atividade humana através das quais o homem apreende, compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo tempo que é transformado por elas.

É o processo de trabalho, portanto, o eixo sobre o qual será construída a proposta político-pedagógica, que integrará trabalho, ciência e cultura através de criteriosa seleção de conteúdos e de seu tratamento metodológico.

Definido o ponto de partida e as formas de seu tratamento metodológico, toma-se necessário desenvolver algumas reflexões sobre o processo de seleção de conteúdos. Já se discutiu anteriormente que as transformações no mundo do trabalho exigem, mais do que conhecimentos e habilidades demandadas por ocupações específicas, conhecimentos básicos, tanto no plano dos instrumentos necessários para o domínio da ciência, da cultura e das formas de comunicação, como no plano dos conhecimentos científicos e tecnológicos presentes no mundo do trabalho e nas relações sociais contemporâneas.

Nesta perspectiva justificam-se e exigem-se patamares mais elevados de educação para os trabalhadores, até porque a concepção de competência que vimos adotando privilegia a capacidade potencial para resolver situações-problema decorrentes de processos de trabalho flexíveis em substituição às competências e habilidades específicas exigidas para o exercício das tarefas nas organizações tayloristas / fordistas.

É preciso, pois, construir uma proposta que supere as limitações identificadas, a partir da observação dos seguintes pressupostos, no que diz respeito aos conteúdos:

- articulação entre conhecimento básico e conhecimento específico a partir do processo de trabalho, concebido enquanto "locus" de definição dos conteúdos que devem compor o programa, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e das linguagens;
- articulação entre saber para o mundo do trabalho e saber para o mundo das relações sociais, privilegiando-se conteúdos demandados pelo exercício da ética e da cidadania, os quais se situam nos terrenos da economia, da política, da história, da filosofia, da ética, e assim por diante;
- articulação entre conhecimento do trabalho e conhecimento das formas de gestão e organização do trabalho;
- articulação dos diferentes atores para a construção da proposta pedagógica: operadores, supervisores, técnicos, especialistas, profissionais de recursos humanos, professores, pedagogos do trabalho, gerentes e assim por diante.

A partir destes pressupostos, algumas considerações se fazem necessárias a partir de resultados de investigações anteriores:

- a integração entre conhecimento básico e aplicado só é possível no processo produtivo, posto que não se resolve através da juntada de conteúdos ou mesmo de instituições com diferentes especificidades; ela exige outro tratamento a ser dado ao projeto pedagógico, que tome o processo de trabalho e as relações sociais como eixo definidor dos conteúdos, e não as áreas de conhecimento, que têm sua própria lógica, e que por determinação da necessidade de sistematização teórica, terá que ser formal. Os conteúdos são específicos para cada área de trabalho, e será outra a forma de organizá-los, privilegiando as situações concretas do processo produtivo; o tratamento

metodológico também será outro, privilegiando a relação teoria / prática; são outras as competências a desenvolver, para além da simples memorização de passos e procedimentos, que incluem as habilidades de comunicação, a capacidade de buscar informações em fontes e através de meios diferenciados e a possibilidade de trabalhar cientificamente com estas informações para resolver situações problemáticas, criando novas soluções; e principalmente, é outro o processo de conhecer, que ultrapassa a relação apenas individual do homem com o conhecimento, para incorporar as múltiplas mediações do trabalho coletivo;

■ a globalização da economia e a reestruturação produtiva derrubaram as fronteiras também no campo da ciência, constituindo-se áreas transdisciplinares em face da problemática do mundo contemporâneo; este mesmo tratamento precisará ser dado aos conteúdos, derrubando-se as clássicas divisões entre as disciplinas, para compor novos arranjos de conteúdos das várias áreas do conhecimento, articulados por eixos temáticos definidos pela práxis social e pelas peculiaridades de cada processo produtivo na formação profissional; assim é que, na área eletromecânica, por exemplo, a formação deverá privilegiar conteúdos que articulem a mecânica, a eletrônica, a informática, a gestão e as formas de comunicação;

■ os conteúdos são os mesmos; a forma de selecioná-los, organizá-los e trabalhá-los é que resta diferenciada, uma vez que os tratamentos fragmentados por área do conhecimento e que tomam a memorização como habilidade fundamental, típicos do taylorismo / fordismo, estão superados;

■ os conteúdos e habilidades da área de comunicação, consideradas todas as suas formas e modalidades, passam a ser estratégicos, para a avaliação crítica, para o trabalho com segurança e confiabilidade, para a participação nos processos sociais e produtivos, para o relacionamento interpessoal, para a participação política; incluem-se neste item a língua portuguesa, as línguas estrangeiras, a semiótica e os meios informatizados de comunicação;

■ da mesma forma, os conteúdos sobre as determinações sociais, políticas e econômicas que levaram à globalização da economia, à reestruturação produtiva e às novas relações entre Estado e Sociedade, precisam ser apropriados pelos trabalhadores, para que desenvolvam sua capacidade de análise das relações sociais e produtivas e das transformações que ocorrem no mundo do trabalho.

■ nesta dimensão, merecem destaque os conteúdos relativos às novas formas de organização e gestão dos processos produtivos e das novas relações sociais por estas determinadas, incluindo-se aí os novos processos de qualidade, não exclusivamente inscritos no âmbito da produtividade, mas principalmente no âmbito da qualidade de vida em todas as dimensões, com ênfase na preservação do ambiente; as transformações que estão sendo propostas para a legislação trabalhista e previdenciária; as novas formas de organização da economia e dos trabalhadores como alternativas às antigas formas de enfrentamento das contradições entre capital e trabalho; as novas demandas de educação geral e profissional para os trabalhadores; os impactos das novas tecnologias sobre a saúde e a segurança em geral e no trabalho, e assim por diante.

Finalmente, há que considerar que é a posse do conhecimento que promoverá a passagem da aceitação da autoridade para a autonomia, na perspectiva da autonomia intelectual e ética, permitindo que o trabalhador passe a ser partícipe, através de sua atividade, da criação de novas possibilidades de trabalho, no que diz respeito aos processos tecnológicos e às formas de organização. O que levará as empresas, necessariamente, a rever as suas formas de gestão, possibilitando a passagem de um estágio onde as normas são obedecidas em função de constrangimentos externos, para um estágio onde as normas são reelaboradas coletivamente e internalizadas a partir do convencimento de que elas procedem e são necessárias; o resultado seria o estabelecimento de relações sociais mais democráticas, além dos ganhos de produtividade. Resta saber quantas empresas se disporão a esta tarefa, posto que esta opção trará impactos também sobre a democratização do produto do trabalho, em contraposição à lógica que rege o capitalismo.

## NOTAS

1 KUENZER, Acacia Z. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 2-11, maio/ago., 2002.

2 Pesquisa realizada na REPAR, vinculada à Petrobras, localizada no município de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, intitulada Projetos de Educação Profissional para as novas competências demanda pelo mundo do trabalho, coordenada por Acacia Zeneida Kuenzer.

3 KUENZER, Acacia Z. (2002) op. cit., p. 8.

4 VAZQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p. 117.

5 Para aprofundamento desta discussão, ver ZARIFIAN, P. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Ática, 2001.

6 DUARTE, Ana C. Relatório de acompanhamento dos novos operadores da Repar a partir do Curso de Formação Inicial e da Operação Assistida. Curitiba: UFPR, 2002. Relatório de Iniciação Científica.

7 Momento em que, após a formação inicial, com duração de 9 meses, os novos operadores são inseridos no campo de trabalho, sob orientação de um operador experiente; este procedimento, na refinaria, é necessário em face do risco inerente a esta atividade.

8 DUARTE, Ana C. (2002) op. cit., p. 5.

9 INVERNIZZI, N. Relatório das entrevistas realizadas com os operadores da Repar. Curitiba: UFPR, 2002. p. 26. Relatório de pesquisa.

10 Ver os relatórios de Iniciação Científica de LOVATEL, L. e MENDONÇA, C., relativos ao acompanhamento dos novos operadores da Repar Curitiba, UFPR, 2003.

11 KUENZER, A. Educação, linguagens e tecnologias: as mudanças no mundo do trabalho e as relações entre conhecimento e método. In: CANDAU, V. Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e no aprender. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2000.

12 ZARIFIAN, P. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001. p.135.

13 GORZ. Métamorphoses du travail. Quête de sens. Critique de la raison économique. Paris: Galilée, 1988. p. 102.

14 VIGOTSKY. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

15 KUENZER, A. O ensino de segundo grau: o trabalho como princípio educativo. São Paulo, Cortez, 1988.

16 CASTELS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 394.

17 ZARIFIAN, P. (2001) op. cit., p. 135.

18 Id. ibid., p. 136.

19 Id. ibid., p.136.

20 Para aprofundamento ver KOPNIN, P. V. A dialética como lógica e teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Civilização, 1978.

21 KOPNIN, P. V. (1978) op. cit., p. 168.

22 Id. ibid., p.170.

23 Id. ibid., p. 169-171.

24 VAZQUEZ, A. S. (1968) op. cit., p. 210-211.

25 Id. ibid., p. 211.

26 Pesquisas realizadas pelo Núcleo de estudos sobre reestruturação produtiva e educação - NERE, coordenadas por Kuenzer, na Siemens, na UFPR/Setor de Educação, com desempregados e mais recentemente na Repar/Petrobras, todas na Região Metropolitana de Curitiba.

27 Apresento, a partir deste ponto do texto, algumas análises teóricas presentes em textos anteriores, agora revisitadas a partir da pesquisa na Repar. Em especial ver KUENZER, A. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998; e KUENZER, A. (Org). O ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

28 KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 29-30.

\* Doutora em Educação pela PUC/SP. Professora Titular do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. E-mail: aciaki@ucl.com.br.

# Emprego, Crescimento e Desenvolvimento Econômico: Notas sobre um Caso Regional

José Luis Vianna da Cruz\*

## Abstract

This article approaches a case concerned to regions with low economical dynamics, which face historical development handicap regarding labour market. It refers to the northern part of Rio de Janeiro State, so-called Fluminense Northern, or NF. In the early 70s of past century, indeed, the traditional economical sector went through a successful modernization process. Today, NF appears as responsible for over 80% of oil produced in Brazil. Also recently, the local budgets of the municípios (counties) have strongly increased due to royalties received as compensatory rights. Nevertheless, NF has remained as an outstanding poor region with a recurrent employment problem. To deal with such questions within the scope of the complex relations between economical growth and development, the author analyses the role of regionalism in the reproduction of social inequalities in NF.

Key-words: Economical Growth; Economical Development; Labour Market; Employment; Research; Petrobras; Rio de Janeiro State; Northern Fluminense.

## O lugar do trabalho, do emprego e da renda no desenvolvimento

Recentemente, tem havido uma grande mobilização em torno dos índices que buscam medir o desenvolvimento de um determinado território, às diversas escalas, ou de uma sociedade. Destaca-se, nessa movimentação, a busca da construção de indicadores que dêem conta dos denominados "aspectos qualitativos" do desenvolvimento, aqueles relacionados ao bem-estar, à qualidade de vida, à sustentabilidade, etc. Busca-se, em geral, ir além dos indicadores quantitativos, vagos, como o PIB per capita, cujo volume não define, necessariamente, o grau de distribuição de renda ou de sustentabilidade de uma economia. Exemplo disso é o Brasil, que ao alcançar, na década de 70, a posição de oitava economia do mundo, em volume do PIB, apresentava, e continua apresentando, uma das maiores concentrações de renda do globo terrestre.

Dentre outras finalidades, esses índices são utilizados para medir e orientar a interferência nas conseqüências da nova dinâmica da acumulação capitalista, que têm reforçado as desigualdades sociais e espaciais, agravando as tendências de exclusão social e de descartabilidade de territórios, como acontece na África. Alguns deles colaboram para o diagnóstico dos níveis de distribuição de renda e de sustentabilidade do desenvolvimento. É o caso do IDH e dos índices de pobreza e indigência. Nesses últimos valoriza-se mais a renda familiar média e definem-se patamares de renda mínima, por refletirem com maior precisão a distribuição de renda, componente mais importante do grave fenômeno da pobreza no Brasil. Já o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, da ONU, utiliza, por exemplo, indicadores de escolaridade e de longevidade como medida de sustentabilidade do desenvolvimento.

Esses índices buscam destacar, com maior ou menor sucesso, aspectos considerados fundamentais para medir o grau de difusão, acesso e usufruto dos benefícios da riqueza circulante, bem como acesso a infra-estrutura social e outros direitos de cidadania, característicos da situação de bem-estar social.

Por trás da disputa da eficiência dos indicadores e índices está a velha polêmica entre crescimento econômico e desenvolvimento, ou entre as dimensões econômicas e sociais do crescimento. Embora seja antiga e considerada superada por muitos, na crença de que há um consenso geral em torno dos fatos de que sem crescimento não há desenvolvimento, por um lado, e, por outro, de que não há desenvolvimento sem distribuição de renda, essa polêmica foi recolocada pelos acontecimentos recentes na economia e na política mundiais.

A nova onda capitalista em torno da terceira revolução industrial, de base essencialmente tecnológica; da nova economia; do livre mercado; da globalização financeira e da liberalização do comércio mundial, ressuscitou e fortaleceu velhos mitos e falácias, aos quais muitos que se consideram críticos se renderam, por considerá-los, na sua versão atualizada, realidades "naturais", irrefutáveis e irreversíveis. No centro destes, o mito da racionalidade técnica, na perspectiva da razão instrumental, que aponta o econômico, do ponto de vista do capital, como a variável exclusiva e suficiente para determinação do desenvolvimento.<sup>1</sup> O crescimento, só que agora como sinônimo de integração nas novas condições da globalização, voltou a ser a variável necessária e suficiente do desenvolvimento.

Para fazer a crítica da ressurreição de antigas crenças, em plena retomada da economia como ciência hegemônica na explicação da dinâmica social, encurralando, mais uma vez, a economia política, não bastam os enunciados acima sobre as relações entre crescimento, desenvolvimento e distribuição de renda. É preciso saber ler, nos processos concretos, os mecanismos de produção e reprodução das desigualdades, incorporando as relações entre território e ação social, entre sociedade, economia e política.<sup>2</sup>

Durante quase trinta anos – da década de 50 ao final da década de 70 – de teorias e de práticas voltadas para a superação do subdesenvolvimento da periferia capitalista, vicejaram teorias desenvolvimentistas, do ponto de vista dos interesses dos países periféricos, em meio a teorias ortodoxas e conservadoras, como a do take-off, de Rostow.<sup>3</sup>

Ficaram famosas as teorias da dependência como a produzida pela CEPAL – (Comissão Econômica para a América Latina, da ONU, nas décadas de 50 e 60, com Raúl Prebisch e outros)<sup>4</sup> e algumas voltadas para a busca de caminhos para o crescimento econômico e a superação das desigualdades sociais e espaciais, entre o centro e a periferia capitalista e entre espaços nos interior dos territórios nacionais. Tais teorias, que valorizam o papel do Estado, da intervenção e do planejamento na economia, produziram experiências positivas, se bem que incompletas, ambíguas e polêmicas, como a da política de substituição de importações, que abriu caminho para a projeção mundial da economia brasileira.

No entanto, eis que a nova rodada da globalização do comércio e das finanças do capitalismo mundial e a denominada terceira revolução industrial, acompanhados do neo-liberalismo como doutrina e ideologia de construção da hegemonia política, impondo o chamado pensamento único, recoloca no centro da teoria e práticas sociais a reificação da técnica, como razão única e absoluta a mover e dar sentido à ação social, expressa no meio técnico-científico-informacional.<sup>5</sup>

Contrapondo, ideologicamente, o "livre mercado" ao Estado interventor, às políticas sociais e ao controle social, a ideologia neoliberal impôs a idéia de desregulamentação do espaço público, ou do controle social; das relações de trabalho; da concorrência intercapitalista; e do fluxo de capitais e mercadorias, igualando os desiguais, ao colocar lado a lado os que possuem capital, poder de investimento e capacidade monopolística ou oligopolística sobre a inovação tecnológica e o mercado, e aqueles que possuem somente a força de trabalho ou pequenos montantes de capital.

O conceito de livre concorrência foi estendido ao mercado de trabalho. Com isso, os indivíduos tornaram-se responsáveis pelo próprio emprego – a empregabilidade, sem que tenham controle ou acesso aos elementos que ditam a sua dinâmica. Analogamente, ao reificar as idéias de eficácia e produtividade, também os lugares – cidades, territórios, nações – são responsáveis pelo seu desenvolvimento, pelo seu sucesso ou fracasso. Eficácia e produtividade são as palavras de ordem; sucesso ou fracasso, dependendo cada um de si próprio, é o desfecho, aplicado a indivíduos e aos lugares. Nessa guerra entre lugares e entre indivíduos e grupos, há perdedores e ganhadores, seja pessoas ou regiões, cidades e países, numa visão darwiniana da economia.<sup>6</sup>

O divisor de águas é a capacidade de incorporar as inovações tecnológicas no ritmo imposto pelas empresas de TC – tecnologia da comunicação e de TI – tecnologia da informação, tanto no que diz respeito à qualificação profissional quanto ao território.

A idéia de desenvolvimento, que lutara durante anos para se desgarrar da posição de apêndice, ou corolário mecânico e natural do crescimento, voltou a ser atrelada à ideologia da técnica e do crescimento concentrado e polarizado como seus promotores, dos quais seria consequência natural e mecânica, só que agora sob responsabilidade dos indivíduos e dos lugares, numa verdadeira guerra fratricida, e não mais das políticas públicas. O desenvolvimento volta a ser considerado tributário do movimento espontâneo decorrente do encontro de indivíduos racionais e livres, movidos pela ambição e pelos interesses, regulados pelo livre jogo das forças do mercado.

Acabaram-se as políticas de desenvolvimento social e territorial, ou regional. Os capitais voláteis e as grandes corporações, premidas pela escalada tecnológica, ditam a forma, o ritmo e os rumos da acumulação. As políticas de emprego e renda, antes atreladas a estratégias de desenvolvimento, passam agora a ser compensatórias, no terreno da ação social focal, emergencial, dirigidas aos excluídos, ou à população de risco. Baseiam-se na premissa de que sua clientela são os perdedores.

## Papel do regionalismo na definição e reprodução da estrutura e dinâmica do emprego

O processo de acumulação capitalista gera desigualdades sociais e espaciais. As desigualdades espaciais constituem regiões, espaços diferenciados, decorrentes da concentração espacial do desenvolvimento. A constituição de regiões é um processo contraditório, que encerra uma tensão entre homogeneização e diferenciação no processo de acumulação capitalista.

Numa dimensão, o capitalismo tende a homogeneizar as relações de produção, na medida em que subordina o conjunto das relações e práticas sociais ao padrão de acumulação, concentrado e centralizado nos setores e atividades de ponta. Sob esse ponto de vista, das relações de produção, não se poderia falar em regiões, uma vez que o espaço se torna homogêneo, em termos do padrão de relações de produção e de acumulação.<sup>7</sup>

No entanto, na prática, dois aspectos principais reproduzem e aprofundam as diferenciações e desigualdades espaciais: i) a dimensão concentrada e polarizada do desenvolvimento capitalista, produzindo rugosidades no espaço<sup>8</sup> e constituindo um padrão espacial formado por centros irradiadores e hegemônicos, de um lado, e periferias subordinadas e pouco dinâmicas, de outro, ou, no limite, centros dinâmicos e ricos e periferias empobrecidas e estagnadas; ii) os conflitos entre classes sociais e os conflitos intraclasse, como entre as frações do capital, inerentes à concorrência intercapitalista, gerando blocos de poder e de interesses hegemônicos que fecham determinadas porções do território, onde se desenvolvem formas próprias de reprodução de relações e de arranjos sociopolíticos e produtivos.<sup>9</sup>

Nesses arranjos e padrões locais de reprodução socioespacial conformam-se formas de expropriação e desqualificação da força de trabalho, bem como determinadas dinâmicas do mercado de trabalho que definem e redefinem ocupação, emprego e renda, sua produção, acesso e distribuição regional. Produzem-se formas e padrões de desenvolvimento diferenciados espacialmente, a serviço das estruturas locais de dominação. Nessa produção e reprodução de espaços regionais, o regionalismo é força fundamental, no campo simbólico.

O regionalismo é um discurso apoiado numa aliança de forças e grupos sociais que forja uma identidade referida a um espaço; forja uma idéia de história e de práticas comuns; apresenta uma leitura do passado, do presente e projeta um futuro em cima de interesses gerais remetidos a uma circunscrição territorial. Ele legitima a hegemonia de um determinado bloco de poder e o seu monopólio da representação dos interesses gerais numa determinada região, outorgando autoridade aos seus membros de porta-vozes para exercer essa representação.<sup>10</sup>



Esse grupo dominante, através da reivindicação de um tratamento diferenciado por parte das diversas escalas de poder supralocais, busca monopolizar a interlocução com essas instâncias e exercer o controle sobre os recursos fundamentais que interferem na reprodução das condições locais de desenvolvimento. Com isso, determinado espaço do território – a região – serve de base legítima para a obtenção de tratamento diferenciado por parte dos poderes públicos, em geral sob a forma de subsídios ou regimes fiscais especiais. O regionalismo sempre foi fundamental na reprodução de espaços dominados por oligarquias tradicionais, como é o caso do Nordeste, podendo também ocorrer a escalas menores do território.<sup>11</sup>

## O caso do Norte Fluminense

O norte do Estado do Rio de Janeiro-ERJ, onde se localiza a região Norte Fluminense-NF, é conhecido pelo paradoxo de ter sido área tradicionalmente grande produtora de cana e açúcar, com grande projeção nacional e de ser, hoje, responsável por mais de 80% da produção brasileira de petróleo, por um lado; por outro, de figurar entre as regiões de menor desenvolvimento do país, considerando-se os aspectos das desigualdades de renda, da qualidade de vida e bem-estar, dos níveis e condições de pobreza e de emprego, e do dinamismo da sua economia.

A maior expressão dessa assertiva é o fato de seus municípios figurarem entre os de maior quantidade de famílias pobres e indigentes, os de piores índices de qualidade de vida e os de piores colocações no IDH, em termos do ERJ, com destaque negativo para o seu pólo tradicional, Campos dos Goytacazes, e positivo para o município-sede do complexo petrolífero, Macaé.<sup>12</sup>

De acordo com estudos da FGV-Fundação Getúlio Vargas,<sup>13</sup> o norte do ERJ e os seus municípios-pólo apresentavam os seguintes dados sobre o índice de indigência, ou o percentual da população com renda per capita inferior a 80 reais:

■ Em 1970, os índices eram de 30,80% em Campos e 17,91% em Macaé. Em 80, Campos passou para 38,13% e Macaé para 33,24%, refletindo o período de expansão e modernização da agroindústria açucareira na região, que eliminou antigos cultivos e gerou um contingente de milhares de bóias-frias, expulsos do campo para a cidade, vivendo em condições precárias de vida e de renda;

■ Em 1991, o índice de indigência de Campos disparou para 52,34% e o de Macaé caiu para 31,88%. No período coberto, a década de 80, a extração do petróleo se consolidou na região, tendo o complexo se estabelecido em Macaé, enquanto Campos continuou sediando o complexo da agroindústria açucareira, que reproduziu um mercado de trabalho polarizado e restrito, em virtude da modernização, entrando em crise ao final da década.

■ Em 2000, para um percentual médio de 14,68% de indigentes no ERJ, o NF se situava na porção do território do estado com as proporções mais altas, com taxa média de 23,93%. O pólo tradicional agroindustrial – Campos dos Goytacazes – apresentava 28,88%, acima, portanto, da média regional, e Macaé, 6,52%, bem abaixo da média regional, um dos três melhores índices do estado. Tudo leva a indicar que os benefícios diretos do petróleo em termos do emprego e da renda, se concentraram no entorno de Macaé. Já Campos parece se ressentir das conseqüências da dinâmica dos últimos 30 anos da agroindústria açucareira, apesar de ter havido progressos na diminuição da indigência, nos anos 90. Seus índices representam, no entanto, o dobro da média do estado.

No NF, a monocultura da cana e a estrutura da agroindústria açucareira condicionaram, historicamente, a dinâmica econômica, social e política, monopolizando o mercado de trabalho. Consolidou-se, na década de 70 do século passado, um mercado sazonal, em que o grosso da força de trabalho alternava o trabalho na agroindústria, particularmente na cana, com os serviços domésticos e outros, considerados não-qualificados.

Na verdade, tratava-se de um mercado de trabalho em que o biscate nos serviços de baixa remuneração, predominantemente serviços ligados a unidades habitacionais ou comerciais, era a única alternativa de ocupação em relação ao trabalho na cana. Fora disso, era a migração para o Rio de Janeiro, principalmente – em caráter mais ou menos definitivo – e para a Região dos Lagos, área litorânea entre o norte do estado e o município do Rio de Janeiro, em geral, temporária, no verão, onde predominam as atividades turísticas, coincidente com a entressafra da cana de açúcar.<sup>14</sup>

Dados de 1983, do PECPM-Projeto Especial Cidades de Porte Médio, referentes a Campos dos Goytacazes, revelam que 63,2% da população de baixa renda residente nas favelas, alternavam o trabalho na cana com o biscate nos serviços domésticos e na construção civil.<sup>15</sup>

A polarização econômica – quase monopólio – do complexo açucareiro, possibilitada pelo arranjo de poder sustentado no regionalismo, reproduzia, em decorrência da concentração espacial e centralização dos recursos, um excedente de força de trabalho desqualificada, disponível para o capital agroindustrial em situação frágil de barganha, o que mantinha relações precárias de trabalho.<sup>16</sup>

Apesar de contar com uma forte e tradicional estrutura de formação e qualificação profissional – o Sistema S, escolas técnicas estaduais e uma Escola Técnica Federal, hoje CEFET, em Campos, com uma extensão em Macaé – voltada para os setores industrial e de comércio e serviços, a renda era extremamente concentrada e o mercado consumidor de baixo poder aquisitivo, o que restringia o emprego na

indústria, no comércio e nos serviços. O excedente de mão-de-obra, por sua vez, rebaixava as exigências de qualificação do mercado de trabalho nesses outros setores e os salários. A agroindústria açucareira e o emprego público, nos órgãos das três esferas de poder alocados na região, respondiam pelo grosso do emprego.<sup>17</sup>

## Modernização e mercado de trabalho no NF a partir da década de 70 do século passado

Tal situação foi consequência da modernização do setor econômico dominante – a agroindústria açucareira – na década de 70, proporcionada pela entrada de fartos recursos do IAA-Instituto do Açúcar e do Alcool, e de outras áreas do Governo Federal, principalmente através do Plano de Racionalização da Indústria Açucareira e do Proalcool-Programa Especial do Alcool, ambos implantados na década de 70.<sup>18</sup>

A expansão da lavoura e as mudanças técnicas no setor canavieiro e açucareiro, sob um padrão subordinado ao capital industrial produtor de insumos, máquinas e equipamentos sediado em São Paulo, dentre outros fatores, resultaram em profundas alterações na demanda por trabalho: i) diminuiram e quase desapareceram as lavouras de subsistência e os cultivos tradicionais, como a mandioca; ii) generalizou-se a figura do bóia-fria, trabalhador temporário residente nas favelas urbanas e rurais, expulso da terra e trabalhando em condições precárias e em regime de clandestinidade no vínculo, alternando o trabalho rural com o biscate urbano; iii) praticamente desapareceram o complexo metal-mecânico e metalúrgico integrante da cadeia produtiva do açúcar, bem como as indústrias ligadas a insumos, subprodutos e produtos da cana, como a do melado, a da cachaça e a de doces, como a famosa goiabada cascão.<sup>19</sup>

A ação regionalista das elites açucareiras, nesse período, ou o fechamento da região, ou, ainda, o seu monopólio no acesso e uso dos recursos canalizados, viabilizou a reprodução de uma economia regional extremamente concentrada e polarizada em termos da renda e do mercado de trabalho. A modernização tecnológica e a expansão da atividade tradicional aumentaram o desemprego, ou o excedente de mão-de-obra. Isto criou barreiras à especialização e à qualificação da força de trabalho, pois constituía um imenso mercado de força de trabalho desqualificada, pressionando os salários e preços dos serviços para baixo e precarizando as condições de exercício do trabalho.

A reprodução desse padrão produtivo e de relações só foi possível porque uma aliança entre as elites açucareiras, técnicos e imprensa local, logrou monopolizar o acesso e controle do uso dos recursos oriundos das políticas setoriais, tais como o Proalcool, realizando um verdadeiro fechamento da região. Com isso, a estrutura que condicionava a hierarquia, a diferenciação e as desigualdades sociais se reproduziu em meio à modernização da economia.<sup>20</sup>

Em 1991, o percentual da população de baixa renda de Campos dos Goytacazes que trabalhava na cultura da cana, nos serviços domésticos, na construção civil e como "serventes em geral" – em regime de biscate, uma vez que eram ocupações intermitentes – totalizava cerca de 46% dessa faixa da população.<sup>21</sup> Embora tenha apresentado redução em relação aos dados de 1983, apresentados anteriormente neste artigo, o índice da população oriunda da cana vivendo de biscates indica que o perfil e a dinâmica do mercado de trabalho sofreram poucas alterações nas décadas de 70 e 80, como, aliás, apontam os dados sobre indigência, também já mencionados aqui.

O caso do NF nos permite relativizar e complexificar os nexos entre crescimento, desenvolvimento, trabalho, emprego e renda. O caso do NF é representativo dos espaços do território nacional herdeiros de práticas produtivas e políticas tradicionais, sob domínio de oligarquias rurais, com estruturas de poder e de relações sociais preservadas pela modernização conservadora realizada no país. Tais arranjos e dinâmica permitem que um processo de crescimento profundo e contundente, acompanhado de modernização tecnológica, signifique reprodução e aprofundamento do subdesenvolvimento, da estagnação, da pobreza e do desemprego.

Este foi o saldo, em termos de desenvolvimento, que a região colheu ao final da década de 80. O fim da ditadura e da estrutura política, institucional e financeira que sustentava o fechamento do NF, o predomínio do capital paulista ao final do ciclo de reestruturação do setor açucareiro, no plano nacional e com presença no NF, juntamente com o capital de outras regiões, na aquisição de usinas, descortinou uma região de população pobre e pouco dinâmica em termos da geração, acesso e distribuição de emprego e renda. A extração de petróleo, apesar de ter gerado um número significativo de empregos no início das suas atividades, não apresentava sinais significativos dos seus impactos em meados da década de 80, restringindo-se estes, praticamente, a Macaé e seu entorno.

O NF passou a ser objeto de programas e projetos de cunho social, em substituição à longa história de intervenção do Estado em benefício do setor açucareiro. Exemplos disso foram o PECPM – Projeto Especial Cidades de Porte Médio, voltado para o fortalecimento do setor informal, e o tradicional PRODENOR – Programa Especial do Norte Fluminense, que, de sustentáculo do setor econômico tradicional, voltou-se para os pequenos produtores rurais e urbanos e para os assentamentos de Reforma Agrária, constituídos, em grande parte, de ex-trabalhadores rurais de usinas, em terras desapropriadas dessas últimas.<sup>22</sup>

O fim do domínio das oligarquias tradicionais do açúcar, ou a abertura<sup>23</sup> do NF, foi marcado pelas greves de trabalhadores rurais; pela reforma agrária, em que terras de usinas falidas ou em processo de falência foram distribuídas aos seus antigos trabalhadores; pela concentração de unidades industriais dominadas pelo capital de fora da região; pelo desmembramento de parte do antigo NF, vindo a constituir o atual Noroeste Fluminense-NOF; e pelo deslocamento das elites açucareiras do centro do poder político-administrativo.<sup>24</sup>

A produção de cana e açúcar, ao final da década de 90, realizada, agora, em usinas altamente tecnificadas, passou a ser metade da do auge, nos anos 80, ou seja, de quatro milhões e meio de toneladas de açúcar, contra quase dez milhões atingidos naquela década. O emprego no setor caiu, entre meados de 80 e 2001, de cerca de 50.000 para cerca de 15.000.<sup>25</sup> Foram 35.000 postos de trabalho perdidos e praticamente o mesmo tanto de mão-de-obra deslocada para o mercado de trabalho urbano, desqualificada, em virtude dos baixos níveis de instrução e de educação formal, e das condições precárias de vida.

Ao final da década de 80, a extração de petróleo passou a canalizar recursos financeiros para as administrações municipais e um novo bloco

de poder, contrapondo-se ao bloco tradicional, assumiu a hegemonia político-administrativa na maior parte dos municípios da região.

## O NF hoje: petróleo, diversificação e mercado de trabalho problemático

A extração de petróleo foi o grande fator de diversificação e diferenciação internas à economia e sociedade da região, a partir de meados da década de 70. Gerou, já na primeira década, a de 80, 10.000 empregos diretos na Petrobras, embora os processos de reestruturação da empresa a tenham integrado no padrão atual de aumento da eficiência e produtividade. Houve redução no número de trabalhadores diretos, utilizando-se, também, da terceirização na contratação da força de trabalho. Após 25 anos de fantástico crescimento no volume de produção de petróleo, a Petrobras emprega hoje cerca de 7.000 trabalhadores diretos.

Trata-se de um complexo que emprega mão-de-obra qualificada, nos níveis técnico e superior, o que provocou um redirecionamento das ações do complexo de formação e qualificação profissional da região, ante as perspectivas de retenção de grande parte da força de trabalho semi-qualificada e qualificada que migrava para outros centros. Na recessão desencadeada nos anos 80 o mercado de trabalho nacional havia restringido as oportunidades.

No plano do território, o complexo se concentrou, em termos de infra-estrutura e de logística, no município de Macaé. Os impactos, em termos urbanísticos e sobre o mercado de trabalho, foram mais significativos naquele município, onde circula a maior parte do dinheiro mobilizado pela atividade extrativa petrolífera.

Os investimentos da Petrobras em capital fixo, em Macaé, incluem o complexo da sede, o parque de tubos, o porto de Imbetiba e o terminal de Cabiúnas, com 4.000 km de tubos submarinos; em Campos, há o aeroporto do Farol de S. Tomé. Os equipamentos consistem em dezenas de plataformas e quase 170 embarcações. Não há nada nessa escala, no mundo, operada por uma só empresa. Os impactos negativos reconhecidos, porém, abarcam a favelização, a degradação da infra-estrutura e a imigração. Os empregos diretos na Petrobras somam 6.900 e nas prestadoras de serviço, cerca de 28.000, num total de 34.900 empregos diretos. São 3.500 empresas fornecedoras, sendo que 1.800 delas fazem comércio eletrônico – o **e-commerce** – com a Petrobras. Das fornecedoras, 1.200 são microempresas. Os gastos com custeio, a maior parte efetivados na região, chegam a 5,38 bilhões de reais; os investimentos em 2002 representaram 2,6 bilhões de dólares. Quanto aos tributos recolhidos em 2002, os **royalties** constituíram 2,282 bilhões de reais; para os municípios foram destinados cerca de 1 bilhão de reais, sendo que a Campos couberam 23% e a Macaé, 18%. Sessenta municípios do ERJ recebem **royalties** e participações especiais.<sup>26</sup>

O impacto mais significativo para a região é, porém, a injeção maciça de **royalties** e outras participações especiais nos orçamentos dos municípios da região, uma vez que proporciona poder de fogo e autonomia para investimentos em políticas públicas, dentre as quais as de fomento às atividades econômicas. Desde a década de 80 passada, os municípios vêm recebendo reforço dos **royalties** da extração do petróleo regional, embora só a partir de 1999, em decorrência de modificações na legislação quanto aos critérios e cálculos dos valores, esses recursos passaram a ter um peso fantástico nos orçamentos municipais.

Com isso, alguns municípios concentram esses recursos, como Campos, Quissamã e Macaé. Quissamã possui a maior relação benefícios (**royalties** e participações especiais)/população do país. Juntamente com Macaé, ambos figuram entre os municípios de maior nível de orçamento per capita do país. Segundo Siqueira,<sup>27</sup> Macaé passou, no ranking da revista Exame das melhores cidades brasileiras para negócios, do 89º lugar, em 2000, para o 39º em 2002.

O município de Campos dos Goytacazes e seu entorno, em termos de atividades produtivas, continuam girando em função da agropecuária e da agroindústria do açúcar, agora bem mais moderna, enxuta e restrita, em termos de tecnologia e emprego. A indústria de cerâmica – as olarias – e uma produção de fruticultura compensam, em parte, essa polarização. O mesmo ocorre com o crescimento significativo do setor de serviços ligados ao ensino superior e às instituições privadas de saúde.

Houve, portanto, diferenciação e diversificação no perfil econômico e produtivo da região, embora de natureza, peso e significado diferentes para as áreas de influência dos pólos de Campos e de Macaé.

No entanto, uma análise da diferenciação interna da força de trabalho e do perfil da ocupação pode ajudar a detectar por que a região permanece campeã de pobreza, indigência e exclusão social, apesar da introdução de novas atividades.

A mão-de-obra liberada pela agroindústria sucro-alcooleira tem um perfil que não a credencia para os novos setores e atividades que respondem pela maioria dos postos de trabalho criados nos últimos 20 anos. O emprego no ensino superior exige níveis de qualificação que barram o seu acesso, o mesmo acontecendo com as unidades privadas de saúde. São cerca de 1.500 empregos nas 13 unidades de ensino superior, atendendo a, aproximadamente, 18.000 alunos, somente em Campos dos Goytacazes.<sup>28</sup>

O emprego de nível técnico e superior do complexo da Petrobras beneficia principalmente uma classe média cujos filhos migravam para outros centros regionais e nacionais, mas, ainda assim, sofre a concorrência da mão-de-obra de outros estados e regiões que migram para o NF em busca do emprego no complexo de extração de petróleo. O emprego público permanece significativo, mas, não sendo criador de riquezas, beneficia, com limites, somente o comércio e os serviços.

Ao todo, foram criados cerca de 30.000 novos empregos no complexo de extração de petróleo, nos últimos vinte anos, contra a perda de, aproximadamente, 35.000 só no complexo açucareiro, para uma PEA que cresceu em mais de 40.000 pessoas no período, considerando-se somente o município de Campos dos Goytacazes. Teriam que ter sido criados mais de 75.000 empregos nesse intervalo, só em Campos, para dar conta do crescimento vegetativo da PEA e resgatar o saldo negativo das mudanças ocorridas na economia regional, entre 1970 e 2000. O fundamental é que tais postos de trabalho teriam que ser voltados, majoritariamente, para os "deserdados" da cana, o que, na prática, não ocorreu.

Só o emprego nas olarias e a ocupação nos assentamentos, concentrados em Campos, beneficiam diretamente os ex-trabalhadores rurais, não sendo, entretanto, capazes de alterar a dinâmica do mercado de trabalho, pelo pouco peso que possuem. As olarias, em torno de 100, empregam cerca de 3.000 pessoas, segundo o sindicato dos empresários do ramo. Os assentamentos de reforma agrária, apesar de abrigarem cerca de 8.000 pessoas, ainda não colheram frutos positivos da atividade produtiva, para além de ocuparem famílias antes totalmente dependentes do trabalho temporário na cana, alternado com o biscate urbano.

O que interessa, para efeito dos propósitos deste artigo, é assinalar que, para a população de baixa renda da região, constituída basicamente de ex-trabalhadores rurais, o acesso ao trabalho, ao emprego e à renda regionais continua sendo um problema gravíssimo e não atacado pelas ações públicas e privadas, notadamente no entorno de Campos.

## Da cana aos royalties: reiteração de um mercado de trabalho restrito

ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE				
ASSENTAMENTO	DATA DE INSTALAÇÃO	MUNICÍPIO	ÁREA (HA)	CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO (FAMÍLIAS)
IMBURO	18/3/1987	MACAÉ	1214,09	142
NOVO HORIZONTE	3/12/1987	CAMPOS DOS GOYTACAZES	4335	336
TIPITY	31/10/1991	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	900,07	250
CAPELINHA	23/4/1997	CONCEIÇÃO DE MACABU	1416,47	139
ZUMBI DOS PALMARES	22/12/1997	CAMPOS DOS GOYTACAZES	8025,3	456
BEM DIZIA	22/1/1999	MACAÉ	1465,48	54
CHE GUEVARA	28/2/2000	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1652,61	74
ANTÔNIO DE FARIAS	5/4/2001	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1221,02	93
ILHA GRANDE	8/8/2001	CAMPOS DOS GOYTACAZES	822,72	58
TOTAL: 09			21052,76	1602
TOTAL DE PESSOAS = 7209				
TOTAL ÁREA P/ FAMÍLIA = 4,5 ha por família				

Fonte: Superintendência Regional do Inca do Estado do RJ – Divisão de Assentamentos – junho 2002.  
Elaboração: CRUZ, José Luis Vianna. Pesquisa de tese de Doutorado, 2002.

Visto desse ângulo de análise, é possível compreender os nexos entre o perfil produtivo e do mercado de trabalho, e o mundo do desemprego e do subemprego, ou o mundo do biscate, que se reproduziu e cresceu, ainda que o setor tradicional tenha se modernizado e o complexo petrolífero seja o grande abastecedor do país, com um forte setor de serviços à extração. Esse é precisamente o mundo dos pobres e indigentes que continua a caracterizar a região rica em petróleo, açúcar e royalties, como região pobre e pouco dinâmica em termos de geração de emprego e renda.

Um dos aspectos que condicionam os estreitos limites da geração de trabalho e renda na economia do NF diz respeito ao fato de o complexo do petróleo limitar-se à extração. O petróleo sai do fundo do mar para os oleodutos que o transportam até as unidades de beneficiamento e distribuição, fora da região; as empresas de serviços a essas atividades, altamente especializados, que concentram os recursos desse setor, são em maioria estrangeiras ou sediadas fora da região, em grandes centros nacionais, como São Paulo. Não houve internalização de etapas de beneficiamento da cadeia produtiva do petróleo no NF, limitando os efeitos a montante e a jusante da atividade, ou a difusão espacial e social dos seus benefícios. Isto explicaria o limitado alcance regional dos seus impactos e a concentração dos mesmos em Macaé.

O mesmo aconteceu, historicamente, na agroindústria açucareira, limitada à produção de álcool e de açúcar cristal, não internalizando a etapa do refino ou o aproveitamento de seus numerosos e estratégicos subprodutos, além de ter parte do seu capital industrial alienado da região, limitando seus impactos, positivos e negativos, a Campos e seu entorno.

Portanto, os recursos do petróleo, com exceção dos recursos introduzidos nos orçamentos municipais, assim como os da agroindústria açucareira, são, em grande parte, drenados da região. Ambos os complexos obedecem ao padrão polarizado, concentrado e restrito, contribuindo para a reprodução do padrão tradicional. As possibilidades de gerar efeitos multiplicadores se restringem ao uso e destino que as Prefeituras dão aos royalties e outras participações especiais, que, com raríssimas exceções, não têm sido utilizados em planos, programas ou projetos de fomento das atividades econômicas capazes de produzir impacto qualitativo no recorrente padrão de desenvolvimento regional.

Ocorre, atualmente, uma diferenciação marcante entre o entorno de Campos e o entorno de Macaé, configurando dois mercados de trabalho com dinâmicas bastante diferentes. O emprego formal em Macaé apresenta rendimentos e a força de trabalho níveis de educação superiores aos de Campos. Macaé, efetivamente, polariza a economia do petróleo, ou a fração territorial da região quase totalmente dependente dessa atividade. Já existem movimentações regionalistas no sentido da criação de uma região do petróleo, polarizada por Macaé, que se estenderia pelo litoral, até o município de Búzios.

A título de ilustração, entre 1995 e 2000 o volume de royalties recebido por Campos passou de R\$2.500.000,00 para R\$148.700.000,00, ou seja, foi multiplicado por 60. Enquanto isso, o emprego formal foi reduzido de 47.000 para 42.000 postos de trabalho. No mesmo período, em Macaé, enquanto o volume de royalties foi multiplicado por 18 vezes, o emprego formal passou

de 22.669 para 41.989 postos de trabalho, quase dobrando.<sup>29</sup>

Isto demonstra a sensibilidade do mercado de trabalho de Macaé, diferentemente de Campos, à dinâmica da economia petrolífera e, ao mesmo tempo, a percepção da inexistência, ainda, de uma relação direta e fluida entre uso dos royalties e a geração de emprego no NF.

Ao mesmo tempo, reforça a percepção da existência de uma significativa diferenciação entre a porção do território regional atingido pelo complexo da Petrobras e o entorno de Campos, marcado ainda pela herança da dinâmica açucareira e do padrão de dominação das suas elites. O baixo crescimento do emprego formal em Campos sedimenta a idéia de que o mercado de trabalho local permanece refém da estrutura e dinâmica econômica tradicionais.

Outro exemplo que reforça essa interpretação é o fato de que a média de salários dos empregos formais em Macaé, bem como o nível de escolaridade da força de trabalho, são bem superiores aos de Campos.<sup>30</sup>

O que se quer assinalar é que, embora de forma diferenciada e polarizada, o emprego no NF apresenta problemas decorrentes da natureza, intensidade e qualidade das mudanças recentes, ao lado da ação política regional sobre a economia. Como agravante, além de não haver internalização na região da cadeia de beneficiamento do petróleo, permanecendo o padrão polarizado e de endave, os royalties, que funcionariam como recursos alternativos para a dinamização do mercado de trabalho e a diversificação da economia, não estão sendo canalizados para preparar a mão-de-obra desqualificada para novos patamares de ocupação e renda e nem para que a economia regional possa absorvê-la em níveis superiores de integração.

Fica mais uma vez evidente, na realidade concreta, que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. É preciso conhecer a dinâmica do mercado de trabalho, ou seja, quais são os segmentos da força de trabalho, seu grau de expropriação e as possibilidades de integração na dinâmica econômica regional; e identificar quais são as atividades econômicas capazes de mobilizar a força de trabalho e promover a sua inserção enquanto produtora de riqueza, através da sua organização e do provimento dos meios para tal – crédito, conhecimento, técnica, instrumentos de trabalho, informação, políticas públicas urbanas e de bem-estar.

Finalmente, é fundamental identificar, na cultura produtiva e política da região, os elementos que reproduzem os fatores de concentração e exclusão, nas suas diferentes dimensões. O grupo de poder hoje dominante no plano político-administrativo, à escala local, não necessita de desenvolvimento econômico para se reproduzir e manter o domínio, pois tem os royalties para serem utilizados para o clientelismo que rende votos. Alguns componentes políticos fundamentais da estratégia de dominação das elites tradicionais da "era do açúcar", de caráter autoritário e conservador, sobrevivem, apropriados, atualizados e acrescidos de novos elementos e atributos, pelos grupos dominantes atuais, o que explica, em parte, a convivência, no NF, entre atividades econômicas estratégicas no plano nacional, e padrão subdesenvolvido da socioeconomia local.

A região conta com uma massa crítica de técnicos e intelectuais, bem como com um aparato de formação e qualificação profissional, de tal nível que permitiria a plena realização de uma estratégia e política de desenvolvimento regional, tendo como centro a inclusão social das camadas mais pobres da população, o que significa enfrentar as raízes da desigualdade espacial e social, nos planos material e simbólico, econômico e político, que constituem o problema do desenvolvimento do NF.

Além disso, para que esse desenvolvimento seja inclusivo, devem-se estudar as possibilidades de ampliação das cadeias produtivas da cana e do petróleo, com atividades de beneficiamento, voltadas para a difusão territorial dos seus impactos positivos, por um lado; e, por outro, as alternativas de atividades produtivas e de serviços baseadas no acesso da maioria da população aos produtos e subprodutos regionais como matéria-prima – nos ramos dos laticínios, do açúcar e álcool e do próprio petróleo – a partir do provimento das condições estratégicas para a constituição de organizações, associações e pequenas empresas.

Essas são medidas de democratização da economia, que alteram a correlação de forças entre as classes, forças e segmentos sociais, em favor da população mais pobre e dos trabalhadores, e que permitem sua inclusão em melhores condições de barganha por salário e pela integração social como produtores. Incluem, também, políticas públicas cidadãs, que proporcionam condições – de vida, moradia e trabalho – dignas. É sempre bom lembrar o sociólogo Betinho, quando afirmava que não se deve esquecer que a finalidade da economia é a promoção da felicidade das pessoas, envolvendo garantia de bem-estar e cidadania para todos.

Ainda assim, as políticas de geração de emprego e renda, enquanto parte de uma estratégia de desenvolvimento regional, terão que partir da premissa de que o padrão tecnológico e a dinâmica de inovação nos ramos do petróleo e do açúcar tendem à diminuição da oferta de postos de trabalho, o que já vem ocorrendo nessas atividades. É importante não esquecer, ainda, que o esgotamento das reservas de petróleo conhecidas, até o momento, na região, está previsto para daqui a vinte anos, o que demanda a implantação de uma estratégia de desenvolvimento capaz de se sustentar sem o petróleo, para a qual vinte anos é um tempo relativamente curto.

Portanto, para incluir e integrar o grosso da força de trabalho, numa perspectiva de sustentabilidade, ou de viabilização da sua reprodução social em patamares cidadãos, as maiores perspectivas se ligam às políticas de auto-organização dos trabalhadores, de economia solidária, de fomento aos pequenos negócios, nos três setores da economia, com o provimento de crédito, meios de produção, assistência técnica à organização, produção e gestão, e estímulos fiscais, respaldados no resgate e atualização do saber e da qualificação tradicionais que permitiram um dia que a região se destacasse no país pelos seus produtos típicos, feitos a partir de abundante matéria-prima local. Diversificação e democratização devem contrabalançar o papel da eficiência e da produtividade como motores do desenvolvimento regional do NF. O que implica uma batalha política de enfrentamento e superação dos componentes conservadores das práticas políticas regionais.

1 Para a compreensão do movimento de hegemonia do neoliberalismo, com base na pretensa racionalidade da técnica, como valor absoluto, ver: SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997. 308 p. Introdução (p.15-22), cap. 5 (p.104-113) e cap. 10 (p.186-201). RIBEIRO, Ana Clara Torres. Conversando sobre o espaço. [S.l.: s.n.]: 1999. 26 p. Mimeo. Trabalho apresentado no Encontro Nacional da ANPUR, VIII..Rio Grande do Sul.

2 Sobre as relações entre território e ação social, ver: RIBEIRO, Ana Clara Torres. (1999), op. cit.

3 ROSTOW, W. W. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 275 p.

4 CEPAL. Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica/Comisión Económica para América Latina y el Caribe, [s.d. ] 953 p. 2 v.

5 Para compreensão da etapa recente da dinâmica espacial da acumulação capitalista denominada por Milton Santos como meio técnico-científico-informacional, ver SANTOS, Milton. (1997), op. cit.

6 MALEZIEUX, Jacques. Reestruturação produtiva e nova organização territorial: economia de comunicação e organização do espaço. Rio de Janeiro: IPPUR, 1998. 5 p. Mimeo.

7 OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 13-38.

8 SANTOS, Milton. (1997), op. cit.

9 OLIVEIRA, Francisco. (1977), op. cit.

10 BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.107-132.

11 SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A questão regional, gênese e evolução. Espaço & Debates, São Paulo: NERU. v. 7, n. 20, p. 7-25, 1987; VAINER, Carlos B. Regionalismos: anacronismo ou pós-modernidade? In: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). O novo Brasil urbano: impasse, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 163-182.

12 Para uma visão panorâmica desses índices, ver: BOLETIM TÉCNICO do Observatório Econômico da Região Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes/RJ: CEFET, n. 10, março, 2003. 54 p.

13 MAPA do Fim da Fome. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, julho, 2001. 35p. As medidas de pobreza utilizadas nesse estudo se baseiam no conceito de renda domiciliar per capita.

14 CRUZ, José Luis Vianna. Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos/RJ. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, 1986. p. 29-47. Seminário Acumulação e Pobreza em Campos.

15 Id. Ibid.

16 Id. Mercado de trabalho e exclusão em Campos/RJ. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 159-178, set./dez., 1992.

17 Id. Ibid.

18 Id. Construção e desconstrução da região Norte Fluminense entre 1970 e 2000. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003. Mimeo.

19 Id. Ibid.

20 Id. ibid.

21 Id. (1992), op. cit.

22 Id. (2003), op. cit.

23 OLIVEIRA, Francisco. (1977), op. cit.

24 CRUZ, José Luis Vianna. (2003), op. cit.

25 Dados baseados no relatório de Hamilton Jorge de Azevedo, sobre estudo da cadeia produtiva da cana-de-açúcar no NF, na pesquisa Configuração do Mercado de Trabalho da Região Norte Fluminense: Mapeamento das Cadeias Produtivas e Alternativas de Geração de Empregos. Campos dos Goytacazes/RJ: Consórcio Universitário de Pesquisa da Região Norte Fluminense, nov., 2002. 24 p. Mimeo.

26 Todos os dados sobre o petróleo na região foram recolhidos da palestra de Carlos Eduardo Sardenberg Bellot, Gerente Geral da Unidades de Negócios da Bacia de Campos, da Petrobras, no painel A responsabilidade social das empresas do setor petróleo, workshop Impactos sociais da indústria do petróleo na região Norte Fluminense, realização Projeto CTPetro-Tendências Tecnológicas e CEPECAM/UCAM-Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes/RJ, 18 de dezembro de 2002.

27 Palestra de Jorge Tavares Siqueira, secretário de Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura de Macaé/RJ), idem acima.

28 CRUZ, José Luis Vianna. (2003), op. cit.

29 A EVOLUÇÃO do emprego formal na região Norte Fluminense: um enfoque sobre Campos e Macaé. Boletim Técnico: Observatório econômico da região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ: CEFET, n. 1, mar., 2001. 17 p.

30 Id. ibid.

\*Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: josluivianna@uol.com.br.

# A OIT nos Primórdios da Institucionalização do Ensino Técnico-Profissional<sup>1</sup>

Marcela A. Pronko\*

## Abstract

The International ILO Conferences have played (and continue to play) an important and differentiated role in the construction of agent networks and in the dissemination of proposals, not just by the content of its resolutions, but by the specific dynamics of its composition and operation. Therefore, the purpose of this article is to analyse the ILO's activities in the definition of technical-professional teaching models and the influence in the process of institutionalizing professional education through the ILO's recommendations in 1939 about this subject.

Key-words: Professional Education; Industrial Learning; International Agencies; History; ILO.

Nos dias de hoje, não é novidade ressaltar a importância do papel desempenhado pelos organismos internacionais – não só de financiamento, mas também de cooperação técnica – na definição de políticas nacionais e regionais, de corte tanto econômico como social. Entre essas, as relativas às áreas de educação, em geral, e de formação profissional, em particular, são, também, reconhecidamente influenciadas pelas recomendações desses organismos.<sup>2</sup> A ação dos mesmos contribuiria, hoje, para uma certa homogeneização das referências intelectuais e técnicas das propostas de institucionalização ou reforma decorrentes das políticas setoriais desenvolvidas no âmbito nacional. Entretanto, a circulação internacional de experiências e propostas institucionais desempenhou, historicamente, um papel importante na elaboração de soluções nacionais aos problemas derivados da conflitividade social.

Para a América Latina, de um modo geral, a partir da década de 1930, o nascente processo de industrialização levou à instalação de um crescente debate, primeiro, e à definição posterior de diversos sistemas e subsistemas de formação profissional. Tratava-se de uma questão nacional chave, embora a constituição de foros internacionais específicos para a discussão de temáticas afins, como a definição de uma institucionalidade para o ensino técnico-profissional, tenha contribuído, desde muito cedo, para a difusão e o intercâmbio de propostas e experiências concretas.

Nessa busca por "sistemas de formação" que atendessem aos objetivos almejados por cada um dos setores envolvidos (empregadores, trabalhadores e governos), a circulação das múltiplas experiências e propostas institucionais, nos também diversos fóruns internacionais, favoreceu a construção de propostas setoriais internacionalizadas, como soluções concretas a esses problemas. Se não é correto afirmar, para essa época, a preeminência dos debates internacionais sobre a "originalidade" das propostas e iniciativas "nacionais", também não se pode desprezar o papel desempenhado por esses fóruns internacionais na difusão de experiências e na construção de "soluções", por adesão ou reação, às potencialidades dos modelos em foco.

Dessa maneira, se o internacionalismo operário foi um fio condutor para o desenvolvimento de uma série de instâncias nacionais similares para a auto-formação do trabalhador,<sup>3</sup> sendo talvez a forma mais conhecida e documentada dessa influência internacional, a mundialização do capitalismo também criou redes internacionais para a difusão de estratégias e "soluções" aos problemas sociais gerados pela sua progressiva implementação e desenvolvimento. Um exemplo disso foi a OIT (Organização Internacional do Trabalho) que, sob um discurso de defesa dos direitos trabalhistas (mas também da necessidade do controle social), foi marco para o desenvolvimento de políticas articuladas, principalmente pelo capital, para a formação dos trabalhadores.

De fato, a criação da OIT, em 1919, abriu um espaço privilegiado para a troca e circulação das idéias. Desenhada, no papel, para harmonizar, sob mediação dos governos, os interesses de trabalhadores e empregadores na definição de políticas referidas às relações de produção e trabalho, o organismo se mostrou, na prática, um espaço de legitimação para a definição de orientações corporativas comuns.

Exemplo disso foram as discussões travadas, internamente, para a definição das Recomendações relativas à educação técnica e profissional e à aprendizagem industrial, aprovadas pela Assembléia da OIT na sua sessão anual de 1939. Essas Recomendações, as primeiras a abordar de forma ampla essa temática, tiveram uma influência visível na definição de propostas empresariais de formação profissional em vários países da América Latina, entre eles, o Brasil.

Além da atuação específica da OIT, outras instâncias internacionais também contribuíram com essa circulação de idéias. As

conferências e congressos internacionais – específicos, temáticos e/ou setoriais –, constituíram uma instância fundamental para a estruturação de redes de atores e instituições, através das quais circulavam iniciativas e propostas formuladas a partir de experiências locais ou nacionais. Mas a constituição dessas redes ia além do simples conhecimento e/ou intercâmbio de novas experiências, permitindo a articulação de interesses concretos entre grupos similares de países diferentes.

Exemplos significativos e bastante conhecidos, no sentido apontado, foram os Congressos Nacionais e Internacionais das organizações do operariado, que tiveram papel importante na difusão e definição de alguns tipos de propostas institucionais para enquadrar a formação profissional desde uma perspectiva de auto-formação.

No mesmo nível de importância, outros tipos de congressos e eventos, nacionais e internacionais, também tiveram atuação destacada. Entre os eventos internacionais específicos que tiveram algum tipo de influência na difusão de propostas de institucionalização do ensino técnico-profissional na época, podemos destacar, por exemplo, aqueles de caráter mais acadêmico ou técnico, como os Congressos Internacionais de Ensino Profissional, organizados pelo Bureau International de l'enseignement technique, que se realizaram em Lyon (1921), Charleroi (1925), Liège (1930), Paris (1931), Roma (1936) e Berlim (1938).<sup>4</sup>

Poderíamos mencionar, ainda, eventos como a 1ª Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, realizada em Havana em 1946. No plano nacional, outro tipo de Congresso teve importância manifesta para a definição de propostas de organização do ensino técnico-profissional: referimo-nos aos congressos realizados no âmbito profissional da engenharia, cujas recomendações viriam, em muitos casos, ao encontro das necessidades de racionalização técnica das proposições do empresariado industrial.

Mas, no sentido acima assinalado de construção de redes e difusão de propostas, as Conferências Internacionais da OIT desempenharam (e continuam desempenhando) um papel fundamental e diferenciado, não só pelo conteúdo de suas resoluções mas, também, pela dinâmica particular da sua composição e funcionamento. Por isso, neste texto, propomo-nos analisar a atuação da OIT na definição e difusão de modelos de ensino técnico-profissional e sua influência no processo de institucionalização desse tipo de ensino, através da consideração do processo de elaboração das primeiras recomendações da OIT, em 1939, sobre o tema.

## A OIT e o ensino técnico e profissional.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada em 1919, ao término da Primeira Grande Guerra, quando se reuniu a Conferência da Paz, primeiro em Paris e depois em Versalhes.<sup>5</sup> A criação de uma organização desse tipo tinha sido proposta, já no século XIX, por Robert Owen e Daniel Legrand. A primeira tentativa efetiva de convocar uma Conferência Internacional, para discutir os meios de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, partiu do governo suíço, em 1890, e contou com a colaboração do Imperador alemão Guilherme II e do Papa Leão XIII. O antecedente direto foi a Associação Internacional para a Proteção Legal dos Trabalhadores, instituída na Basiléia, em 1901, cujos princípios foram posteriormente incorporados pela Constituição da OIT, redigida em 1919.

Segundo a própria OIT, sua fundação respondeu a preocupações humanitárias (pelas condições de vida e de trabalho do operariado), a motivações de caráter político (para evitar as potencialidades revolucionárias do descontentamento causado pela injustiça social) e econômico (para assegurar a igualdade nas regras do jogo no mundo da produção).<sup>6</sup> Desde o início, sua organização incluiu representação tripartite, nas conferências e nas comissões, com participação de delegados dos governos, das organizações de empregadores e de trabalhadores de cada um dos países membros.

Para Hobsbawm, a Liga das Nações, estabelecida logo após a Primeira Grande Guerra, e da qual a OIT formava parte, nasceu como uma alternativa para impedir outra guerra mundial. A idéia era criar uma organização "que tudo abrangesse, e que solucionasse pacífica e democraticamente os problemas antes que se descontrolassem, de preferência em negociação pública ('alianças abertas feitas abertamente')...".<sup>7</sup> No caso da OIT, tratava-se de dar solução aos conflitos, abertos pela mundialização do modo de produção capitalista, entre capital e trabalho. Desse modo, a OIT passava a funcionar como organismo internacional de mediação/harmonização de interesses entre ambas as forças, em contraposição/complementação às formas de resolução nacional (e potencialmente classistas) do conflito.<sup>8</sup> Seu caráter de organismo internacional permitia-lhe uma atuação como "gerador de consensos", com uma certa potencialidade coercitiva pela sua atribuição de fiscalização internacional das normas estabelecidas.

A primeira Conferência Internacional do Trabalho da OIT aconteceu ainda em 1919, em Washington. Cada um dos Estados Membros foi representado por dois delegados governamentais, um representante das organizações dos empregadores e um representante das organizações dos trabalhadores. Nessa primeira reunião, aprovaram-se os seis primeiros convênios internacionais do trabalho referentes a: horas de trabalho na indústria, desemprego, proteção da maternidade, trabalho noturno de mulheres e idade mínima e trabalho noturno de menores na indústria.

Após a dissolução da "Liga das Nações" e o término da Segunda Guerra Mundial, a OIT se transformou, em 1946, no primeiro organismo especializado do então criado foro internacional das "Nações Unidas" e, dois anos depois, a Conferência Internacional do Trabalho, reunida na Filadélfia, aprovou a chamada "Declaração de Filadélfia" que, como anexo à Constituição da organização, fixava, com uma redação modernizada, os fins e objetivos da mesma.



Desde cedo, a OIT exprimiu a sua preocupação pela regulamentação e organização do ensino técnico e profissional, enquanto elemento constitutivo fundamental das relações de trabalho, o que se cristalizou numa série de recomendações.

Em ordem cronológica, durante a primeira metade do século XX, elas foram:

1937 - Recomendação nº 56: sobre o ensino profissional para a indústria da construção.

1939 - Recomendação nº 57: sobre a formação profissional.

1939 - Recomendação nº 60: sobre aprendizagem.

1949 - Recomendação nº 87: sobre orientação profissional.

1950 - Recomendação nº 88: sobre formação profissional dos adultos, incluindo os inválidos.<sup>9</sup>

Nesse conjunto, sem dúvida alguma, as recomendações elaboradas pela Conferência Internacional do Trabalho em 1939 foram as mais importantes no tratamento do tema e tiveram múltiplos desdobramentos nos distintos países. Por isso, resulta conveniente uma consideração mais detalhada do processo de elaboração e do produto dessa Conferência.

## Os debates em torno da aprendizagem industrial

Uma primeira discussão sobre a importância da questão do ensino técnico-profissional e da aprendizagem industrial se realizou durante a 24ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em 1938, onde se estabeleceu que o tema seria tratado como primeiro ponto da ordem do dia da Conferência do ano seguinte. Para isso, a Conferência de 1938 tinha elaborado, como parte de suas conclusões, uma lista de questões sobre o tema, com o intuito de balizar as discussões e definir uma consulta a ser realizada junto aos Estados Membros da Organização. Essa lista e as primeiras considerações sobre o tema constituíram um relatório preliminar (conhecido como "Relatório Cinza"), a ser examinado por uma comissão especial instituída para tal efeito. Essa comissão,<sup>10</sup> baseada no mencionado relatório, elaborou um projeto de conclusão que, junto das respostas ao questionário remetido aos Estados Membros, serviu de base para a elaboração de um relatório definitivo (conhecido como "relatório azul"), que foi efetivamente submetido à discussão, como primeira questão da ordem do dia, na 25ª Conferência de 1939.

O relatório das atividades da Comissão de 38, que examinou a lista de pontos preliminares,<sup>11</sup> contém uma síntese das discussões travadas no seu seio, mostrando, de um lado, o processo de construção das recomendações da OIT e, de outro, o posicionamento adotado pelas bancadas respectivas. Da sua leitura surgem algumas constatações que resulta interessante ressaltar.

Em primeiro lugar, pode-se observar que o funcionamento da Comissão reflete mais a contraposição dos interesses setoriais/corporativos (através do funcionamento por bancadas) do que a diversidade nacional nela representada. De fato, a questão nacional aparece em um segundo plano, perante a confrontação direta entre as propostas dos empregadores, de um lado, e as dos trabalhadores e do governo, de outro. Nesse sentido, é interessante observar que as partes I, II, III e V do relatório da comissão (referentes à forma a ser adotada pela regulamentação internacional do ensino técnico-profissional, sua organização geral, as características específicas do ensino profissional e técnico, e questões como certificados, estágios e pessoal docente) foram aprovadas por unanimidade, enquanto que a parte IV, relativa à aprendizagem industrial, foi aprovada em votação nominal, por 105 votos contra 29.<sup>12</sup> Não foi por acaso que isso aconteceu, já que a aprendizagem industrial foi o ponto mais conflitivo das discussões da comissão, merecendo, no final, uma recomendação separada da OIT.<sup>13</sup> Essa cisão entre ambas as recomendações (nº 57 e 60) não fez mais do que refletir a posição conflitante do bloco dos empregadores, apesar da recorrente derrota sofrida nas votações pelas suas posições, perante a existência de uma aliança, de fato, entre a bancada dos trabalhadores e a dos governos.

Já na discussão geral da Comissão, a posição dos empregadores, enquanto bloco, aparece clara. O relatório registra que:

Da parte dos empregadores, solicitou-se à Comissão que se mantivesse, ao longo dos debates, no terreno da

realidade e que não perdesse de vista os possíveis perigos de comprometer os resultados da iniciativa privada, através de medidas exageradas de controle por parte do Estado.<sup>14</sup>

Partindo dessa advertência, é possível constatar ao longo dos debates particulares (ponto por ponto) da Comissão, que a maior parte das emendas apresentadas corresponde à bancada dos empregadores, geralmente com o intuito de especificar o menos possível o conteúdo e as características do ensino profissional recomendado nas conclusões.

Se isso se observa na discussão de todos os pontos da lista originalmente definida, resulta particularmente ilustrativo o debate em torno do que deveria ser objeto de regulamentação na instituição de um regime de aprendizagem, em nível nacional. A proposta discutida na 24ª Conferência, constante do Relatório Cinza, estabelecia os seguintes elementos, como partes fundamentais a serem definidas para essa regulamentação:

- a) Direito do empregador de formar seus aprendizes;
  
- b) Condições de ingresso no regime de aprendizagem:
  - i) idade mínima;
  - ii) nível de instrução geral solicitado;
  - iii) eventualmente, exame de aptidão física e psicológica;
  
- c) Registro dos aprendizes;
  
- d) Controle do número de aprendizes empregados;
  
- e) Duração da aprendizagem e cumprimento do período de estágio;
  
- f) Organização de exames e certificação final de aprendizagem;
  
- g) Designação do órgão, ou dos órgãos encarregados de exercer um controle contínuo da aprendizagem, notadamente:
  - i) do ponto de vista da aplicação da regulamentação;
  - ii) do ponto de vista da eficácia da formação.<sup>15</sup>

Nesse contexto, a discussão desencadeada ao redor do item d), sobre o "controle do número de aprendizes empregados", ilustra a posição assumida pelos empregadores que, perante qualquer tentativa de controle externo, reivindicavam a adoção das "leis da oferta e da demanda". Registra o relatório da Comissão que:

Diversos membros dos empregadores estimaram que o controle proposto corria o risco de outorgar um caráter restritivo e travar a formação dos trabalhadores qualificados. O membro empregador dos Estados Unidos sustentou que o número de aprendizes deveria ser determinado exclusivamente pelo jogo da lei de oferta e demanda.<sup>16</sup>

Frente a esse argumento de "livre mercado", os representantes dos governos defenderam a manutenção do item, esclarecendo que o estabelecimento do controle do número de aprendizes visava mais impulsionar do que restringir a difusão da aprendizagem. Realizada a votação, o item foi mantido por 38 votos contra 16, recebendo a bancada governamental o apoio da bancada dos trabalhadores.

Mas o entrave mais sério aconteceu logo a seguir. Aprovados todos os pontos da proposta original, os representantes dos governos da Dinamarca, Noruega e Suécia propuseram, conjuntamente, acrescentar os seguintes elementos como itens importantes na regulamentação da aprendizagem:

h) Forma e registro dos contratos de aprendizagem;

i) Modo de fixação dos salários por aprendiz;

j) Salários em tempo de crise/desemprego;

k) Férias remuneradas para aprendizes;

l) Aprendizes como membros dos sindicatos profissionais.<sup>17</sup>

Essa emenda foi objeto de um longo e intenso debate. Para os representantes dos empregadores, todos esses elementos diziam respeito mais à organização industrial do que à formação profissional do trabalhador e, por isso, não deveriam ser incluídos como pontos da proposta de regulamento em elaboração. Especial recusa despertou a alínea l), como salienta o relatório:

Sua argumentação se desenvolveu com uma força particular em relação à alínea l) concernente ao direito de associação profissional dos aprendizes. A Comissão devia, acrescentavam os empregadores, abster-se precisamente de abordar essa última questão, em se tratando de uma matéria extremamente delicada que parecia impossível de se separar da questão geral do direito de associação profissional, pois sabia-se que a Conferência não tinha conseguido tratar essa questão com sucesso.<sup>18</sup>

Apesar da oposição dos empregadores, as alíneas acima foram incorporadas por votação majoritária de representantes dos trabalhadores e dos governos. Mas, ainda assim, a recusa dos empregadores acabaria sendo irredutível. Terminados os trabalhos, o relatório da comissão foi colocado em discussão em sessão plenária. Nessa oportunidade, os empregadores tomaram a se manifestar, apresentando, mais uma vez, a posição da bancada a respeito. Apesar de longa, vale a pena reproduzir a citação na íntegra:

O representante dos empregadores da Suíça sublinhou o fato de que o grupo dos empregadores declarou-se disposto a examinar com beneplácito a questão referida na ordem do dia, reconhecendo que tinha uma importância de primeira ordem; o grupo colaborou, depois, sem reservas, com os trabalhos da Comissão em que as deliberações estiveram animadas por um real espírito de conciliação. No entanto, o orador viu-se obrigado a declarar que, ainda tendo aprovado e inclusive recomendado a maior parte dos pontos propostos no texto adotado pela Comissão, os empregadores viam-se na impossibilidade de aprovar, na sua totalidade, os pontos reservados em função do questionário. A principal objeção, sublinhou o orador, devia-se ao fato, em primeiro lugar, de que tinham sido introduzidas, em um domínio que concerne à formação profissional, questões que lhe eram estranhas e dependiam da organização industrial propriamente dita. A oposição e as reservas dos empregadores referiam-se, em particular, aos seguintes pontos: o controle do número de aprendizes, o relativo aos salários (modo de fixá-los e salários em tempos de doença) e as férias remuneradas, o direito de associação profissional dos aprendizes, a participação dos representantes dos setores interessados, em especial das organizações de empregadores e de trabalhadores nos cargos de controle da aprendizagem. Sobre esses pontos, declara o orador, uma regulamentação internacional resultava inadmissível para o grupo dos empregadores. Em

conseqüência, viam-se obrigados a votar contra essa parte do relatório da Comissão.<sup>19</sup>

Essa posição da bancada dos empregadores na Comissão, ratificada pelas respostas remetidas pelas organizações dos empregadores à OIT, em relação ao questionário encaminhado aos países membros, acabou cristalizando-se na separação das Recomendações aprovadas na 25ª Conferência<sup>20</sup>, destacando a questão da aprendizagem, da problemática geral do ensino técnico-profissional. Essa separação permitiria, tanto aos governos quanto às organizações nacionais do empresariado industrial, a adoção parcial das recomendações elaboradas no seio do organismo internacional, representando um ganho, de fato, para o empresariado, uma vez que a aprendizagem industrial era reconhecida como parte intrínseca das relações de produção. Isto é, como forma específica de atuação direta do capital sobre o trabalho.

Assinala ainda o relatório que, findas as discussões em torno da elaboração dos pontos do questionário, a Comissão tomou conhecimento de um certo número de declarações de caráter geral, apresentadas por algumas representações nacionais, com uma finalidade mais informativa do que prática. Duas mereceram particular destaque: a que expressava a preocupação dos representantes governamentais da Grã-Bretanha pela definição dos termos utilizados nas recomendações,<sup>21</sup> e a das representações dos Estados Unidos em conjunto, apresentando os princípios gerais adotados pela formação profissional, nesse país.<sup>22</sup>

Uma vez finalizadas essas declarações gerais e aprovados os pontos que deveriam compor o questionário, ele foi redigido e remetido para os Estados membros. O governo brasileiro nomeou uma comissão especial, em fins de 1938, para tratar do tema e, ainda que não se tenha referência concreta sobre o encaminhamento da resposta, a participação brasileira na 25ª Conferência foi suficientemente expressiva para tirar qualquer dúvida sobre as posições defendidas nela.

Em seu livro, já clássico, *História do Ensino Industrial no Brasil*, relata Celso Suckow da Fonseca<sup>23</sup> que os representantes brasileiros à 25ª Conferência Internacional do Trabalho, Francisco Montojos, como delegado do governo, e Oscar Saraiva, como delegado dos empregadores, integraram a Comissão do Ensino Técnico encarregada da redação final das recomendações sobre o tema.<sup>24</sup> Destaca o autor que,

Francisco Montojos expôs em plenário a situação em que se encontrava, naquela época o ensino técnico-profissional no Brasil, esclarecendo aos delegados de outras nações (...) que a legislação brasileira, correspondente ao ensino profissional, estava adiantada e incluía mesmo algumas das medidas que ainda sob forma de sugestões a Conferência iria recomendar aos países membros da Sociedade das Nações.<sup>25</sup>

No entanto, o mesmo autor adverte que,

Quanto à aprendizagem, porém, ainda não se cuidara dela, de forma prática no Brasil. Apenas em Pernambuco, Rodolfo Fuchs organizara, no ano anterior, as chamadas oficinas-escola, que estavam sendo bem recebidas. Urgia, entretanto, uma providência de ordem geral, que abrangesse todo o país. <sup>26</sup>

Essa providência, para Fonseca, acabaria resultando, no plano nacional, na criação do SENAI, como iniciativa dos empresários industriais, ainda que com apoio governamental. Mas, as características e o posicionamento adotado pela representação brasileira na 25ª Conferência são ilustrativos para explicar a importância relativa atribuída à OIT nos respectivos contextos nacionais.

Para o empresariado industrial, em termos gerais, a importância dada à organização era mesmo relativa. A OIT resultava útil (importante) para o empresariado quando colocava um novo problema, do seu interesse, na agenda de discussão do Estado.<sup>27</sup> Mas, o caráter não-compulsório das suas recomendações fazia com que fosse absolutamente relativizado seu cumprimento, em virtude da especificidade das características nacionais.<sup>28</sup> Essa importância relativa, atribuída ao organismo, se exemplifica no fato de que nem sempre as organizações representativas do setor enviavam delegados às conferências.

Bastante diferente era a atitude dos governos perante a OIT. Para eles, essa organização representava uma instância internacional de legitimação utilizada, com frequência, para reforçar sua posição interna e externamente.<sup>29</sup> Um claro exemplo disso, é a citada intervenção de Montojos no tratamento do ensino técnico, em que apresenta o governo brasileiro como um precursor na regulamentação desse tipo de ensino.<sup>30</sup>

Para os trabalhadores, entretanto, a OIT constituía um duvidoso espaço de visibilidade. Rechaçada pelas frações classistas internacionalistas do movimento operário, era, para as frações propriamente "sindicalistas"<sup>31</sup> e/ou de inspiração católica, um espaço válido de representação, uma via conciliatória para a resolução dos conflitos. Porém, uma via nem sempre acessível. Em 1939, por exemplo, não comparecem à Conferência delegados dos trabalhadores brasileiros. Em algumas ocasiões, também existia

uma acirrada luta entre frações no âmbito sindical, pela legitimidade dessa representação, que muitas vezes devia ser aceita previamente pelos respectivos governos. Por isso, eventualmente, a participação nas Conferências representava para os trabalhadores uma conquista, e suas resoluções um ganho, uma arma de luta a ser utilizada no contexto nacional.<sup>32</sup>

## As Recomendações nos 57 e 60 da OIT

Finalmente, baseando-se nas respostas encaminhadas ao questionário, a Secretaria da Conferência Internacional do Trabalho elaborou dois projetos de recomendação que foram aprovados na 25ª reunião, ocorrida em Genebra em 1939. A Recomendação nº 57, conforme dissemos, refere-se à formação profissional. Considerando conveniente estabelecer uma organização eficaz para a formação profissional, em benefício tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores e da comunidade em geral, já que ela constitui fator de progresso social e da cultura geral dos trabalhadores, a OIT enuncia alguns princípios e métodos que cada um dos Estados Membros deveria aplicar em seu território.<sup>33</sup> A primeira parte da recomendação contém a definição do que é formação profissional,<sup>34</sup> ensino técnico e profissional<sup>35</sup> e aprendizagem,<sup>36</sup> que ficam, assim, claramente diferenciados. A partir dessas definições, a recomendação centra-se nos dois primeiros termos, deixando o terceiro para o tratamento em uma recomendação específica.

Assim, a segunda parte da recomendação nº 57 trata da organização geral do ensino técnico e profissional, estabelecendo que deveria ser coordenado e desenvolvido segundo um programa geral, com participação dos governos, dos empregadores e dos trabalhadores. No contexto desse plano geral, a recomendação trata da preparação pré-profissional (terceira parte), estabelecendo que "todos los niños deberían recibir una preparación que desarrolle en ellos la noción, el gusto y la estima del trabajo manual",<sup>37</sup> sugerindo que esses seriam elementos indispensáveis para uma formação geral, e facilitadores de uma orientação profissional posterior.

A quarta parte da recomendação refere-se, por sua vez, ao ensino técnico e profissional específico. Segundo a OIT, cada país deveria possuir um conjunto de escolas em número suficiente, com distribuição geográfica adequada e programas adaptados às necessidades econômicas e que formassem os vários níveis da hierarquia ocupacional.<sup>38</sup> No entanto, também estabelece a recomendação que,

En los países que aun no dispongan de un número suficiente de escuelas profesionales y técnicas sería conveniente que las empresas, cuya importancia lo permita, asuman los gastos de formación profesional de cierto número de trabajadores jóvenes, en proporción al total de trabajadores empleados por la empresa.<sup>39</sup>

A recomendação trata ainda, na quinta parte, da formação, antes e durante o emprego, definindo as características que deveriam adotar os cursos complementares. A sexta parte, ao seu tempo, refere-se às medidas de coordenação e de informação que deveriam orientar essas iniciativas de formação. Destacam-se, entre elas, a participação de trabalhadores e empregadores na administração das mesmas e a regionalização. A parte sétima diz respeito às formas de certificação dos saberes e a organização de intercâmbios estudantis. Por último, a parte oitava especifica as características do pessoal docente encarregado dos cursos.

Como foi dito, na mesma reunião da Conferência Internacional do Trabalho foi aprovada uma recomendação específica sobre a aprendizagem (Nº 60). Essa especificidade aparece nos próprios considerandos. Neles se destaca que: "...el aprendizaje plantea problemas especiales, principalmente por el hecho de efectuarse en las empresas y entrañar relaciones contractuales entre el maestro de aprendizaje y el aprendiz."<sup>40</sup>

Preocupada com a uniformidade do grau de qualificação, dos métodos e condições da aprendizagem dentro dos territórios nacionais, a Recomendação da OIT sugere a adoção, através de alguma forma de regulamentação (disposições legislativas, resoluções de organismos públicos, contratos coletivos), de medidas tendentes a determinar as qualificações técnicas e demais condições que deve reunir o empregador que pretende formar aprendizes (qualificação, características do estabelecimento etc.), as condições de ingresso dos jovens ao regime de aprendizagem (nível mínimo de instrução, exame médico etc.) e os direitos e obrigações recíprocas, entre eles supervisão, duração da aprendizagem, exames e certificações, salário, indenizações e férias. A escassa especificidade da recomendação reflete, no fim das contas, o sucesso do posicionamento dos empregadores.

Afinal, é na aprendizagem que fica mais claro o fato de que a formação profissional mexe com o próprio processo de organização das relações de produção, concretamente, no chão da fábrica. E a organização da produção é considerada, pelos empregadores, uma prerrogativa do capital.

Na discussão do relatório da Comissão, em sessão plenária da Conferência Internacional do Trabalho, em 21 de junho de 1938, se destaca o caráter inovador da intervenção do organismo na área. Informa o relatório que,

Certos oradores insistiram sobre o fato de que o debate podia ser considerado como o debute de uma obra geral de reforma do ensino profissional no mundo inteiro, dado que, pela primeira vez, governos, empregadores e trabalhadores reuniram-se para estudar, em um plano bem amplo, o problema da formação profissional, estudo que não poderia ser proveitosamente efetuado senão pelos três grupos reunidos.<sup>41</sup>

A importância desse fato é sublinhada na exposição do representante brasileiro. Ainda segundo o relatório,

O representante governamental brasileiro sublinhou particularmente que, segundo as conclusões do relatório, a questão do ensino técnico e profissional não é só um problema de educação, mas sobretudo um problema social que deve ser considerado no quadro geral das questões do trabalho com as que ela está em relação direta.<sup>42</sup>

Afinal, a mediação governamental na definição de uma dada institucionalidade para o ensino técnico-profissional, justificava-se no fato de constituir uma política social, tão cara ao contexto da época.

Por fim, cabe perguntar como essas recomendações repercutiram no Brasil. Inicialmente podemos dizer que as recomendações não representaram grandes novidades no panorama da época. Talvez tenham reforçado a posição dos empresários industriais, alentando um tipo de instituição para encaminhamento da aprendizagem no modelo do que, alguns anos mais tarde, seria o Senai.

A construção de propostas eminentemente empresariais para a definição de uma institucionalidade do ensino técnico-profissional também se nutriu do intercâmbio internacional, para além das especificidades nacionais. Nesse sentido, poderíamos falar de um processo de "internacionalização"<sup>43</sup> de problemas (e soluções) que o capital teve de enfrentar, a partir da mundialização do capitalismo como modo de produção, e do precoce papel desempenhado pelos organismos internacionais, nessa direção.

No caso da construção nacional de uma institucionalidade para o ensino técnico-profissional, é inegável a importância da circulação internacional de propostas e experiências institucionais concretas. Desde os congressos operários de diversas linhas, até as deliberações no seio da OIT, passando pelas reuniões "técnicas" de especialistas (educadores, engenheiros) e funcionários, os debates internacionais influenciaram as iniciativas nacionais, inspirando até soluções originais, como o foi a criação do Senai, no Brasil.

Nesse contexto, o papel desempenhado pelos organismos internacionais teve um lugar de destaque. Esses organismos constituíram âmbitos privilegiados, pela sistematicidade e legitimidade internacionalmente construída, para o debate e o intercâmbio de experiências e para a concertação/definição de políticas (coordenadas) de ensino profissional. No caso particular da OIT, importa ainda destacar, no seu funcionamento, o primado de uma lógica mais corporativa do que nacional,<sup>44</sup> o que permitiu, por exemplo, a definição de estratégias inter-empresariais de atuação em relação à aprendizagem industrial. A preocupação da bancada empresarial (dos empregadores) com essa questão sinaliza a importância estratégica que esse tipo de ensino profissional tinha para eles. Conseqüentemente, o grau de conflitividade alcançado na OIT em relação ao tema se renovaria nos debates travados a respeito no contexto de cada Estado Nacional.

## Notas

1 Este texto constitui uma adaptação do segundo capítulo da tese de doutorado em História Social defendida na UFF em 2002 e que, sob o título "Entre el mito y el olvido: las propuestas de creación de Universidades Obreras en Argentina y Brasil durante la primera mitad del siglo XX" será publicada integralmente, em espanhol, pelo CINTERFOR/OIT.

2 Para uma análise da atuação recente desses organismos na temática da formação profissional no Mercosul ver PRONKO, Marcela. As políticas de formação profissional impulsionadas pelos organismos internacionais no Mercosul. In: YANNOULAS, Silvia (Org.) Atuais tendências na educação profissional. Brasília: Paralelo 15, 2001.

3 Desde inícios do século XX, anarquistas e socialistas organizaram e mantiveram, em diversos países, instituições educacionais próprias visando um ideal de auto-formação em contraposição às escolas particulares e públicas, difusoras da ideologia burguesa.

4 Chama a atenção, nesse caso, que, até inícios da década de 30, os Congressos tiveram uma clara feição francófila, observando-se, posteriormente, um deslizamento para o eixo nazi-fascista europeu. Como dado curioso desse deslizamento, podemos mencionar a participação do inspetor regional de ensino técnico, Rodolfo Fuchs, no Congresso de Berlim, como representante do Ministério de Educação e Saúde do Brasil, que apresentou, ao voltar, o relatório "O ensino profissional na Alemanha", no qual elogiava a organização alemã sob o nacional-socialismo, extraindo desse exemplo diversos ensinamentos aplicáveis ao Brasil (AGC/CPDOC/FGV GC g35.12.00).

5 O texto da Constituição da OIT se transformou na Parte XIII da versão final do Tratado de Versalhes.

6 OIT. História da OIT, 2000. Disponível na <<http://www.ilo.org>>

7 HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 41.

8 A influência da doutrina social da Igreja na conformação da OIT é reivindicada pela própria instituição eclesial. Em um discurso proferido por Pio XII ao Conselho de Administração da OIT em 1954, o Papa ressalta a atuação de Leão XIII no estabelecimento de instâncias de colaboração internacional para a solução dos problemas operários e ainda afirma: "Pio XI no vaciló en subrayar la notable coincidencia de los Principios expuestos en la Carte dal Trabajo con los contenidos de la Encíclica Rerum Novarum. Los movimientos cristianos, por su parte, han prestado su adhesión completa a la Organización Internacional del Trabajo y se honran en participar en sus deliberaciones, esperando obtener de esa manera, más rapidamente y con mayor seguridad, su objetivo social" REVISTA CRITÉRIO, Buenos Aires, n.1238, jun., 1955. p. 58. Efetivamente, no estatuto da CISC [Confederação Internacional de Sindicatos Cristãos], figura entre os objetivos: "defender los intereses de los trabajadores en el terreno social y económico y, en especial, en el seno de la Organización Internacional del Trabajo y los organismos sociales y económicos de la Organización de las Naciones Unidas" REVISTA CRITÉRIO, Buenos Aires, n.1108, jan., 1950.p. 56.

9 OIT. Convenios y recomendaciones internacionales del trabajo, 1919-1984: adoptados por la Conferencia Internacional del Trabajo. Ginebra, 1985. 1766 p.

10 A Comissão ficou composta por 60 membros: 30 representantes governamentais, 15 representantes dos empregadores e 15 dos trabalhadores. Dada a disparidade numérica, o sistema de votação adotado para os trabalhos da Comissão foi o "Riddell", pelo qual os representantes dos empregadores e dos trabalhadores possuíam um voto duplo, e os representantes dos governos, um voto simples. No relatório da Comissão, foi possível identificar alguns dos países que dela participaram: Bélgica, Suíça, o Império Britânico, França, Estados Unidos, Índia, México, Nova Zelândia, Dinamarca, Suécia e Noruega.

11 Sintetizadas em CONFÉRENCE INTERNATIONELLE DU TRAVAIL, Genève: Bureau International du Travail, 1938. Enseignement technique et professionnel et apprentissage.

12 CONFÉRENCE INTERNATIONELLE DU TRAVAIL, (1938), op. cit.

13 Nesse sentido, a conflitividade da aprendizagem foi constatada também para o caso argentino e brasileiro, tomados como experiências nacionais.

14 CONFÉRENCE INTERNATIONELLE DU TRAVAIL, 24 (1938) op. cit., p. 6. Tradução própria do francês original.

15 Id., ibid., p. 22. Tradução própria do francês original.

16 Id., ibid., p. 22. Tradução própria do francês original.

17 Id., ibid., Tradução própria do francês original.

18 Id., ibid., p. 24. Tradução própria do francês original.

19 Id., ibid., p. 41. Tradução própria do francês original.

20 OIT. Recomendações, 2000. Disponível na <<http://www.ilo.org>>

21 O memorial apresentado pela delegação governamental da Grã-Bretanha desenvolvia quatro pontos principais: a) Em primeiro lugar, chamava a atenção para o fato de que, para tornar comparáveis as respostas dadas ao questionário pelos diferentes países, devia-se levar em conta as diferenças existentes, de um lado, entre os vários ramos da indústria e, de outro lado, entre as várias categorias de formação necessárias (entre elas, a do trabalhador semi-qualificado, a do trabalhador qualificado, a do trabalhador "polivalente" e a formação industrial especializada). b) Em segundo lugar, e para evitar problemas de interpretação das respostas dadas pelos diferentes países, sugeria que cada país encaminhasse, junto das suas respostas, a definição dos termos mais importantes a serem incluídos na recomendação, notadamente: aprendizagem, técnico, profissional, ensino e formação. c) Além das distinções até então estabelecidas entre os tipos de formação, os governos poderiam estabelecer outras que levassem em consideração o treinamento, a competitividade, os métodos científicos e os aspectos sociais e econômicos das atividades produtivas. d) Por fim, a representação governamental britânica solicitava que fosse acordado, à formação profissional não-acadêmica, o reconhecimento de um status social mais elevado. A consequência direta desse memorial foi uma preocupação mais apurada, por parte da Comissão e, posteriormente, da Secretaria-Geral, na redação preliminar das recomendações, pela definição dos objetos principais das mesmas, o que se refletiu diretamente em seu texto final.

22 O representante dos empregadores dos Estados Unidos, falando em nome dos representantes governamentais e dos trabalhadores, expôs, à Comissão, os princípios fundamentais da formação profissional nesse país, acordados nacionalmente, também, por uma comissão tripartite. Esses princípios eram: a) Interdependência de todas as fases da preparação profissional, incluindo a orientação profissional e o emprego. b) Necessidade de uma representação adequada e de uma colaboração dos empregadores, trabalhadores e autoridades do ensino. c) A função dos poderes públicos deveria ser a de promover a colaboração dos empregadores, dos trabalhadores e dos consumidores, e não a de usar a coação. d) A função das autoridades de ensino deveria ser a de servir e não a de comandar. e) Necessidade de evitar uma especialização profissional prematura. f) Flexibilidade dos programas de formação profissional. g) Necessidade de outorgar aos trabalhadores uma importante cultura geral que os preparasse não somente para ganhar a vida, mas também para vivê-la. Apesar de não incorporados totalmente nas recomendações aprovadas, esses pontos serviriam de referência para vários países, sobretudo a partir da crescente hegemonia norte-americana sobre a América Latina. Referência, de outro lado, já presente desde o início do século na região, pela difusão do paradigma taylorista/fordista de organização da produção industrial. Um dos elementos fundamentais da concepção taylorista/fordista em relação ao ensino técnico, era a questão da orientação profissional, que permitia identificar vocações segundo métodos racionais. De fato, essa questão apareceu em várias oportunidades ao longo dos debates das comentadas recomendações, mas a Comissão optou por um tratamento específico, encaminhando indicação à Secretaria Geral para sua inclusão em próximas conferências. O tema foi finalmente tratado na 32ª Conferência Internacional do Trabalho, de junho de 1949, dando como resultado a recomendação nº 87.

23 FONSECA, Celso Suckow da. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: SENAI/DN, 1986.

24 Não houve, nessa Conferência, representação oficial dos trabalhadores brasileiros.

25 FONSECA, Celso Suckow da. (1986) op. cit., v. 3, p. 24. Segundo Fonseca, Montojos expôs sobre a incorporação constitucional do ensino profissional como primeiro dever do Estado, a reforma que estava se processando no interior do sistema educacional, a gratuidade e a assistência social oferecida pelas escolas profissionais e as incipientes medidas adotadas em relação à aprendizagem.

26 Id., ibid.

27 Assim, por exemplo, a União Industrial Argentina reclamava da pouca importância atribuída pelo governo desse país ao questionário encaminhado pelo organismo em relação à educação profissional e a aprendizagem (ARGENTINA FABRIL, Buenos Aires, nº 868, abr., 1941.), reclamo constante do empresariado argentino.

28 Aliás, esse é um argumento largamente utilizado pela bancada dos empregadores nas comissões da OIT, para salvaguardar sua margem de manobra.

29 A atuação governamental na OIT outorgava ao governo uma possibilidade de se legitimar, de um lado, perante os outros países e, de outro lado, perante o próprio contexto da política nacional. Além do que, não podemos deixar de registrar, no âmbito individual do representante, um componente de legitimação que poderia ser usado como alavanca da sua carreira política.

30 FONSECA, Celso Suckow da. (1986) op. cit.

31 Usamos o termo na acepção utilizada na historiografia argentina que remete a organizações operárias com objetivos estritamente corporativos.

32 Nesse sentido, resulta expressiva a intervenção final da bancada dos trabalhadores na citada Comissão. Disse o memorial que "o representante dos trabalhadores dos Estados Unidos fez conhecer que os membros trabalhadores da Comissão tinham decidido, de forma unânime, votar favoravelmente todas as partes do relatório da Comissão. Ainda que não atendessem a todos os seus objetivos, os pontos reservados em função do questionário dirigido aos governos, pareciam-lhes representar a tentativa mais prática de resolver, no plano internacional, a questão da formação profissional." CONFÉRENCE INTERNATIONELLE DU TRAVAIL, (1938) op. cit., p. 41. Tradução própria do francês original.

33 "...habida cuenta de las necesidades especiales de las diferentes ramas de su economía nacional y de las diversas profesiones, así como también de los usos y costumbres del país, y a reserva de otras medidas especiales exigidas por la formación profesional en algunas de las ramas de la actividad, tales como agricultura o los transportes marítimos". OIT. Recomendação 57. p. 2. Disponível em <http://www.ilo.org>

34 "la expresión 'formación profesional' designa todos los modos de formación que permitan adquirir o desarrollar conocimientos técnicos y profesionales, ya se proporcione esta formación en la escuela o en el lugar de trabajo." OIT. Recomendação 57. p. 2. Disponível em <http://www.ilo.org> , grifos meus.

35 "la expresión 'enseñanza técnica y profesional' designa la instrucción teórica y práctica, cualquiera que sea su grado, proporcionada en la escuela a los efectos de la formación profesional." OIT. Recomendação 57. p. 2. Disponível em <http://www.ilo.org> , grifos meus.

36 "el término 'aprendizaje' se aplica a todo sistema en virtud del cual el empleador se obliga, por contrato, a emplear a un joven trabajador y a enseñarle o a hacer que se le enseñe metódicamente un oficio, durante un período previamente fijado, en el transcurso del cual el aprendiz está obligado a trabajar al servicio de dicho empleador." OIT. Recomendação 57. p. 2. Disponível em <http://www.ilo.org>

37 OIT. Recomendação 57. p. 3. Disponível em <http://www.ilo.org>

38 "...a) jornaleros o categorías similares, b) personal de categorías intermedias, c) personal directivo" OIT. Recomendação 57. p. 4. Disponível em <http://www.ilo.org>

39 Id., ibid.

40 OIT. Recomendação 60. p. 1. Disponível em <http://www.ilo.org>, grifo meu.

41 CONFÉRENCE INTERNATIONELLE DU TRAVAIL, (1938) op. cit., p. 40. Tradução própria do francês original.

42 Id., ibid., p. 40, grifo meu, tradução própria do francês original.

43 Schriewer utiliza o termo internacionalização para descrever as tendências para a intensificação das relações globais de interação e intercâmbio, a interconexão mundial nos campos da comunicação social e a harmonização transnacional de modelos e estruturas sociais. Nesse último sentido, pode ser aplicado ao caso que está sendo analisado. SCHRIEWER, Jürgen. Sistema mundial y redes de interrelación. La internacionalización de la educación y el papel de la investigación comparada. In: PEREYRA, Miguel et al. (Comp.). Globalización y descentralización de los sistemas educativos, Barcelona: Pomares-Corregidor, 1996.

44 Ao mesmo tempo que se constatou, nos debates travados no seio da OIT, um alinhamento empresarial, evidente no tratamento dispensado à questão da aprendizagem, pode-se constatar, também, uma articulação entre governos e sindicatos operários. Essa articulação sugere, de um lado, a falta de interesse do sindicalismo independente (não-governista) pela participação na OIT, ou, de outro lado, a inexistência, em alguns casos, desse sindicalismo independente.

\*Mestre em Educação e Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Prof. ad honorem do Departamento de Educação da Universidad Nacional de Luján, Argentina e Prof. pesquisadora internacional, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais-FLACSO/ Brasil.



# Navegação e Arquitetura de Informação na Web: a Perspectiva do Usuário

Luiz Agner\* e Anamaria Moraes\*\*

## Abstract

There are no easy answers about how to design effective navigation systems for the Web. This area requires much planning and vision of future. The theme of navigation may become complex due to the different ways to regard it. This paper describes points of view concerning the navigation in virtual environments, as well as information architecture, according to researchers like Lévy, Shneiderman, Rosenfeld, Whitaker and others.

Keywords: Web; Navigation; Ergonomics; Information Architecture; Design; Usability.

## Introdução

Os hipertextos são sistemas que superam a linearidade de um texto convencional e das telas sucessivas. As informações estão dispostas em telas conectadas entre si, em forma de rede. As telas possuem nós de informação que permitem ao usuário navegar através da rede de informação. Esperar-se-ia que os hipertextos permitissem acesso mais direto à informação do que o sistema linear. Entretanto, isso não acontece (ver figura 1).

Procurar informações em sites é uma experiência frustrante para o usuário. Um estudo realizado por SPOOL1 surpreende-nos pelo tempo e pelo esforço que os usuários empregaram para obter respostas simples. Repetidamente, eles desistiram da tarefa. Fatores inerentes à própria hipermídia seriam os vilões da desorientação dos usuários, durante a navegação.

Navegação é um termo amplo. Descreve atividades que podem variar desde as primeiras tentativas de exploração do ambiente empreendidas por um bebê, até sofisticados cálculos e planejamentos que levaram o homem à Lua. No seu sentido comum, navegação significa se movimentar através do espaço. No sentido amplo, navegação inclui o movimento virtual através de espaços cognitivos formados por informações, e pelo conhecimento que daí emerge. "É no sentido amplo que a navegação deve ser considerada pelos designers" (WHITAKER).<sup>2</sup>

A navegabilidade estaria entre os principais requisitos do Design para a World Wide Web. A navegação de um site ocorre dentro de um espaço, mas não necessariamente no "espaço real" ou "físico". A navegação é centrada em objetivos e em ações. Entender esse conceito-chave seria o primeiro passo para entender o projeto da navegação.

Um projeto de navegação ruim gera prejuízos reais: NIELSEN<sup>4</sup> cita as seguintes pesquisas, em suas colunas:

.

- Nos 15 maiores sites comerciais, os usuários somente conseguiram encontrar informações em 42% dos casos;
- 62% dos compradores online desistiram do item que estavam procurando, sendo que 20% repetiram três vezes a desistência durante dois meses;
- O site médio desconsidera 50% das diretrizes de usabilidade do Web design.

Note-se que, se o Design está em alta hoje, em certas funções que são conseqüência da abertura do mercado para a teleinformática e para as redes de comunicações, como a criação de páginas Web, deve ocupar com consciência esse espaço. Por isso, "o profissional de Design deve evitar nivelar-se ao lado operacional, como se fosse uma mera biblioteca de clip-arts ou um search-engine da Internet" (AGNER).<sup>5</sup>

## 2. Diferentes visões da navegação

O tema da navegação em espaços virtuais pode se tornar bastante complexo, devido a diferentes modos de descrevê-lo. Por isso, optamos

por selecionar abordagens teóricas de diversos autores, apresentadas adiante. Mostram-se, a seguir, visões diferenciadas e atuais do ato de navegar (não necessariamente concordantes entre si).

## 2.1 A navegação segundo LÉVY

Para LÉVY,<sup>6</sup> podemos definir duas grandes atitudes de navegação opostas, sendo cada navegação real uma mistura das duas:

A caçada – Procuramos uma informação precisa, que desejamos obter o mais rapidamente possível.

A pilhagem – Vagamente interessados por um assunto, mas prontos a nos desviar a qualquer instante de acordo com o clima do momento, derivamos de site em site, e de link em link.

## 2.2 A navegação segundo SPOOL

A equipe de SPOOL<sup>7</sup> pesquisou a busca de fatos simples, a comparação entre fatos, o julgamento e a comparação visando julgamento. São exemplos:

**Fato simples:** "É possível comprar uma motocicleta Honda por um preço abaixo de US\$15.000?"

**Comparação entre fatos:** "Para onde é mais barato fazer uma viagem de férias: Nordeste do Brasil ou Flórida?"

**Julgamento:** "Você acha que um modelo Ford Ka usado é seguro?"

**Comparação para julgamento:** "Qual é o melhor carro conversível abaixo de US\$20.000?"

As conclusões de SPOOL<sup>8</sup> quanto à navegação foram cinco:

1 – O visual não ajuda, nem atrapalha em nada – Não há evidências de que o design visual possa auxiliar uma pessoa a recuperar informações em um site.

2 – A navegação depende mais dos links de texto – Ao se observar usuários trabalhando com sites, notou-se que os links de texto são muito importantes, devido a atrasos no download.

3 – A navegação é inseparável do conteúdo – Quando o conteúdo e a navegação são desenvolvidos conjuntamente, os usuários tornam-se mais bem-sucedidos, embora o processo de manutenção do site fique mais difícil.

4 – Recuperar informação é diferente de surfar – Quando os usuários surfam, eles estão apenas clicando em links que consideram atraentes. Na busca de informação, os usuários estão focados, tendem a clicar nos links que darão nos itens que estão caçando. Os dois objetivos são conflitantes.

5 – Os Web sites e softwares são diferentes – Muitos pensam que os sites são uma outra forma de software, que podem ser testados ou validados do mesmo modo. Mas a Web apresenta problemas que nunca foram considerados anteriormente.

## 2.3 A navegação segundo SHNEIDERMAN

SHNEIDERMAN<sup>9</sup> nos mostra que a busca de informações assume quatro características distintas:

Busca de informação específica

**Exemplo:** buscar na base de dados da Biblioteca do Congresso dos EUA o número do volume "Construindo uma Nova Civilização", de Alvin Toffler; ou buscar a data de início do curso de Web designer oferecido pelo Senac Brusque (SC).

Busca de informações relacionadas (ou estendidas)

**Exemplos:** Quais os outros livros publicados pelo autor de "A Bíblia do Caos"? Em que estados, além do Rio de Janeiro, o Senac oferece seus cursos de guia de turismo ecológico?

Navegação com destino em aberto

**Exemplos:** Existem novas pesquisas sobre reconhecimento de voz produzidas no Japão? Existem projetos de democratização do acesso à Web sendo promovidos pelo Senac, em algum estado do Brasil?

Verificação de disponibilidade

**Exemplos:** Que tipo de informações sobre genealogia está disponível no site da Biblioteca do Congresso? O site do Senac disponibiliza fotos das unidades móveis de ensino com qualidade de resolução para reproduções em off-set?

## 2.4 A navegação segundo NIELSEN

Na Web, a interação essencial do usuário consiste em clicar em links de hipertextos com o objetivo de circular por um espaço informacional – composto de centenas de milhões, ou até bilhões de páginas. Como o espaço informacional é vasto, a navegação torna-se difícil: seria necessário oferecer suportes navegacionais além dos hiperlinks comuns. Para NIELSEN, 10 as interfaces de navegação deveriam auxiliar o usuário a responder a três perguntas:

- onde estou?
- de onde vim?
- para onde vou?

Onde estou? – Esta é a pergunta de navegação mais importante: a localização do usuário deve ser apresentada em dois níveis:

- com relação à Web ; e
- com relação à estrutura do próprio Web site.

Segundo o pesquisador, a regra de desenho de navegação número um seria incluir o logotipo da empresa em cada página do site (de preferência no canto superior esquerdo de cada página). Nesse caso, o logotipo deve ser transformado em um link para a home-page, de forma que o usuário possa chegar à home-page de qualquer página, rapidamente.

De onde vim? – Recomenda-se não modificar as cores-padrão (azul e roxo), pois os usuários só entendem o significado das cores se elas forem as mesmas. O pesquisador testou muitos sites com cores de links atípicas – e descobriu que o usuário acaba não entendendo que links havia percorrido.

Para onde vou? – Esta pergunta deve ser respondida pelas opções visíveis em cada página. Se o usuário adquiriu conhecimento sobre a estrutura do site, ele pode ter uma idéia de outras páginas a visitar, mesmo que invisíveis.

## 2.5 A navegação segundo WHITAKER

A Web determina um espaço mental e um espaço físico virtual através do qual o ser humano pode se movimentar tanto para atingir um objetivo, quanto para obter o prazer da viagem educacional. Os usuários da Web podem ser muitos experientes ou podem ser

conhedores rudimentares de computadores. Criar um sistema para atender a essas diversas necessidades é um desafio para qualquer designer.

Para a autora,<sup>11</sup> quando as pessoas navegam com objetivos definidos, elas utilizariam um dos três métodos a seguir:

- 1 – navegação por marcos;
- 2 – navegação por conhecimento das rotas; ou
- 3 – navegação por conhecimento exploratório.

Cada um desses métodos seria utilizado em circunstâncias diferentes:

**Navegação por marcos** – Esse tipo de navegação emprega sinalização em pontos do percurso da viagem. Nesse caso, é importante sinalização clara para ajudar tanto no caminho em direção ao objetivo, quanto na determinação do local onde o navegante está situado. Indicadores visuais são elementos críticos deste método de navegação.

**Navegação por conhecimento da rota** – Para empregar este método, o navegante deve conhecer previamente os passos a serem dados, de modo a unir uma seqüência de indicadores. O caminho e o movimento são encarados sob a perspectiva do usuário. Esse método funciona se ele estiver em um caminho conhecido, mas não é útil para recuperar a rota depois que o navegante se perdeu. Também não é adequado quando o usuário quer encontrar caminhos alternativos.

**Navegação por conhecimento exploratório** – Navegantes capazes de empregar este método têm conhecimentos suficientes para formar um mapa cognitivo do espaço navegacional. Um mapa cognitivo é uma representação mental, análoga a um mapa físico do espaço. Embora o mapa cognitivo não seja perfeitamente verídico, provê um quadro de referência na mente para basear decisões e gerar escolhas de navegação. Com o mapa cognitivo, o navegante pode se movimentar por rotas não previamente percorridas, recuperar a rota quando perdido, e tomar atalhos. O conhecimento é adquirido através de uma experiência extensiva em um ambiente.

As estratégias empregadas pelos navegantes de ambientes não-estruturados podem ser entendidas como estratégias de solução de problemas. Aplicam-se a uma variedade de ambientes físicos ou virtuais. Quatro estratégias gerais foram incluídas na taxonomia deste tipo de navegante:

1 – **Predição** – Significa antecipação; é a habilidade de antecipar a localização em que o navegante estará posicionado, no momento seguinte. Estratégias de resolução de problemas em ambientes naturais utilizam-se de predições para determinar se houve desvio de rota.

2 – **Recuperação** – A recuperação descreve o processo que deve ser executado pelo navegante para que ele se recupere da desorientação. Navegantes experientes relataram que, quando estiveram perdidos, não continuaram a atravessar a área, cegamente: tentaram encontrar indicadores que pudessem ajudá-los. Navegantes retraçaram os passos até as últimas posições conhecidas, enquanto outros mentalmente retraçaram ações para construir uma hipótese sobre sua localização.

3 – **Pontos de referência** – São pontos que orientam o navegante de modo que não se afaste de seu objetivo. Em ambientes estruturados como cidades, os pontos de referência funcionam desta forma: "quando você chegar até a primeira escola, você estará a dois quarteirões da minha casa". Em um ambiente não-estruturado (ou natural), pontos de referência também existem; entretanto, aparecem de forma diferente porque a rota seria menos limitada. Neste caso, pontos de referência são aqueles que significam barreiras à viagem, como penhascos.

4 – **Suposição** – Nesta estratégia, o navegante planeja deliberadamente uma rota que não o leva exatamente até o ponto desejado, mas que posteriormente poderá ser corrigida. É uma estratégia utilizada em combinação com os pontos de referência.

Segundo WHITAKER,<sup>12</sup> estudos de orientação examinaram as estratégias empregadas por navegantes de ambientes não-estruturados, e os sinais que esses ambientes provêm. A autora acredita que a Web possa permitir a aplicação de estratégias similares de navegação.

## 2.6 A navegação segundo FLEMING<sup>13</sup>

Não existem receitas fáceis para o projeto de navegação bem-sucedido. Haveria somente **dez qualidades** comuns que estão presentes em todo desenho de navegação de sucesso. Seriam as seguintes:

1 – **Ser facilmente aprendida** – Se os visitantes forem obrigados a gastar tempo aprendendo como se utiliza um mecanismo complexo, não terão energia para absorver o conteúdo.

2 – **Ter consistência** – Ao se desenvolver um sistema de navegação, os usuários passarão a se apoiar nele: por isso, sua abordagem de navegação deve ser consistente (se repetir) em todas as páginas.

3 – **Prover feedback** – Em todas as interações humanas, o **feedback** é muito importante. A mesma coisa acontece na navegação da **Web**.

4 – **Oferecer contextualização** – Para completar tarefas, as pessoas precisam ter ferramentas adequadas em mãos; para tomar decisões sobre movimentos, precisam ver as rotas. Os elementos de navegação devem estar sempre visíveis, quando necessários.

5 – **Oferecer alternativas** – Os usuários são diferentes, desde o equipamento até as suas preferências; portanto, deve-se explorar alternativas. Alternativas como versões para larguras de banda, mapas ou mecanismos de busca podem ajudar a apoiar comportamentos distintos dos usuários. Por exemplo: a livraria Amazon oferece uma versão gráfica e uma versão somente em texto (ver figura 2).

6 – **Prover economia de ações** – Deve-se evitar sites com muitos níveis hierárquicos, ou seja, em que o usuário tenha que completar demasiado número de passos para alcançar conteúdos importantes.

7 – **Prover mensagens visuais claras** – O design gráfico não é um recurso embelezador de páginas, mas deve guiar o usuário: a apresentação das opções de navegação está ligada à usabilidade do sistema. Se considerarmos a mídia impressa, a navegação está implícita e existe um vocabulário conhecido, como índices, sumários, etc. Entretanto, na **Web**, essas convenções não existem ainda. Apesar das convenções pouco desenvolvidas, estamos diante de um vocabulário visual: queiramos ou não, existe significado visual em tudo.

8 – **Selecionar títulos precisos** – Na seleção de termos a serem empregados na navegação, é melhor utilizar a terminologia dos usuários e não "hieroglifos frios", voltados para a linguagem burocrática da organização. Segundo FLEMING,<sup>14</sup> "uma excelente maneira de se perder clientes da **Web** é colocar no site linguagens que parecem vir de um fluxograma organizacional ou de uma placa colada na porta de um diretor."

9 – **A navegação deve ser adequada aos objetivos** – A abordagem vai depender muito de qual é o objetivo da empresa e de qual é o objetivo dos usuários. Um site de comércio não deve ter o mesmo tipo de solução de navegação que um site de informações.

10 – **Apoiar o comportamento do usuário** – O objetivo da navegação é dar suporte às tarefas dos usuários. O que as pessoas querem fazer? Como as pessoas se comportam? Compreender esses aspectos é a parte mais importante do desenho de navegação.

Segundo o autor,<sup>15</sup> pesquisas como etnografias, entrevistas e testes de usabilidade representam fontes de sucesso no projeto de navegação.

## 2.7 A navegação segundo ROSENFELD E MORVILLE<sup>16</sup>

Ao desenhar sistemas de navegação, seria importante considerar também o ambiente dentro do qual o sistema existe: na **Web**, utilizam-se **browsers** – como o Netscape Navigator ou o Microsoft Internet Explorer. Os browsers permitem a visão prospectiva, que influencia a maneira como os usuários navegam: na medida em que o usuário passa o cursor do mouse sobre um **link** de hipertexto, a URL (endereço) de destino aparece na barra inferior da janela do programa, sugerindo o conteúdo que será visualizado.

A hierarquia de conteúdo do site seria um modo poderoso de organizar a informação. Em muitos casos, a hierarquia deve formar a base para a organização do conteúdo. Entretanto, hierarquias podem ser limitantes, sob a perspectiva da navegação. Qualquer internauta que já usou uma tecnologia de navegação conhecida como "Gopher" compreende as limitações da navegação de tipo hierárquico.

No **Gopherspace**, o usuário era forçado a se mover somente para cima ou para baixo, através da árvore que estruturava o conteúdo hierárquico (ver figura 4). Não era possível dar saltos (**bypass**) por intermédio das ramificações de uma hierarquia (navegação lateral), nem saltos entre seus múltiplos níveis (navegação vertical). As capacidades hipertextuais da **Web** removeram essas limitações, permitindo uma enorme liberdade de navegação para o usuário (ver figura 5).

De qualquer parte da hierarquia será possível, e desejável, permitir aos usuários o movimento lateral para outras ramificações. Também é desejável que os usuários se movam verticalmente, de um nível em uma ramificação para outro nível mais acima dentro da mesma ramificação, ou então, de volta à página principal do site (home-page).

Segundo os autores, os sistemas de navegação seriam quatro, descritos a seguir: hierárquico, global, local e **ad hoc**.

### 1 – Sistemas de navegação hierárquica

A hierarquia da informação é o sistema primário. Da página principal até as páginas de destino, as principais opções são provenientes da hierarquia.

### 2 – Sistemas de navegação global

O sistema de navegação global complementa a informação hierárquica, habilitando os movimentos verticais e laterais. Esse tipo de sistema de navegação global pode ser aplicado no site inteiro; sendo que deve ser integrado ao design gráfico para fornecer contextualização.

### 3 – Sistemas de navegação local

Deve-se complementar a navegação global com sistemas de navegação local. Para entender o sistema de navegação local, recorreremos ao conceito de "subsite". Uma empresa pode oferecer um catálogo de produtos **online** como uma área dentro do site – esse catálogo se constituirá num subsite.

### 4 – Sistemas de navegação ad hoc

Os **links ad hoc** seriam de natureza mais editorial do que arquitetural. Na prática, envolve representar palavras ou expressões, dentro de frases ou parágrafos, como **links de hipertextos**.

O desenho de sistemas de navegação de um site para a World Wide Web tem muito a ver com o conceito de Arquitetura de Informação. A Arquitetura de Informação é um conceito novo, explicado por WURMAN,<sup>17</sup> como atividade relacionada à necessidade emergente de se transformar a complexidade em clareza, e de tornar as informações compreensíveis para os seres humanos – através do seu mapeamento, da sua organização e da sua estruturação.

## 2.8 A navegação segundo LYNCH E HORTON<sup>18</sup>

Nos documentos eletrônicos, não existem muitas pistas para orientar o acesso à informação em comparação à mídia impressa. As páginas da **Web** precisam fornecer dicas explícitas do contexto e da organização da informação, porque somente pequena porção de qualquer site será visível, num determinado momento (menos do que uma página dele).

Os autores consideram importante a função de voltar à página previamente vista. Todos os sistemas de hipertexto têm em comum esta funcionalidade, que não tem precedentes na mídia impressa: o botão "Back (Voltar)" do navegador ou browser.

Retroceder através de uma série de links visitados não é a mesma coisa que olhar páginas já lidas, como acontece em um livro ou em uma revista. Quando os usuários clicam em um link de hipertexto, podem ser transportados de um site para um outro, ou até mesmo de um país para um outro. Quando isto acontece, o link torna-se unidirecional – poderemos voltar usando o botão "Back". Mas após termos utilizado o botão "Back (Voltar)", é possível retornar ao site, clicando em "Forward (Prosseguir)" (ver figura 6).

Isso implica mudanças radicais em nossos conceitos de navegação baseados nos impressos. Os hipertextos podem confundir os usuários, que precisam de indicações organizadas e de elementos de interface claros para compreender o que liga uma página às outras, formando sites.

### 3. Conclusões

Como foi mencionado, na busca de informações e de conhecimento, podem ocorrer experiências frustrantes ou bem-sucedidas para os navegantes. Não existem regras fáceis para um eficaz desenho de navegação. Embora a navegabilidade esteja entre os principais requisitos do

Design para a Web, a navegação de um site não ocorre dentro de um espaço físico ou real. Entender este conceito fundamental é o primeiro passo para desenvolver um adequado projeto de navegação.

A navegação pode ser definida como um movimento cognitivo através de espaços formados por dados, informações e pelo conhecimento que daí emerge. É nesse sentido amplo que a navegação deve ser encarada pelos designers. Fatores inerentes à própria filosofia da hipermídia serão os maiores vilões da desorientação dos usuários, durante a navegação em ambientes virtuais.

Mudanças radicais, geradas pela navegação em espaços virtuais, foram introduzidas pelos hipertextos e pela World Wide Web. Usuários de documentos eletrônicos não olham ou lêem simplesmente as informações, mas interagem com elas, de formas sem precedentes no Design gráfico. As interfaces gráficas com o usuário compreendem interações através de metáforas, imagens e conceitos – que habilitam funções e/ou significados.

Analogias entre o desenho impresso e o desenho para a Web não costumam funcionar. Segundo NIELSEN,<sup>19</sup> o desenho impresso está baseado em deixar que os olhos do leitor se movam através da informação – olhando seletivamente para cada objeto de informação, para que os elementos da página enfatizem-se e expliquem-se uns aos outros. O desenho para Web funcionaria ao deixar que as mãos movam a informação (clicando o mouse ou utilizando elevadores); as relações de informação expressar-se-iam, temporariamente, como parte dos movimentos e interações do usuário.

Por isso, o Design de componentes de interfaces gráficas não deve ser empregado somente para dar vida às páginas da Internet ou para embelezá-las: os gráficos e as imagens são parte integrante da experiência. Isso quer dizer que o visual não está separado das questões e dos problemas intrínsecos das interfaces.

Sob o ponto de vista do usuário, a navegação é centrada em objetivos e ações. Por isso, mais do que desenhar barras, botões ou menus, os designers projetam interações. O que desenhamos é a experiência do usuário – ou seja, o seu sucesso ou o seu fracasso na busca de informações no ciberespaço.

### Notas

1 SPOOL, Jared M. et al. Web site usability: a designer's guide. San Francisco, CA: Morgan, 1999. 158 p.

2 WHITAKER, Leslie A. Human navigation. In: FORSYTHE, Chris; GROSE, Eric; RATNER, Julie (Org.). Human factors and web development. Mahwah, New Jersey: L. Erlbaum Associates, 1998. p. 63 -71.

3 VORA, Pawan; HELANDER, Martin G. Hypertext and its implications for the internet. In: HANDBOOK of human-computer interaction. Amsterdam: Elsevier, 1997. p. 878-914.

4 NIELSEN Alertbox: failure of corporate web sites. 1998. Disponível em: <<http://www.useit.com/alertbox/981018.html>>. Acesso em: set. 1999.

5 AGNER, Luiz C. Otimização do diálogo usuários-organizações na world wide web: estudo de caso e avaliação ergonômica de usabilidade de interfaces humano-computador. Rio de Janeiro, 2002. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Design. PUC-Rio, 2002.

6 LÉVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000. 260 p.

7 SPOOL, Jared M. (1999) op. cit.

8 Id. ibid.

9 SHNEIDERMAN, Ben. Designing the user interface: strategies for effective human-computer interaction. 3. ed. Chicago: Addison Wesley, 1998. 639 p.

10 NIELSEN Designing web usability: the practice of simplicity. Indianapolis: News Riders, 2000. 420 p.

11 WHITAKER, Leslie A. (1998) op. cit., p. 63 -71.

12 Id. ibid.

13 FLEMING, Jennifer. Web navigation: designing the user experience. Sebastopol: O'Reilly & Associates, 1998. 256 p.

14 Id. ibid.

15 Id. ibid.

16 ROSENFELD, Louis; MORVILLE, Peter. Information architecture for the world wide web. Sebastopol, CA: O'Reilly & Associates, 1998. 213p.

17 WURMAN Apud ROSENFELD, Louis; MORVILLE, Peter.( 1998) op. cit.

18 LYNCH, Patrick J.; HORTON, Sarah. Web style guide: basic design principles for creating web sites. New Haven: Yale University Center for Advanced Instructional Media, 1999. 165p.

19 NIELSEN. (1999) op. cit.

\* Ilustrador e mestre em Design pela PUC-Rio. Designer do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e professor da UniverCidade. E-mail: agner@ibge.gov.br

\*\* Ergodesigner. Doutora em Comunicação pela UFRJ. E-mail: moraergo@rdc.puc-rio.br.